

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DENISE LIMA RABELO

**POR UMA GENEALOGIA EM QUE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL É POTÊNCIA NA
FORMAÇÃO DOS MEMBROS DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

VITÓRIA-ES

2011

DENISE LIMA RABELO

**POR UMA GENEALOGIA EM QUE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL É POTÊNCIA NA
FORMAÇÃO DOS MEMEBROS DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, na Linha de Pesquisa Cultura, Currículo e Formação de Educadores.

Orientadora: Professora Dra. Martha Tristão

VITÓRIA-ES

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R114p Rabelo, Denise Lima, 1957-
Por uma genealogia em que a educação ambiental é potência na
formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas / Denise
Lima Rabelo. – 2011.
191 f. : il.

Orientadora: Martha Tristão.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Bacias hidrográficas - Política governamental. 2. Recursos
hídricos - Política governamental. 3. Educação ambiental. I. Tristão,
Martha, 1957-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Educação. III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DENISE LIMA RABELO

**POR UMA GENEALOGIA EM QUE A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL É POTÊNCIA NA
FORMAÇÃO DE COMITÊS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS**

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em
Educação da Universidade
Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para
obtenção do Grau de Mestre
em Educação.

Aprovada em 18 de novembro de 2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Martha Tristão
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Carlos Eduardo Ferrão
Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Janete Magalhães Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Pedro Roberto Jacobi
Faculdade de Educação da USP

Dedicatória

Nossas mães faleceram em 2010, enquanto nós realizávamos esta pesquisa. Eu e minha orientadora choramos e compartilhamos o nosso sentimento de órfãs. Elas estão presentes aqui, e a elas dedico este trabalho:

*Daltiva Lima de Almeida
Maria da Glória Ferreira Tristão*

Quanta saudade!

AGRADECIMENTOS

Encontros e Despedidas

Milton Nascimento e Fernando Brant

Mande notícias do mundo de lá
Diz quem fica
Me dê um abraço, venha me apertar
To chegando
Coisa que gosto é poder partir
Sem ter planos
Melhor ainda é poder voltar
Quando quero
Todos os dias é um vai-e-vem
A vida se repete na estação
Tem gente que chega pra ficar
Tem gente que vai pra nunca mais
Tem gente que vem e quer voltar
Tem gente que vai e quer ficar
Tem gente que veio só olhar
Tem gente a sorrir e a chorar
E assim, chegar e partir
São só dois lados
Da mesma viagem
O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro
É também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar
É a vida desse meu lugar
É a vida

Obrigada por fazerem parte da minha vida!

Anderson Portuguesez, Carlos Eduardo Ferraço, Colegas da Turma 23 do Mestrado em Educação da UFES, Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental da UFES, Janete Magalhães Carvalho, Kenia Luiza Rabelo de Oliveira, Lopes, Martha Tristão, Membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, Monica Amorim Gonçalves, Natan Rabelo de Oliveira, Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da UFES, Servidores da Secretaria do PPGE, Virgílio Reis de Oliveira

Agradecimento especial, pós-defesa:

Dr. Gerinaldo Ferreira Lima, médico e amigo

RESUMO

Cabe aos comitês de bacias hidrográficas, conforme disposto nas Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, a gestão dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia. Para tanto, a Lei definiu também os principais instrumentos necessários à materialização dessa gestão, a saber: os planos de recursos hídricos, o enquadramento, a cobrança, a outorga e o sistema de informações. Formado por igual número de representantes dos segmentos da sociedade civil organizada, poder executivo e usuários, o comitê é eleito para um mandato que pode variar de dois a quatro anos no estado do Espírito Santo, e atua num ambiente de grande complexidade, uma vez que os instrumentos não estão consolidados. O comitê, enquanto uma comunidade, necessita de que saberes para dar conta dessa gestão? Que saberes seus membros trazem para esse espaço de gestão compartilhada e participativa? A pesquisa realizada com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, por meio da participação na dinâmica do comitê, de uma conversa com seus membros e da análise documental, procurou a composição de um mapa, em que a cartografia considera o devir e o tempo presente, num platô de pura imanência. A partir de uma compreensão do conhecimento como genealogia, conforme proposto por Foucault, se sugere “o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber de lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”. Desta forma, a Educação Ambiental é potência para a formação desse “parlamento das águas”, uma vez que defende “a valorização dos saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, como saberes tão legítimos – e em construção – quanto o saber científico”, conforme aponta Tristão.

Palavras-chaves: Comitê de Bacia Hidrográfica. Formação. Genealogia. Educação Ambiental. Cuidado.

ABSTRACT

It is the water sheds committees' duty, as defined in the National and State Water Resources Policy, the management of water resources in the sheds' coverage area. For so, the Law also stated the main necessary instruments to the materialization of that management, that being: the water resources' plans, the framework, the charging, the permit and the informations system. Formed by equal number of representatives of the organized civil society, executive power and users, the committee is elected for one mandate that can vary to two or four years in Espírito Santo's State, and it acts in a highly complex environment, once the instruments are not consolidated. What knowledge does the committee, as a community, need in order to handle that management? What knowledge do its members bring to that shared and participative management? The research made with the Watershed Committee of Rio Guandu, through a dynamic participation of the committee, a conversation with its members and the documental analysis, sought the composition of a map, in which the cartography takes the future and the present time into account, essentially. From an understanding of knowledge as genealogy, as suggested by Foucault, it suggests "the coupling of scholar knowledge and local memories, coupling that allows the constitution of a knowledge of fights and the utilization of that knowledge in current tactics." In that manner, Environmental Education is the power to this "water parliament's" formation, once it defends "the appreciation of local knowledge, uncontinuous, disqualified, illegitimate, as legitimate knowledge - and in development - as the scientific knowledge", as Tristão points out.

Key-words: Watershed Committee. Formation. Genealogy. Environmental Education. Care.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo.....	23
Figura 2 – Bacias e Sub-Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo.....	25
Figura 3 - Comitês de Bacias.....	27
Figura 4 - Régua Linimétrica.....	40
Figura 5 - As 12 Regiões Hidrográficas Brasileiras.....	51
Figura 6 - Ottobacias Hidrográficas do Espírito Santo – Nível 4.....	52
Figura 7 - Unidades de Análise da Bacia do Rio Doce.....	53
Figura 8 - Os cinco desenhos finalistas do Concurso “Logomarca do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu”	54
Figura 9 - Logomarca do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.....	54
Figura 10 - Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu 2011/2013.....	69
Figura 11 - Foz: encontro das águas do Rio Guandu com o Rio Doce.....	70
Figura 12 - Equipes avaliam seu trabalho ao final da Expedição.....	70
Figura 13 - Equipe de Organização coordenando a reunião no encerramento da Expedição.....	70
Figura 14 - Almoço de encerramento.....	71
Figura 15 - Parte da equipe que trabalhou na Expedição.....	71
Figura 16 - Parte da equipe de Recursos Hídricos.....	72
Figura 17 - Equipes se deslocando.....	73
Figura 18 - Tenda de Educação Ambiental na Praça de Afonso Cláudio.....	73
Figura 19 - Apresentação do Teatro de Fantoches.....	74
Figura 20 - Escola de Afonso Cláudio na Tenda de Educação Ambiental.....	74
Figura 21 - Equipe de Educação Ambiental da Expedição.....	75
Figura 22 - Convite para Caminhada Ecológica do Dia da Árvore de Brejetuba.....	82
Figura 23 - Abertura do curso de Elaboração de Projetos.....	84
Figura 24 - Encerramento do curso de Elaboração de Projetos.....	84
Figura 25 - Cotidiano em Santo Antonio.....	96
Figura 26 - Mapa Estratégico do Plano Estratégico Novos Caminhos 2011-2014.....	114
Figura 27 - Desafio do Eixo Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento relacionado a Recursos Hídricos.....	116

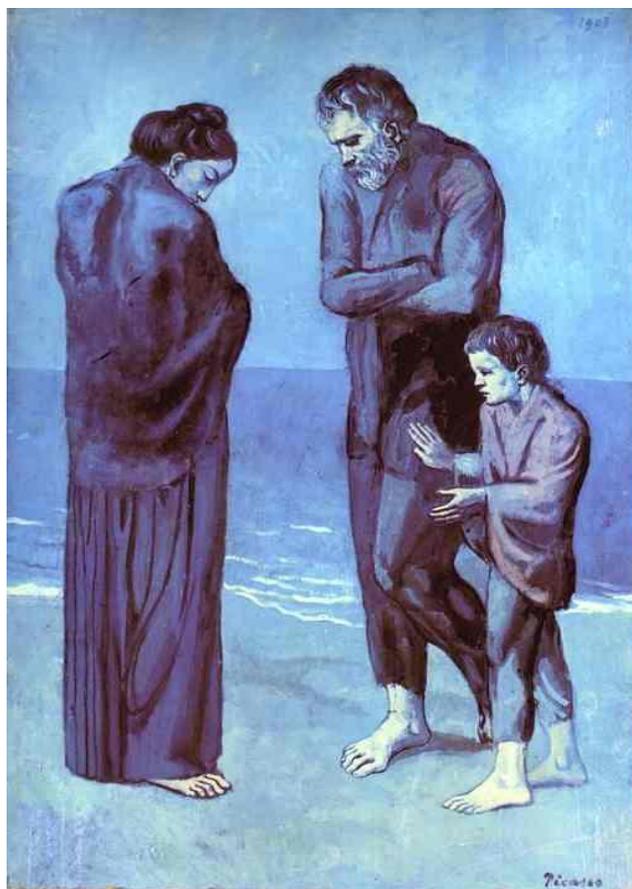
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ANA	Agência Nacional das Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CESAN	Companhia Espírito Santense de Saneamento
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CT06	Comitê Temático de Meio Ambiente (Recursos Naturais)
CT-HIDRO	Comitê Gestor do Fundo Setorial de Recursos Hídricos
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ES 2025	Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo 2025
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
FUNDAGUA	Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo
GIRH	Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PPA	Plano Plurianual
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEP	Secretaria de Estado do Planejamento
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIPAC	Faculdade Presidente Antonio Carlos de Aimorés

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: PERCORRENDO PLATÔS	11
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – ANTES DA VIAGEM	20
1.1 Para compreender os significados de comitê e de bacia hidrográfica	21
1.2 As questões da pesquisa	35
1.3 Metodologia	39
CAPÍTULO 2 – ENCONTROS: A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	50
2.1 Localização	50
2.2 Revivendo e resignificando as reuniões do comitê	53
2.2.1 Ações do comitê nas comunidades da bacia.....	53
2.2.2 Por que cobrar pela água? Os instrumentos pensados para a gestão de recursos hídricos.....	57
2.3 A discussão sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos no comitê.....	65
2.4 Eleição no comitê.....	68
2.5 A realização da expedição científica	69
2.6 A Educação Ambiental que acontece na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu.....	76
2.7 A última reunião	78
2.8 Conversa com o Comitê.....	85
2.8.1 Em busca da ética e da estética na existência.....	88
2.8.2 O lugar praticado da Educação Ambiental em contextos de formação.....	93
CAPÍTULO 3 – DESENCONTROS: ENTRE O PENSADO E O PRATICADO.....	99
3.1 Questões de gênero subjacentes.....	104
3.2 A participação da sociedade na gestão ambiental – o ser-saber como domínio.....	106
3.3 O planejamento estratégico dos governos e a gestão de recursos hídricos – o domínio do ser-poder.....	111
3.4 Para contextualizar as propostas de “capacitação” oferecidas – o domínio do ser-consigo	118
CAPÍTULO 4 – DESPEDIDA: O QUE FICA E TOCA	125
4.1 A Educação Ambiental como potência na formação dos membros de comitês.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	
ANEXO A – ATAS ANALISADAS	149
ANEXO B – PROPOSTA DE UM CURSO DE CAPACITAÇÃO.....	189

ENTRELUGAR



Pablo Picasso. A Tragédia. (1903).

Os magros adultos estão numa atitude fechada, braços cruzados, olhar cabisbaixo; mas o menino tem um pathos diferente. Ao contrário dos outros, ele começa a levantar o olhar. Sua mão direita, racional, empurra o adulto – como se rejeitasse sua atitude –, enquanto a esquerda, emocional, é pedinte, francamente esperando algo. Atrás, o mar (Picasso já o avistara, então, em Málaga, Barcelona e A Coruña), aqui o grande inconsciente, o repositório da experiência vivida e não-vivida, talvez querida.

ASSIS, Alexandre Camanho de. A água em três movimentos de Pablo Picasso. Texto e imagem disponíveis em <http://www.officinaartium.org/>. Acesso em 12 dez.2009.

APRESENTAÇÃO: PERCORRENDO PLATÔS

Vejo a nossa vida e o universo, como rizomas, em platôs: zonas de intensidade que não levam a um lugar ideal pré-definido; são linhas, caminhos que são alternativas, escolhas, desejo, devir. Também são acaso, indeterminação, contingência. São lateralidade, horizontalidade, circularidade, e não apenas verticalidade. Idas, novas partidas, chegadas, fugas, retornos.

Aprendemos a ver a nossa vida como uma linha evolutiva, sempre em direção à perfeição. As religiões, de maneira geral, nos advertem sobre a necessidade de trilhar certo caminho, com todas as suas subidas íngremes, até chegar ao alto, ao sublime, ao celestial, ao perfeito. Assim, aprendemos que qualquer pegada fora desse caminho estreito e único é um desvio indesejável, pois há uma determinação, uma via, um caminhar e um destino. Dentro dessa ótica, e de maneira geral, se não chegarmos a essa perfeição, certamente entenderemos que a culpa foi nossa, porque nos desviamos do caminho.

Quando afirmo que vejo a vida como rizomas em platôs, quero dizer que acredito no caminhar da humanidade em busca da solidariedade, da comunhão com outros seres, do aprendizado, da compreensão de si mesmo e do universo, mas acredito que há várias vias e que não haverá perfeição. A cada nova pegada o que acreditamos e tudo ao nosso redor é alterado, e o novo acontece. Do nosso desejo e da nossa escolha, o devir, permanentemente, e novas possibilidades surgem, com as suas consequências, com as quais temos de lidar. A vida deixa de ser determinação e passa a ser liberdade, invenção, inventividade.

Assim, caminhar em platôs significa caminhar, sem um destino tão específico. Não há uma verdade a se chegar, mas sim processos de busca e de construção de imagens e de conceitos provisórios. Estes, dispersos em rizomas sem começo e sem fim, é que nos fazem hoje, refazem amanhã, nos retornam ao ontem, sem linearidade de tempo. São expansões, experiências.

O sujeito centrado, metafísico, em busca de uma essência, nasceu na modernidade do penso logo existo e se perdeu num rizoma. Num rizoma se pode perceber: nós não conhecemos –

temos instinto, intuição. É nosso instinto nossa intuição que travam lutas e fazem conhecimentos, sempre provisórios. O conhecimento é uma invenção humana, a natureza não está dada a conhecer e não se pode conhecê-la integralmente. A verdade é sempre provisória e não esteve sempre lá – ela é produzida em relações de poder, não um poder superior, onipotente, sobre outro poder frágil, desprotegido, mas sim no embate de lutas cotidianas.

Não há fatos ou objetos lá fora, que possamos capturar e “introduzir na cabeça”; o conhecer acontece no desejo de viver, de compreender o mundo e a si mesmo dentro dele, para que a vida aconteça e permaneça. O ato de conhecer é criar o mundo, e é condição e consequência do desejo de viver, do amor pela vida.

Mas pensar assim, percorrendo linhas em Maturana, Varela, Nietzsche, Deleuze e em Foucault, faz da tentativa de trabalhar com formação uma responsabilidade muito angustiante. O que considerar sobre a formação de outros seres humanos se não acredito em uma evolução em direção a um determinado fim? Neste caso, para que pensar a formação? Se acredito que cada um vive experiências semelhantes de uma maneira diferente, exposto que está a agenciamentos diversificados, mutantes, voláteis, imprecisos, indeterminados, como eu posso, pretensamente, saber e propor o que um outro alguém deve conhecer?

Se concordo com as afirmações de Maturana e Varela (2001) de que tudo o que é dito, é dito por alguém, e de que toda reflexão faz surgir um mundo, como posso pensar em mediar a aprendizagem do Outro?

É possível pensar que a formação é um processo de encontros, sem garantias, mas com a potência que os bons encontros podem trazer, e que é possível potencializar e ampliar a rede desses encontros. Neste caso, a formação seria algo como um processo “estação de trem”, com todo aquele movimento de chegadas e partidas, cada qual seguindo para o seu destino, temporário, passageiro, em construção. Um processo onde o importante não é tão-somente o viajante, mas a viagem e a relação que acontece entre os que viajam, os que ficaram, os que ainda vão chegar, e os entrelugares que se fazem em tudo isso.

Desejo problematizar o tema e peço, como Foucault, que meus possíveis leitores sejam indulgentes e também malvados. Com as críticas e objeções, na medida do possível e na

medida em que meu espírito ainda não é rígido demais, talvez eu possa adaptar-me a elas e eventualmente fazer algum progresso. (2003, p.7)

ENTRELUGAR

A Transposição do Arno: Uma Idéia (Mal-Sucedida) de Da Vinci e Maquiavel

Alexandre Camanho de Assis



Paisagem do Arno. Da Vinci, 1473

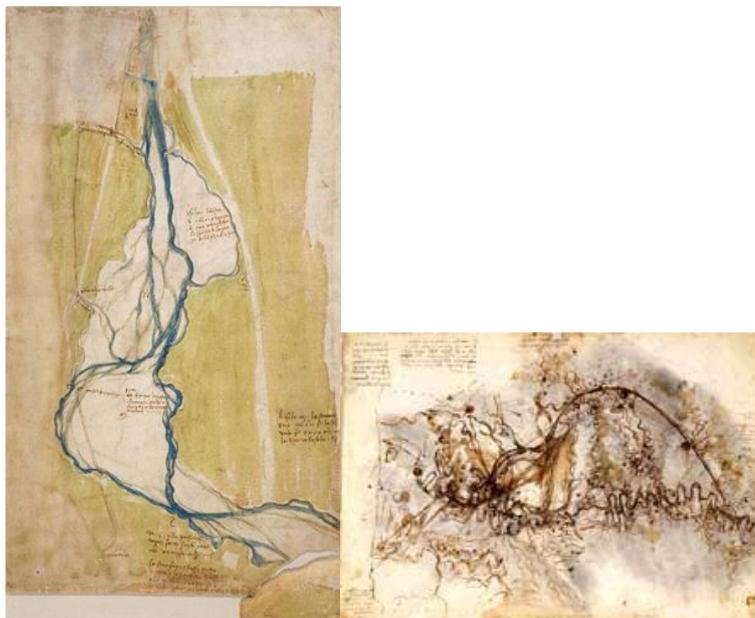
A água sempre exerceu sobre Leonardo Da Vinci (1452-1519) um permanente fascínio, que lhe custou muitos anos de estudo até dominar a dinâmica dos rios, a prevenção de inundações e a irrigação. Este encantamento, provam-nos os desenhos mais antigos do grande mestre, que remontam a 1473, são croquis do curso do Arno pelas colinas da Toscana.

Em 1502, vindo de ultimar sua “Madona do Fuso”, Da Vinci, florentino, encontra-se, em Ímola, com seu conterrâneo Nicolau Maquiavel (1469-1527), por ocasião das tratativas com o sanguinário príncipe César Bórgia. Impondo suas pretensões territoriais na Toscana, este condotiere tencionava manter relações utilitárias com Florença; Maquiavel negociava em nome da cidade.

Leonardo estava, então, ao serviço de Bórgia, como seu engenheiro e arquiteto militar – “Architecto et Ingegnero Generale” –, com acesso irrestrito a seus castelos e plenos poderes para determinar melhorias. Mas Florença remanesce em seu coração; tendo-se conhecido, os dois gênios do Renascimento urdiram em favor da cidade amada um projeto extraordinário.

Cuidava-se do desvio do rio Arno, para privar Pisa – tradicional inimiga de Florença – de suas águas, assim como propiciar à querida cidade de ambos acesso direto ao mar. O Arno seguiria rumo ao Norte até Pistóia; assim, Florença poderia obter benefícios adicionais no controle de água, irrigação, energia e comércio. Leonardo concebeu com rapidez o projeto e imediatamente desenhou os mapas, para que fossem apresentados ao público. Dois canais seriam escavados e se conectariam numa grande esplanada, onde encontrariam e receberiam o Arno, que seria então canalizado através de uma montanha, mediante túneis. Segundo Da Vinci, as escavações ocasionariam a remoção de um milhão de toneladas de terra.

Tendo Leonardo sido chamado a Florença para terminar (também a rogo de Maquiavel) a “Batalha de Anghiari” – afresco que retratava a vitória, em 1440, dos florentinos sobre os milaneses¹ –, para a Sala del Gran Consilio no Palazzo Vecchio, não supervisionou diretamente os trabalhos: a execução do magnífico projeto acabaria cabendo a um engenheiro hidráulico chamado Colombino.



*À esquerda, representação do Arno próximo à Florença (c.1503); acima, esboço da transposição (c.1503).
Croquis de Leonardo da Vinci.*

É impossível dizer se o projeto original funcionaria: o engenheiro mudou sua concepção e cavou duas valas independentes que não se juntavam, tal como Leonardo havia pensado.

Demasiadamente estreitos e profundos os canais, o Arno começou a preenchê-los mas retrocedeu, tornando a seu leito². Fracassava, assim, a transposição do Arno; mas a amizade entre os dois célebres florentinos haveria de perdurar até a morte de Da Vinci.

*Texto e imagens disponíveis em
http://www.officinaartium.org/transposicao_do_arno.html. Acesso em 12 dez.2009.*

¹ *Como tantos outros trabalhos de Da Vinci, a “Batalha” parece ter ficado inconclusa; mas especula-se – com base em explorações com raios-X – que o afresco estaria por trás de uma pintura de Vasari no mesmo local.*

² *Consta, no entanto, que o rio, no momento da “transposição”, invadiu com tal força os canais que avançou sobre máquinas, soldados e trabalhadores; oitenta e cinco pessoas teriam morrido na ocasião.*

INTRODUÇÃO

A gestão participativa e compartilhada de recursos hídricos por meio dos comitês de bacias hidrográficas é uma aposta de sociedades livres que consolidam sua democracia. Em seu devir, essas sociedades, inclusive a brasileira, fazem essas apostas sem garantias, pois ao mesmo tempo em que a aposta é materializada, ela própria já muda, ao deparar-se com o que não pode ser pensado e planejado antes. Assim, no tempo presente, o que temos são ensaios, tentativas, caminhadas, aprendizagens.

A gestão participativa e compartilhada de recursos hídricos se materializa principalmente por meio da existência dos comitês de bacias hidrográficas, entes que contam com a participação da sociedade civil organizada, dos usuários de água e do poder público, com a finalidade de gerir equitativamente recursos escassos, assegurando os usos múltiplos da água e arbitrando em primeira instância os conflitos de interesses em sua área de atuação – a bacia hidrográfica.

Acredito que o aprendizado ocorre no devir, na teia de relações da nossa vida, e penso também que nos processos formativos é possível proporcionar bons encontros que tenham potência para promover paixão de alegria, como propõe Spinoza. Acredito também que um desses bons encontros pode ser com a Educação Ambiental, já que esta, ao considerar todos os seres, a natureza e a cultura como indissociáveis, pode dar conta da complexidade do ambiente em que a gestão de recursos hídricos acontece.

Considero também que a nossa vida é, por natureza, uma sucessão não planejada de encontros e despedidas, como nos fala a letra da música que coloquei inicialmente para homenagear pessoas muito queridas. E, com estes pressupostos, esta pesquisa foi realizada.

Assim, no Capítulo 1 - Antes da viagem, faço algumas observações iniciais sobre as expressões “Comitê de Bacia Hidrográfica” e “Bacia Hidrográfica”, considerando já de início que os conceitos estão sempre em construção, e não dão conta de compreender, de fato, a realidade. Também abordo quais eram as questões que me propunha a investigar.

Apresento, ainda, o referencial teórico que embasa a minha escolha pelo método de pesquisa cartográfico. Ao apostar na cartografia como metodologia de pesquisa, aposto também na

imanência, no movimento, nas escolhas, na liberdade, na vida. Não trago, ao final, um mapa com contornos definidos e exatos. Possivelmente trago pistas, pontos movimentadiços, caminhos inesperados e margens. Esta cartografia não é resultado do trabalho de um autor especificamente, mas um resultado que surge do entendimento pessoal do pensamento de Deleuze e de Foucault.

No Capítulo 2 – Encontros, a Realização da Pesquisa, estão as “andanças” do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, grupo com o qual realizei a pesquisa, e que permaneceu em movimento o tempo todo enquanto eu tentava compor meu mapa, e me levava junto. Nesse capítulo encontra-se a pesquisa de campo propriamente dita.

Embora o Comitê tenha o propósito de cuidar e praticar o seu lugar, pelas vias que entende serem as mais adequadas no momento, políticas, leis e outras regulamentações estão sendo pensadas em outros lugares fora da bacia. Estas questões foram analisadas no Capítulo 3 – Desencontros: entre o Pensado e o Praticado.

Por último, no Capítulo 4, que chamei de Despedida: o que Fica e Toca, não me propus a oferecer um modelo que possa ser seguido para promover bons encontros do Comitê com a Educação Ambiental. Nesse capítulo, minha finalidade foi a de mostrar que isso é possível e que pode ser bom, e que para que seja realmente bom, é necessário passar de uma perspectiva de capacitação para um compromisso com a formação, formação esta que assume a complexidade do conhecimento, a indissolubilidade de todos os seres, a natureza e a cultura, e a validade de todo o saber, científico ou não – uma genealogia.

ENTRELUGAR



Sandra Honor. A Mãe D'Água, Sereia das Águas Amazônicas. (2008).

Disponível em <http://amazonia.arteblog.com.br>. Acesso em 12 dez.2009.

CAPÍTULO 1

ANTES DA VIAGEM

Trabalho no órgão ambiental do estado do Espírito Santo, chamado Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, IEMA, no apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas. É frequente a manifestação das mais variadas instituições envolvidas com a gestão de recursos hídricos, inclusive do órgão onde trabalho, sobre a importância da Educação Ambiental para que a gestão descentralizada, compartilhada e democrática das águas possa, de fato, acontecer. Também é frequente a afirmação de que os membros dos comitês precisam de “capacitação” para dar conta de suas atribuições.

Como Morais (2001) adverte, as vozes tem de ser olhadas de dentro dos locais de onde elas vem, em seus interstícios, pelos sons que habitam esses lugares. Morais cita Najmanovich para afirmar que estas vozes são produzidas por sujeitos encarnados, sujeitos de um tempo e de um lugar concretos, sujeitos enraizados em sua cultura, portanto, e não por seres esvaziados de nome e de historicidade.

Temos dificuldade de pensar a formação considerando o nosso tempo, um tempo que já não é mais o auge da modernidade, em que (se acreditava) o conhecimento científico e a racionalidade cognitivo-instrumental eram a solução, a única solução. É necessário cada vez maior número de habilidades para entender, viver e se sentir bem em uma realidade tão complexa, o que alerta para uma formação integral, permanente, processual.

Porém, a “capacitação” (tornar capaz) ainda assume lugar privilegiado de aprendizado. Isto reflete uma decorrência do discurso hegemônico sobre a educação, que privilegia a rapidez na aquisição de conhecimentos e a aplicação útil e imediata desse conhecimento. Esta visão pode ser considerada bastante reducionista por quem acredita que a formação é integral e pertence à pessoa (e não ao mercado de trabalho), e que conhecimentos de tantas áreas que não aquelas específicas do conhecimento profissional também contribuem para uma formação mais completa, por ampliar a visão de mundo, da sociedade, da natureza, da interação entre estes e outros elementos, contribuindo para a tomada de decisões mais justas e equilibradas.

A capacitação, além de ignorar esta concepção de formação integral, também pode ser entendida como uma desqualificação - ainda que não haja essa intenção de desqualificar - pois se pressupõe o educando como incapaz de produzir conhecimento novo. Certeau, com seu carinho pelo homem ordinário, o homem comum, nos fala de uma outra possibilidade: pessoas comuns são inventoras do cotidiano e modificam textos, fazendo arte, uma arte do fraco que tem beleza, e que insistimos em não ver, rejeitamos, diminuimos, silenciemos (*apud* JOSGRILBERG, 2005).

O termo “capacitação” sugere um conhecimento pronto a ser repassado e aprendido e, como tal, reflete uma vontade de ter a verdade e repassá-la. Que desdobramentos pode ter uma “capacitação”, pensada a partir de uma vontade de saber que pode se revelar vontade de verdade, como nos alerta Foucault (2009)? Dentre muitas possibilidades, ela pode ser um mau encontro, que diminui a potência de agir.

1.1 Para compreender os significados de comitê e de bacia hidrográfica

A legislação brasileira, inspirada principalmente na legislação francesa, considera a bacia hidrográfica como a unidade territorial para implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dispõe também que a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades (Lei Federal N° 9433, de 08/01/1997, Artigo 1º, incisos V e VI). A Lei Estadual N° 5.818, de 29 de dezembro de 1998 afirma em seu artigo segundo, inciso IV, que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade. Destaco inicialmente que a palavra comunidade, além de não ter sido definida, é logo a seguir substituída pela expressão “sociedade civil organizada” tanto nos textos legais aqui mencionados quanto na prática da gestão de recursos hídricos.

O lugar privilegiado do encontro desses três segmentos distintos, para que possam dar conta da gestão dos recursos hídricos numa bacia hidrográfica, é o comitê¹ de bacia.

¹ Não existe um conceito oficial para o termo comitê. A legislação ocupa-se de definir sua composição e atribuições. De acordo com o Dicionário *Online* de Português, um comitê pode ser uma comissão constituída para examinar determinado assunto, podendo ser também uma representação de determinado grupo, ou ainda um grupo de pessoas incumbidas de determinados encargos. Para fins deste trabalho considero o comitê como um grupo de instituições encarregadas da gestão de recursos hídricos na área de abrangência de uma bacia ou região hidrográfica, constituído por meio de decreto do Governo do Estado do Espírito Santo, e composto por

O Comitê, de acordo com a legislação, é então o responsável pela gestão dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica. O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA assim define bacia hidrográfica em seu site:

Bacia Hidrográfica é a área de drenagem de um curso d'água, de tal forma que toda vazão efluente seja descarregada através uma só saída, na porção mais baixa de seu contorno. A declividade das montanhas, dos montes e das colinas orienta o sentido e a direção das águas, determinando assim os limites de uma bacia hidrográfica.

Esta definição indica que existe um número significativo de bacias hidrográficas num dado território, tendo em vista a multiplicidade de cursos de água nele compreendidos, configurando o que chamamos de sub ou micro bacias. A gestão por bacias hidrográficas, se pensada dessa forma, pode-se mostrar inviável, tanto do ponto de vista da integração que deve existir entre elas quanto do ponto de vista dos recursos necessários para tanto, sejam eles financeiros, de tempo, humanos ou materiais.

Para tornar a gestão possível é comum que os Estados, o Distrito Federal e a União reconheçam oficialmente os comitês de bacias hidrográficas daquelas regiões em que há um corpo d'água expressivo e de maior volume, configurando as chamadas regiões hidrográficas ou unidades de gestão de recursos hídricos, que englobam, portanto, as bacias menores nelas compreendidas. O pedido de criação de um comitê em âmbito estadual é feito ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH e, se aprovado, deve ser autorizado também pelo Governador, mediante a publicação de um decreto.

O Estado do Espírito Santo, portanto, visando maior eficiência na gestão dos recursos hídricos, definiu seu “Mapa de Gestão”, conforme a seguir. Para elaboração da proposta foram utilizados critérios técnicos e políticos, chegando-se a oito Unidades de Gestão de Recursos Hídricos ou UGRHs: Itaúnas, São Mateus, Doce, Litoral Centro-Norte, Litoral Central, Litoral Centro-Sul, Itapemirim e Itabapoana.

igual número de representantes da sociedade civil organizada, do poder executivo municipal, estadual e federal, e dos usuários de recursos hídricos da bacia, mediante eleição, como será melhor detalhado posteriormente.

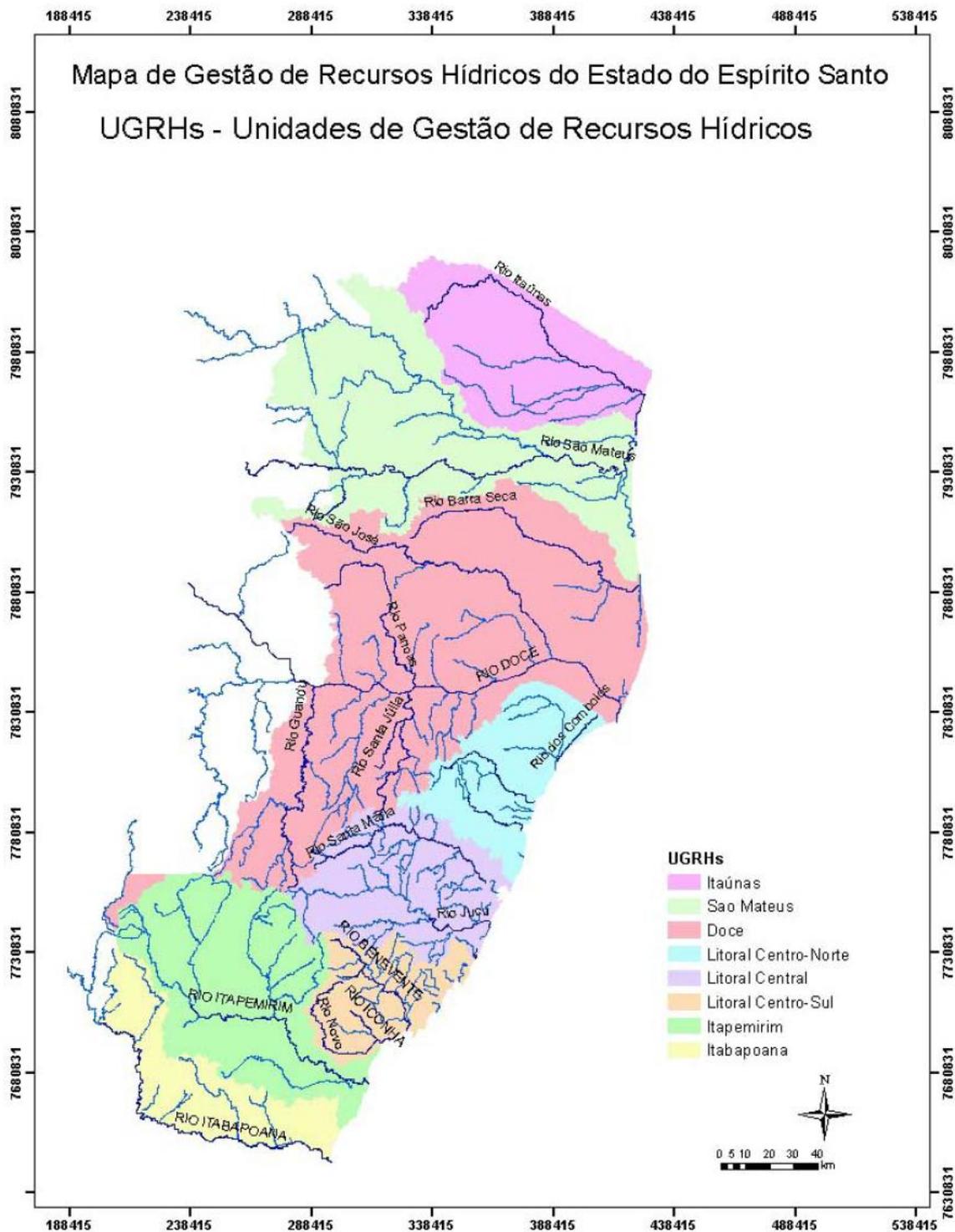


Figura 1 – Mapa de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. Arquivo do IEMA.

Ocorre que o mapa de gestão não se consolidou na prática, pois esta nomenclatura não é utilizada nos documentos oficiais e a gestão de fato acontece considerando-se a existência de treze “bacias hidrográficas”, doze comitês em atuação e um comitê em fase de constituição (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana). As bacias hidrográficas dos rios

Itapemirim, Benevente, Santa Maria da Vitória, Jucu, Rio Novo e Itaúnas são consideradas bacias de âmbito estadual, já que seus rios não ultrapassam os limites do estado. As bacias dos rios Santa Maria do Doce, Guandu e São José são sub-bacias do Rio Doce, de âmbito federal. As bacias dos rios Itabapoana e São Mateus também são de âmbito federal, porque seus rios principais perpassam mais de um estado da federação. Por último, a Bacia do Litoral Centro Norte reuniu um conjunto de pequenas bacias da região costeira. Como veremos adiante, melhor seria utilizarmos a expressão “região hidrográfica” em substituição à expressão bacia hidrográfica, mesmo que seja esta última a expressão que prevalece na legislação, já que o termo bacia não consegue dar conta da complexidade da gestão.

Conforme se pode ver no mapa a seguir, quando se considera a existência de bacias e sub-bacias, ao invés de unidades de gestão, a configuração muda significativamente. Como Educadora observo que para a sociedade a indefinição entre as duas expressões, somada à expressão “regiões hidrográficas” pode fazer crer que o assunto é de difícil entendimento e, portanto, é da competência exclusiva dos especialistas. Tendo em vista que a proposta é de gestão compartilhada e participativa de recursos hídricos, a falta de clareza compromete os princípios mais fundamentais das políticas públicas de gestão da água.



Figura 2 – Bacias e Sub-Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo. Arquivo do IEMA

Em seu site, o IEMA assim definiu a região hidrográfica:

Considera-se como região hidrográfica o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos. Dessa forma, o Estado do Espírito Santo encontra-se dividido oficialmente em 12 Unidades Administrativas de Recursos Hídricos.

A informação traz uma nova expressão – “unidades administrativas de recursos hídricos” – que não é utilizada em documentos, não está presente na legislação, e confunde-se com a expressão “bacia hidrográfica”.

É muito comum que alunos das redes pública e privada, de todos os níveis de ensino, consultem o site do IEMA para fins de pesquisa. E, pelo que pudemos relatar aqui, as informações obtidas não serão claras o bastante, especialmente se levamos em consideração um terceiro mapa, também disponível no site, que se propõe a representar as regiões hidrográficas e os comitês de bacias hidrográficas existentes. Na apresentação do mapa é observado que se deve “clique no mapa para maiores informações das Regiões Hidrográficas do Espírito Santo e de seus respectivos comitês”:



Figura 3 – Comitês de Bacias. Arquivo do IEMA.

Neste novo mapa observa-se que foram inseridos os comitês de Guarapari e Ilha de Vitória, que não existem.

Ainda que se tenha tentado delimitar as áreas, considerando-se aspectos distintos, há casos especiais. Há, por exemplo, algumas áreas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce no estado do Espírito Santo que ainda não possuem Comitê e, portanto, não contam com a presença da sociedade para assegurar o gerenciamento dos recursos hídricos. A proposta de nota técnica que vem sendo discutida no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA é a de unir a gestão nas bacias dos rios Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Doce, formando um único comitê; além disso, acrescentar a região da Bacia Hidrográfica do Rio Pancas (ainda sem comitê) a do Rio São José, também criando um comitê único; por fim, criar um terceiro comitê, que envolveria a região da Barra Seca, esta também sem a presença de um comitê atualmente.

Assim, os próprios conceitos citados anteriormente vão cedendo espaço à viabilidade da gestão, o que indica que os conceitos estáticos e técnicos não conseguem dar conta integralmente de situações sociais, econômicas e políticas reais. Este também é o caso da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas. Ao se observar o limite do estado do Espírito Santo com o estado da Bahia se pode perceber uma linha quase reta (ver Figuras 1, 2 e 3), o que induz ao limite administrativo criado pelo ser humano; mas é nesta mesma linha que ocorre o limite oficial da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas. Certamente que houve alguma consideração política que justificasse esse limite, que não é um limite natural.

Por ser formada a partir de um rio de domínio federal, uma vez que percorre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, a Bacia do Rio São Mateus deveria ser considerada e gerida como uma bacia de âmbito federal. Porém, após anos de tentativa de criar um comitê de âmbito federal junto à Agência Nacional das Águas - ANA, os dois estados fizeram um acordo e cada qual criou o seu comitê do rio São Mateus, como se fossem bacias estaduais. Nada impede que no futuro seja criado um comitê de âmbito federal, porém não há um argumento oficial para que este não tenha sido criado. Fato é que o nome do comitê ficou bastante diferenciado dos demais comitês do estado, sendo chamado de **Comitê das Bacias Hidrográficas Afluentes dos rios São Mateus Braço Norte e Braço Sul no Estado do Espírito Santo.**

Para Tomé e Nascimento (2006) a história humana esteve sempre vinculada à presença da água e antes de pensarmos a bacia apenas a partir do seu rio principal, é preciso considerar todos os elementos que a constituem e a sua relação com as águas de todo o planeta, pois as águas desconhecem os limites criados pelos seres humanos e estão interligadas. Os autores consideram a bacia hidrográfica como “limite natural da paisagem”. Também destacam que as bacias hidrográficas são formadas por rochas, solos, água, ar e seres vivos, e, por isso, são consideradas como unidades ecossistêmicas. Acrescento a fala dos autores que, ao considerarmos os seres humanos, também incluímos todos os aspectos materiais e não-materiais relativos a nossa existência como constituintes de uma bacia hidrográfica, e são justamente estes aspectos que constituem o principal motivo da necessidade da gestão.

Assim, fica claro que a gestão descentralizada das águas é bastante complexa e que os comitês foram criados para dar conta dessa complexidade, como um espaço de discussão e de deliberação compartilhada.

Mas como se cria e atua um comitê de bacia hidrográfica? Qualquer grupo de no mínimo três instituições, representando cada segmento previsto em Lei, pode se habilitar para formar um comitê numa bacia hidrográfica onde ele ainda não exista no estado do Espírito Santo. Esse grupo, que deve ter igual número de representantes da sociedade civil organizada, do poder público e dos usuários, deve também eleger uma diretoria provisória, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo, e seu maior compromisso deve ser o de criar a plenária e eleger a diretoria definitiva do comitê.

Quem são os representantes do “poder público”? A tradução desta expressão na linguagem das políticas nacional e estadual de recursos hídricos tem sido a de “poder executivo municipal, estadual ou federal”.

No Artigo Primeiro, Inciso VI, da Lei 9433, está definido que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Na Lei Estadual 5818, Artigo Segundo, Inciso IV, consta também que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade.

Qual a distinção, se existe, entre “Poder Público” e “Poder Executivo” para as políticas de recursos hídricos estadual e nacional? A Lei não é clara a respeito, pois em alguns momentos se refere a Poder Público indistintamente e em outros especifica atribuições do Poder Executivo. De qualquer forma, numa análise mais objetiva, a expressão Poder Público poderia ser substituída por Poder Executivo, pois seria mais coerente com o que realmente se pratica.

Qual o significado de “comunidade” para as políticas estadual e nacional de recursos hídricos? É o mesmo que sociedade civil organizada? Por ocasião das eleições, no estado do Espírito Santo, as vagas são abertas para a sociedade civil organizada e não para comunidades, mas se pode observar nas citações anteriores que tanto a política nacional quanto a política estadual falam primeiramente em comunidades. Existe ainda uma terceira expressão – entidades civis de recursos hídricos - que parece substituir as duas, mencionada na Lei Federal 9433, de 08 de janeiro de 1997, em seu Artigo 39:

Art. 39. Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:

I - da União;

II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;

V – das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. (grifos nossos)

Já no âmbito do Estado do Espírito Santo, a Lei 5818, de 29 de dezembro de 1998, assim definiu a sociedade civil organizada (grifos nossos):

Art. 43 - Os Comitês de Bacia Hidrográfica, assegurada a participação paritária do poder público, da sociedade civil organizada e dos usuários de recursos hídricos, serão compostos por:

I. representantes do poder público federal, estadual e dos municípios localizados na bacia hidrográfica correspondente;

II. representantes dos usuários de recursos hídricos;

III. representantes de entidades da sociedade civil organizada, sediadas na bacia hidrográfica, como segue:

a) instituições de ensino superior, ou entidades de pesquisas e desenvolvimento tecnológico;

b) entidades associativas de usuários;

c) entidades de classe, associações comunitárias, organizações civis de recursos hídricos, e outras associações não governamentais; e

d) consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas.

Além da dificuldade de se entender de fato o que é sociedade civil organizada nas duas políticas, também se nota na letra b do Inciso III do Art. 43 da Lei Estadual que entidades associativas de usuários, ainda que tenham por objetivo defender os interesses de usuários,

são compreendidas como sociedade civil, comprometendo justamente a participação paritária que pretende defender.

Quanto ao termo usuário, o leigo freqüentemente comete o erro de ver-se, individualmente, como usuário. A sociedade em geral é usuária da água ofertada pelas empresas de abastecimento, estas sim usuárias de recursos hídricos para as políticas nacional e estadual. Os usuários captam os recursos hídricos de dado corpo hídrico para a sua produção, seja este um uso consuntivo (que implica em perda entre o que é captado e o que é repostado ao corpo hídrico) ou não consuntivo.

Esses representantes – poder público, sociedade civil organizada e usuários - são iguais? Em tese sim, na prática ainda não. À sociedade civil faltam principalmente os recursos materiais para se fazer representar nas reuniões e atividades do comitê. Enquanto os representantes do poder público e dos usuários dispõem de veículos e de diárias de viagem para acompanhar as ações do comitê e, conseqüentemente, defender seus interesses, a sociedade civil organizada, nem sempre tão bem organizada ainda ou fortalecida financeiramente, quase sempre depende de caronas e favores para se fazer representar nas reuniões.

A palavra comitê traz a idéia de um grupo de pessoas que representa outras, quer seja para prestar assessoria ao grupo maior, quer seja na tomada de decisão em nome dos demais, sendo esta última a condição do comitê de bacia hidrográfica. O comitê é considerado um dos entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado, mas não é um órgão público; tampouco é uma ONG, um condomínio ou uma associação; não possui CNPJ e nem tem uma identidade jurídica que lhe permita, por exemplo, receber recursos materiais ou financeiros diretamente. Todos os seus integrantes exercem trabalho voluntário e quando o comitê recebe algum equipamento ou recurso financeiro para desenvolver qualquer atividade, isto deve ser feito via outra instituição, geralmente uma das instituições que o integram, que possui personalidade jurídica.

Ao mesmo tempo, a Lei assegura ao comitê a prerrogativa de exercer o planejamento e a gestão de recursos hídricos no âmbito da bacia. Essa condição deixa os comitês em uma situação de desequilíbrio em relação aos demais entes do sistema, que existem formalmente e tem autonomia, inclusive financeira. Dadas as suas responsabilidades, a sua dependência

ainda é um entrave à gestão efetivamente descentralizada e participativa, embora a proposta seja inovadora e bastante interessante. Existem instrumentos, como veremos adiante, que podem mudar esta situação, porém eles ainda não foram implantados efetivamente em nosso estado.

Os comitês são constituídos mediante processo eleitoral: a cada dois ou quatro anos, dependendo do comitê, são abertas as inscrições para os interessados e a plenária se renova. Todas as instituições que representam os três segmentos e atuam na área da bacia hidrográfica, atendendo os critérios do edital quando à documentação e representação, tem o direito de participar da composição do comitê. Por ocasião desse processo eleitoral é, portanto, elaborado um edital, que deve ser amplamente divulgado e que informa a quantidade de vagas por segmento e por setores dentro de cada segmento, e as demais regras do processo eleitoral. Por exemplo, nas vagas destinadas ao segmento poder público, é definido a quantidade de vagas para os setores do poder executivo municipal, estadual e federal. Cada comitê define como será o seu processo eleitoral, porém esses processos são bastante semelhantes em todos os comitês. O não cumprimento da legislação pode ensejar a nulidade da eleição e o órgão gestor acompanha esse processo, qualificando-se como candidato e apoiando os comitês no que diz respeito aos procedimentos legais.

É comum o não preenchimento de vagas por ocasião dos processos eleitorais dos comitês. Por este motivo, os comitês do estado tem um número pequeno de membros, o que certamente compromete sua representatividade. Outro fator que compromete a representatividade nos comitês é a ausência de maior diversidade dentro dos segmentos de usuários e da sociedade civil, também pela falta de interessados em participar do comitê. A cada processo eleitoral é comum que haja processos simplificados para preenchimento das vagas remanescentes, o que pode perdurar até a eleição, sem que todas as vagas tenham sido preenchidas. Embora uma das etapas do processo eleitoral seja a mobilização, e esta seja realizada, ainda não é suficiente para que a sociedade acredite na proposta e se envolva com ela.

Cabe ressaltar que as vagas são destinadas a instituições, e não a pessoas. Cada instituição deve indicar o nome daquele que a representa no comitê, seja titular ou suplente, e este representante exerce trabalho voluntário, considerado de grande interesse público.

É de se supor, portanto, que há uma constante mobilidade nos comitês. Algumas falas por vezes nos chegam, relacionadas a pessoas que estão nos comitês porque foram indicadas por suas instituições, sem entender muito bem quais são suas atribuições, qual é a proposta de um comitê, e como é essa proposta dentro do contexto das políticas nacional e estadual. Participações nessa condição podem trazer novas e interessantes provocações, mas também podem tornar as linhas mais rígidas, comprometendo deslocamentos possíveis e interessantes, assim como podem cegar para (interessantes) possibilidades de fuga.

Os comitês foram constituídos com uma intencionalidade. Suas competências foram definidas primeiramente na Lei Federal 9433, de 08 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH. Posteriormente, pela Lei 5818, de 29 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo.²

Como se pode notar, as atribuições dos comitês de bacias hidrográficas são complexas e envolvem decisões que pressupõem, explícita ou implicitamente, diversos saberes, como saberes técnicos, sociais, culturais, econômicos, científicos, administrativos, saberes éticos (que falam das relações consigo mesmo, entre si e com a sociedade), entre outros.

² De acordo com a Lei Federal 9433, em seu artigo 44, são da competência dos comitês de bacias hidrográficas:

- I. aprovar a proposta do Plano da Bacia Hidrográfica, para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;
- II. aprovar e encaminhar ao CERH² os programas para aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento de recursos hídricos;
- III. acompanhar o plano de proteção, conservação, recuperação e utilização dos recursos da bacia hidrográfica, referendado em audiências públicas;
- IV. promover entendimentos, cooperação dos programas dos usos dos recursos hídricos, assim como associar sua divulgação e a realização de debates segundo o interesse da coletividade;
- V. propor ao órgão competente o enquadramento dos corpos de água da bacia hidrográfica;
- VI. deliberar sobre convênios e contratos relacionados aos respectivos Planos de Bacia Hidrográfica, em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- VII. avaliar o relatório sobre a "Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica";
- VIII. submeter ao CERH critérios e normas administrativas gerais para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos da sua área de abrangência, ouvida a Agência de Água;
- IX. estabelecer critérios para o rateio de custo das obras e serviços de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo, em sua área de abrangência;
- X. aprovar a previsão orçamentária anual da respectiva Agência de Bacia Hidrográfica;
- XI. aprovar o Plano de Contas da Agência de Bacia Hidrográfica;
- XII. estabelecer os mecanismos administrativos para a cobrança pelos direitos de uso dos recursos hídricos e propor os valores a serem cobrados; e
- XIII. exercer outras atribuições estabelecidas em lei ou regulamento, compatíveis com a gestão de recursos hídricos.

Pesquisa realizada pelo Projeto Marca D'Água junto a dezoito organismos de bacia no Brasil e que resultou na publicação “Comitês de Bacia sob o Olhar dos seus Membros”, identificou que, nos comitês pesquisados (FRANK, 2008, p. 21):

O membro típico do comitê de bacia hidrográfica é do sexo masculino, tem entre 40 e 49 anos, reside na área da bacia e possui curso superior. Ele trabalha no setor público e tem renda acima de dez salários. [...] Os dados socioeconômicos indicam que os comitês são compostos por um grupo privilegiado.

Se este é também o perfil dos membros dos comitês do estado do Espírito Santo, de que saberes necessita esse grupo “privilegiado”? Em qualquer condição, imagino que, em comunidade, eles trazem seus saberes e também produzem sentidos e novas/outras racionalidades: quais? Indo além: que saberes podem estar ausentes, ainda que necessários, sendo negligenciados ou desconsiderados? Quais os processos instituídos e os processos instituintes de formação? Estão sendo tecidas redes de saberes que potencializam práticas sociais? Estas foram, enfim, as questões norteadoras da pesquisa realizada com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, como será mais bem destacado posteriormente.

Em 26 de março de 2009, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos publicou a Resolução 98, que estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos - GIRH no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Destacamos duas das diretrizes para os programas, projetos e ações de desenvolvimento de capacidades em GIRH, visando qualificar os gestores, usuários e comunidades, conforme artigo quarto daquela Resolução: o caráter processual, permanente e contínuo na sua implementação e o reconhecimento e a inclusão de diferentes saberes, culturas, etnias e visões de mundo, com equidade de gênero, nos processos de desenvolvimento de capacidades em GIRH e na produção de material pedagógico.

São tantas as dúvidas e é tão forte a pressão pela “capacitação” que é necessário pensar. Esse pensar não é para definir um currículo pronto e acabado, inclusive porque este pode ser veículo onde a manipulação da informação é facilmente exercitada (BERTICELLI, 2005, p. 116).

Ainda que sempre haja espaço e tempo para a invenção, para a sublevação, para a subversão, as linhas e grades de um currículo concebido de forma tradicional podem mais aprisionar que libertar. Podem mais limitar do que produzir novos sentidos e saberes. Podem mais reduzir que ampliar. Como um currículo pode ser expansão, ampliação, liberdade, provocação? Como é que pode ser pergunta interessante e não resposta pronta? Como a formação pode ser possibilidade de produção de novos sentidos e saberes a partir da liberdade?

1.2 As questões da pesquisa

A pergunta que trouxe para a pesquisa, portanto, foi esta: Quais questões pensar (*e com quem*) sobre a formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas do Estado do Espírito Santo? Ao abandonar a concepção de capacitação, fiz uma opção por um processo contínuo de aprendizagem e de re-significações que vão muito além do repasse de conteúdos, e buscam sim a compreensão do que está colocado e porque, além da produção de novos saberes e da religação destes com outros, passados, atuais e futuros.

A palavra “pensar” me traz alguma inquietação porque questiono a excessiva crença na atividade intelectual como a única possibilidade de resposta para os problemas humanos. Mas ainda assim faço opção por ela, por não ter encontrado um outro termo que possa dizer melhor dizer da necessidade de formular hipóteses relacionadas à formação de pessoas, ainda que essas hipóteses levem em consideração, necessariamente, bem mais do que o seu desenvolvimento intelectual.

O objetivo geral da pesquisa, portanto, foi o de problematizar a formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas a partir dos desejos manifestados e das necessidades de atuação previstas em lei, considerando a expansão como possibilidade, não como certeza.

Este objetivo geral compreendeu quatro outros objetivos específicos, como linhas que se cruzam e compõem um mapa. Um deles foi o de me interrogar sobre a possibilidade de considerar o comitê de bacia hidrográfica como uma comunidade, tal como descrito por Carvalho:

Uma comunidade singular e cooperativa, segundo Negri (2005), dá-se pela constituição do comum. Mas o que viria a ser o comum? – O comum seria a capacidade de a “multidão”

(Hardt;Negri,2006) assumir pelas próprias mãos as condições biopolíticas da própria existência, fundamentalmente articulada com o movimento e a comunicação de singularidades entre si. (2009, p. 143)

Seria esta a proposta de criação dos comitês de bacias hidrográficas: levar os diversos grupos representativos da sociedade a assumir as condições de sua existência? E, tendo em vista que esses diversos grupos tem suas prioridades, não é de se supor que no espaço do comitê naturalmente estejam presentes interesses divergentes, até mesmo antagônicos entre si, que foram convocados à explicitação na comunidade?

Segundo Carvalho (2009), o comum não pode ser reduzido a uma unidade homogeneizada. Ao contrário, é no próprio antagonismo presente no interior da comunidade que está a potência para produzir os deslocamentos coletivos. A autora lembra Derrida, que afirma que a unidade ou a aspiração à unidade se constituem como o perigo a ser evitado e que o hibridismo e a pluralidade seriam a sua superação. Pensando no comitê de bacia hidrográfica como uma comunidade recentemente criada na história brasileira, também podemos pensá-lo como em construção e a partir de Santos:

Entre o nada e o tudo – que é uma maneira muito estática de pensar a realidade – eu lhes proponho o “ainda-não”. Ou seja, um conceito intermediário que provém de um filósofo alemão, Ernest Bloch: o que não existe, mas está emergindo, um sinal de futuro. (*apud* CARVALHO, 2009, p. 153)

Pensar a formação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas é pensar, assim, o seu ainda-não, o que está por vir, e o que a aprendizagem coletiva, em comunidade, pode proporcionar. Em especial, pode-se pensar no comitê de bacia hidrográfica não como um organismo que veio apenas para cumprir o que está colocado, mas sim para também apostar na emergência, nos sinais de futuro, no que pode ser e ainda não é.

Cabe salientar, assim, uma preocupação que sempre tive na minha prática profissional junto aos comitês: a de que eles se vissem diante da burocracia típica do serviço público e perdessem o seu caráter de alternativa de gestão descentralizada, democrática e participativa. As ideias de comunidade e de comitê se relacionam com práticas de liberdade, que por sua vez pressupõem a existência de instabilidade e de inventividade, o ultrapassar de fronteiras e o caos, aqui entendido como aquilo que não se pode prever e conformar, e que é extremamente vivo e criativo, porque livre. Na burocracia, porém, atenção máxima é dada ao controle sobre pessoas e processos, justamente para que sejam conformados e, portanto, não livres.

Estar em comunidade pressupõe o desejo de realizar juntos, o que enseja alguma organização para que isto seja possível. Como representantes de toda a sociedade da bacia, é necessário um ordenamento geral que incentive os membros dos comitês a essa ação comum e ao bem estar de todos, não sendo adequado, porém, que esse ordenamento seja maior do que e um limitador da missão do grupo:

Diz-se que a burocracia funciona independentemente das pessoas, porque vê os seres humanos como um fator de insegurança que precisa ser controlado. A burocracia é criticada por tornar lenta a iniciativa humana: qualquer independência de espírito é imediatamente colocada de volta no trilho dos regulamentos e procedimentos. [...] Ela conecta seres humanos como se fossem engrenagens de procedimentos mecânicos. A burocracia mecânica opera, não luta. Foi feita para a estabilidade, não para a mudança. É estática e permanece como está, independentemente do lucro ou da perda. (WEBER, 2008, p. 116)

Um segundo objetivo específico foi o de mapear estratégias e táticas que atravessam o interior dessa possível comunidade, e me interrogar sobre a forma com a qual os comitês de bacias problematizam o que está instituído; buscava conhecer se os comitês constituem movimentos de sublevação em relação aos discursos que lhes são dirigidos. Por sublevação, e de acordo com o Dicionário *Online* de Português, entendo o movimento de revolta, de rebelião ou de insurreição, neste caso específico em relação aos aparatos formais e legais relacionados à gestão de recursos hídricos que são instituídos pelo órgão ambiental ou outras instâncias formais de normatização.

Buscava também capturar indícios orientadores das atuais iniciativas de “capacitação”. Os pedidos de “capacitações” e de palestras, quando ocorrem, são feitos oficialmente pelos comitês ao IEMA. Mesmo que sejam acordados em reuniões e negociados pessoalmente, há necessidade da formalização, o que poderia favorecer uma interpretação mediante pesquisa documental.

Por fim, tencionava propor a Educação Ambiental como potência para a formação dos comitês de bacias hidrográficas, o que envolve pensá-la como capaz de afetar. Para Spinoza (2009, p. 98-99), afetos são afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada:

O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor. [...] A nossa mente, algumas vezes, age; outras, na verdade, padece. Mais especificamente, à medida que tem idéias adequadas, ela

necessariamente age; à medida que tem idéias inadequadas, ela necessariamente padece. [...] Entre as idéias de qualquer mente humana, algumas são adequadas, enquanto outras são mutiladas e confusas.

Aprendemos com a mente e também com o corpo: as sensações de prazer e desprazer, a visão do outro olhar, do gesto, da recusa ou do acolhimento também ensinam. Escutar o silêncio, ter ou não voz, ter ou não oportunidade e liberdade de expressão em variados grupos, também ensinam. O toque na pele nos diz algo, nos faz perceber e sentir, quando também acontece aprendizado. E a Educação Ambiental considera essas múltiplas formas de compreender o mundo.

Falar da Educação Ambiental como potência significa acreditar que ela pode afetar e que pode ser paixão de alegria, aumentando a potência de agir:

[...] a mente pode padecer grandes mudanças, passando ora a uma perfeição maior, ora a uma menor, paixões essas que nos explicam os afetos da alegria e da tristeza. Assim, por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor. (SPINOZA, 2009, p. 107)

A potência de ação do comitê de bacia hidrográfica não é simplesmente a soma da potência de cada um dos seus membros, pois a potência de ação remete sempre ao outro. Esse outro pode fomentar os bons encontros – aqueles que fortalecem nossa autonomia de ser e estar no mundo em liberdade, na medida em que propicia a descoberta de capacidades, potencialidades e talentos individuais e coletivos (SANTOS e COSTA-PINTO, 2005).

A Educação Ambiental tem também por missão denunciar o pensamento mutilador e triste, decorrência da concepção cartesiana de conhecimento, que precisa reduzir, fragmentar, dissecar os sistemas para melhor compreendê-los (TRISTÃO, 2008, p. 139). Como potência, ela considera duas lógicas:

[...] a lógica da racionalidade instrumental e a lógica da emoção, do sentir. Com isso, é bom esclarecer que não se propõe nenhuma superação das contradições. O pensamento complexo diz que não podemos superar as contradições, e, muito menos, deixá-las de lado. Nesse caso, razão e emoção convivem no entrelaçamento da constituição do ser humano, pois, como diz Maturana (1998), qualquer sistema racional tem um fundamento emocional. (TRISTÃO, 2008, p.30)

Diante dessas considerações, podemos deduzir que um programa de formação voltado para seres mutilados, considerados exclusivamente na sua racionalidade, ou não provoca aumento da potência de agir, ou a diminui consideravelmente.

Quando um programa de formação é concebido como instrução das pessoas sobre o que devem fazer em relação ao que já está instituído, sem lhes assegurar a oportunidade de discutir a respeito de sua própria formação, sem ouvir suas necessidades, sem propor, ouvir e considerar respostas, silenciando-as, negando-lhes a oportunidade de questionar o que já está instituído, estamos propondo afeto de tristeza, paixão que diminui a potência de agir.

1.3 Metodologia

O *paradigma cartesiano* nos ensinou a pensar o mundo como um *cosmos mecânico*, um *universo relógio*, com peças fixas e movimentos previsíveis, num tempo/espaço absoluto. Sua lógica de sustentação vem da matemática, através de quantificações e medidas (FERRAÇO, 2008, p. 101).

A Hidrologia oferece exemplos claros desta forma de pensar: para se determinar a dimensão de uma estrutura física como uma barragem, por exemplo, trabalha-se com uma série de dados coletados ao longo de décadas, que são resultantes de medições de vazões. Existem técnicas distintas para realizar esse acompanhamento, tanto por meio de equipamentos mais sofisticados como por meio da coleta diária dos dados feita pessoalmente, a partir da visualização, duas vezes ao dia, sempre nos mesmos horários, de uma régua linimétrica, conforme a seguir:



Figura 4 – Régua Linimétrica

Disponível em <http://teresopolisonline.blogspot.com.br/2011/08/menor-vazao-do-ano-nos-rios-de.html>. Acesso em 09 fev.2011.

Os dados coletados possibilitam identificar em que meses e anos ocorreram as maiores cheias, e qual o seu volume. Estes dados são então trabalhados estatisticamente - e existem métodos distintos para tanto – e posteriormente os técnicos avaliam qual o tempo de retorno previsto para a maior cheia e, a partir dessa projeção, é calculada a estrutura da barragem. Ela deve, portanto, ser sólida e segura o suficiente para suportar uma cheia de grandes proporções a cada cinquenta ou cem anos, por exemplo - o tempo de retorno é variável, dependendo da estrutura que se deseja construir. Fato é que quanto maior o tempo de retorno considerado, maior a segurança e também maior será o custo da obra. Os procedimentos aqui relatados provêm principalmente da Engenharia, e mais especificamente da Hidrologia, e foram apresentados de forma sucinta e pouco aprofundada. Destaca-se que o conhecimento da Hidrologia é bastante valorizado na área de recursos hídricos, mesmo entre os membros de comitês de bacias hidrográficas, que, em função de suas atribuições e competências, o utilizam muito pouco.

O universo relógio apontado por Ferrão fica aqui claramente exemplificado, e suas falhas também. As informações obtidas pelo método aqui apresentado são exclusivamente probabilísticas. Nada impede que uma cheia aconteça em um período não previsto, e nada garante que ela terá a mesma proporção da maior cheia já identificada. No entanto, se um morador antigo de uma localidade afirmar, por experiência e observação, que haverá uma cheia em determinado mês ou ano, tal conhecimento tende a ser ignorado e, em alguns casos,

até mesmo desqualificado, porque não vem da matemática, através de quantificações e medidas. A crença na medição, ainda que o seu resultado seja uma probabilidade, é bastante significativa e, de acordo com a sua forma de apresentação, aparentemente inquestionável. Nas aulas de Hidrologia, que frequentei durante o Mestrado em Educação, alunos dos cursos de Mestrado e Doutorado em Engenharia Ambiental brincam a respeito da segurança dos cálculos: ele será maior caso o Engenheiro que projetou a barragem venha residir à jusante dela.

Não é minha intenção desqualificar o conhecimento em Hidrologia ou o conhecimento científico em geral, e sim provocar uma discussão a respeito da forma como os vemos. Uma probabilidade é uma boa indicação, mas não é uma certeza. E existem exemplos interessantes de produção de conhecimento em gestão de recursos hídricos que contemplam diferentes tipos de saberes, como a que vem sendo realizada pelo LabGest - Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Espírito Santo, em que pesquisadores de áreas distintas compõem uma equipe que submete a sua produção científica à validação dos comitês e da sociedade das bacias hidrográficas onde atua. Esta troca é um desafio tanto para os pesquisadores quanto para a sociedade, pois implica aprender um com o Outro, abrindo mão de todo um pré-conceito da supremacia do conhecimento científico e da convicção de que somente os doutores detém saber válido, e abrindo as portas para a imprevisibilidade.

Acreditando na vida, no mundo e na pesquisa como cosmos imprevisíveis é que iniciei esta investigação. Problemas ambientais como os que vivemos na contemporaneidade reclamam outras visões de mundo e de conhecimento, outras maneiras de ser e estar no mundo, e prudência em face da complexidade.

Pode-se exemplificar a complexidade da gestão de recursos hídricos a partir da identificação dos múltiplos usos que fazemos da água. Seja para o abastecimento doméstico, para a dessedentação de animais, para a produção agrícola, industrial e de energia, seja como possibilidade de transporte, para a realização de atividades de pesca e de lazer, para manutenção dos ecossistemas e da paisagem ou outro, nenhum uso pode ser desconsiderado em relação a outro – as políticas nacional e estadual de recursos hídricos tem como uma de suas premissas assegurar justamente os múltiplos usos da água. Ambas estabelecem como

exceção à regra o fato de que em caso de situações emergenciais, de reconhecida escassez, a prioridade será dada à dessedentação de seres humanos e animais. Porém, em situações de normalidade, os usos múltiplos devem ser assegurados.

Há uma infinidade de instituições (usuários) agindo em cada uma dessas atividades, cada qual com suas prioridades. Ocorre que nem sempre é possível atender a todas as demandas, sendo necessário racionalizar o uso. Para que esta racionalização aconteça é necessária a negociação, o estabelecimento de acordos equitativos, por meio comitê da bacia prioritariamente, e o cumprimento desses acordos. Mas é comum que acordos não sejam efetuados e também que, quando feitos, não sejam cumpridos. Os longos períodos de estiagem, ainda, tornam necessário rever o que já foi planejado e decidido. Desta forma, a gestão de recursos hídricos implica gestão de conflitos pelo uso da água, o tempo todo.

Além da complexidade da gestão, também se pode mencionar a complexidade, delicadeza e fragilidade dos ecossistemas aquáticos em todo o planeta, sujeitos a interferências causadas pelas ações do ser humano, como o desmatamento, a poluição atmosférica, o uso de agrotóxicos, dentre muitos outros.

Aceitar a complexidade significa que, por mais que estejamos comprometidos com a busca de sentido, sabemos que ele nos escapará, e que não há um *único* sentido: podemos nos permitir apenas buscar *algum* sentido em redes de interações complexas. Os caminhos investigativos ficam fluidos, móveis, como num mapa com linhas fugidias. A pesquisa passa a ser invenção, como nos diz Ferrazo:

[...] por ser invenção, não há como antecipar caminhos. Somos levados, por movimentos caóticos (ordem/desordem), a percorrer redes efêmeras de representações e práticas que se configuram e desaparecem nos tempos/espços das vivências; como são efêmeras, as redes exigem de nós, na apreensão de seus fragmentos, caças não autorizadas, maneiras diferentes de senti-las. Mergulhos, mortes/ressurreições, idas e vindas. Vivências corporais dos movimentos caóticos. (2008, p. 102)

Ao me deparar com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu na condição de pesquisadora, pude vivenciar os mergulhos, mortes, ressurreições, idas e vindas de que fala o autor. Na medida em que procurava compreender e unir fatos, falas, atitudes e decisões,

outros fatos, outras falas, outras atitudes e decisões aconteciam e se juntavam às anteriores, de forma assíncrona, e apontavam para novos caminhos e descobertas.

O autor nos mostra ainda que a análise dos fragmentos, representações e saberes revela a complexidade dinâmica da realidade vivida; é na realidade vivida que agimos, reagimos, vivemos, convivemos, lutamos, relutamos, por meio de nossas redes de conhecimentos, crenças e valores; não há certezas – tudo acontece em meio a contradições, inseguranças, desafios, frustrações, vitórias e sobrevidas, que se desvanecem e tornam a surgir a cada momento. (FERRAÇO, 2008, p. 105)

Desvanecer e ressurgir, como nos fala Ferração, é um movimento autopoietico: a vida, aberta ao devir, é movimento de constituição e reconstituição, sem cessar. O pesquisador não pode captar as sutilezas de organização e reorganização da vida, ele é insuficiente diante disso. Então, durante a pesquisa, a incerteza toma lugar, durante todo o tempo, até que diante de tantas reflexões, sentimentos, percepções, algo toma sentido e surge. Esse algo é pequeno diante da complexidade, é efêmero, e por isso tem beleza.

Ainda que a incerteza tenha esse lugar privilegiado, Fischer nos adverte de que não passamos à margem dos graves problemas sociais, econômicos, educacionais, culturais, filosóficos do nosso tempo. Acrescentamos ao dizer de Fischer que são graves também os problemas ambientais. A autora nos fala ainda que estamos imersos nestes problemas e possibilidades, que falamos e nos inquietamos a partir deles, como simples mortais, e como pesquisadores também (2002, p. 51).

Ainda que não possamos encontrar a solução ideal, o tão esperado jardim das delícias, conforme nos fala a autora, e também entendendo que não podemos aceitar a neutralidade de nossos gestos, de nossos estudos, de nossa posição política, podemos assumir um posicionamento de outra natureza. Fischer nos lembra ainda a genealogia das problematizações proposta por Foucault para dizer que ainda que se reconheçam todas as fragilidades colocadas até aqui, não se justifica a apatia.

Albuquerque Júnior, Veiga-Neto e Souza Filho nos falam de Foucault como

[...] cartógrafo de nosso tempo e de nosso mundo [...] Sua obra fez aparecer uma nova geografia de nosso pensamento e de nossas práticas ao ir buscar naquilo que

foi considerado minoritário, desviante, criminoso, invisível, ameaçador, as próprias operações fundamentais de constituição do que somos e daquilo que fizemos e fazemos com nós mesmos. Para Foucault, aquilo que uma sociedade exclui, joga para as margens é o que constitui seus limites, as suas fronteiras e é justamente o que a define, o que dá seus contornos e o seu desenho. As experiências do fora, das margens, dos limites, das fronteiras, seriam as experiências que permitiriam cartografar novos desenhos, novas configurações para o acontecer de uma dada sociedade. [...] Michel Foucault foi um pensador que colocou como tarefa do pensamento fazer a arqueologia do tempo presente, que nos intimou a fazer do presente o nosso problema, que nos conclamou a sermos capazes de nos tornarmos diferentes de nós mesmos, que nos incitou a fazermos um diagnóstico do que estamos fazendo com nosso tempo. (2008, p. 9-11)

Nesta pesquisa, acreditando em diversas formas de expressar uma metodologia de pesquisa que se deixa seduzir pelo desejo de cartografar novos desenhos e novas configurações, optei por unir ideias de autores como Ferrão, Certeau, Deleuze e Foucault. A cartografia que utilizo como metodologia de pesquisa assume assim uma forma bem pessoal, sem considerar as divergências que possam ocorrer entre esses autores, mas sim e exclusivamente as suas convergências.

De Ferrão trago para compor minha metodologia as ideias de imprevisibilidade da pesquisa, e da vida e da pesquisa como movimentos caóticos; de Certeau, a convicção sobre a beleza do cotidiano e da possibilidade que tem as pessoas de reinventá-lo constantemente - o que também nos leva à imprevisibilidade; de Deleuze, a ideia da grande viagem pela vida, por caminhos também imprevisíveis, sem porto seguro de chegada; de Foucault, o tempo presente como o nosso tempo, em que as relações de poder são voláteis e permitem enfim a reinvenção do cotidiano, num cosmos imprevisível e caótico, como aponta Ferrão.

Esta metodologia não indica uma técnica de pesquisa específica. Ela é uma forma de olhar, de sentir, de vivenciar a pesquisa, mantendo os sentidos alerta, vencendo o medo causado pela falta de segurança, ousando ir além, sem garantias.

Mairesse (2003, p. 260) nos fala do trabalho do pesquisador cartógrafo como marcado por um paradigma ético, estético e político; ressalta que quando o pesquisador busca conhecer seu pretense objeto, ele já se encontra inserido em novos processos, que o transformam e o descaracterizam de sua forma original. Isto ocorre justamente porque o pesquisador cartógrafo está no tempo presente e é do presente que sente, vê, ouve e fala.

A cartografia que proponho como metodologia de pesquisa não é a de mapas, e sim a de pensamentos, ideias, saberes - sempre em movimento. Por meio desse olhar e com base nos referenciais que adotei neste trabalho, a ideia é a de que eu possa desenhar. Como disse anteriormente, o desenho é fluido, não tem contornos definidos, é aberto a novos olhares, estará sempre sendo construído, porque tudo o que as linhas do desenho pretendem capturar está em movimento.

Cada sujeito, com sua história particular, é um sujeito coletivo, cuja subjetividade se encontra e reencontra em suas interações com outros sujeitos, tendo como pano de fundo a complexidade, o imprevisível, o caos, o dentro e o fora, o interior, o exterior, a margem, o dito, o não-dito. Assim, ao desenhar, me detive nas relações entre as pessoas, e não em cada pessoa em particular. Exemplo disso é que trabalhei junto com o grupo, o observei enquanto grupo, e fiz uma entrevista coletiva ao invés de conversar com cada um individualmente. Nesta entrevista foi possível ver o quanto a relação é provocadora de aprendizagem, sem haver essa intenção claramente definida. Uma fala termina, ou é interrompida, e outra já começa com “Sim, mas...” ou “Concordo por que...” e lá vem outra fala, que se soma, ou contradiz, ou complementa a primeira, sem planejamento, sem contornos definidos, num movimento de construção, sem cessar.

Conforme apontamentos realizados na disciplina Currículo, Cultura e Sociedade, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferrazo no segundo semestre de 2009, o discurso individual fala do tecido social vivido; a potência está entre, no intermédio, e não no sujeito; o sujeito não é dado a priori, mas se constrói na relação, para desaparecer como referência. A potência está no “com”, no encontro...

Além disso, desse encontro, dessa interação pode surgir o acolhimento de discursos comuns e eu procurava identifica-los, caso existissem:

Cada grupo, cada nação acolhe e faz funcionar determinados tipos de discursos como verdadeiros ou falsos, estes são produzidos e regulamentados a partir de necessidades políticas e econômicas que exercem múltiplas coerções sobre este discurso e sancionam suas formas de atuação e legalização de práticas e condutas específicas destinadas a universalização de valores e homogeneização das classes (MAIRESSE, 2003, p. 265)

Em minha pesquisa, eu buscava também reunir fragmentos, recuperar o que poderia ter sido excluído, o que estava nas margens, nos limites, nas fronteiras, e que poderiam cartografar novos desenhos, novas configurações. Buscava também surpresas em relação ao que estava colocado e constituído, procurava por pistas ou indícios de sublevação. Enfim, procurava construir um mapa de orientação tendo por aporte metodológico a pesquisa cartográfica.

O órgão ambiental faz uma designação oficial para que um servidor o represente em cada comitê de bacia hidrográfica, e, a partir de março de 2010 eu passei a ser representante do órgão no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, onde realizei minha pesquisa. A partir daí, passei a acompanhar as reuniões como membro participante e também como pesquisadora, com a ciência dos demais membros a este respeito. Ao todo, foram nove reuniões do comitê durante a realização da pesquisa, sendo lavradas atas de sete delas. As duas últimas atas ainda não foram disponibilizadas pela secretaria executiva do comitê, em função dos preparativos e da realização da Expedição Científica, como veremos a seguir.

Novos desenhos e novas configurações estão se dando o tempo todo, e não pararam para que eu pudesse pesquisá-los. Ao contrário, permaneceram em movimento, do qual eu também fazia parte, influenciando e sendo influenciada por eles: estávamos em rede. Penso, como Kastrup, que redes não podem ser caracterizadas como totalidade fechada, dotada de superfície e contorno definido, mas sim como um todo aberto, sempre capaz de crescer através de seus nós, por todos os lados e em todas as direções. (2003, p. 53)

Busquei, em minha pesquisa, fragmentos dessa cartografia também em documentos, e analisei as atas das sete reuniões das quais participei bem como uma ata anterior a essa participação. Os registros realizados por meio de documentos são estáticos e uma ata, ao perseguir a legibilidade e imparcialidade, não capta ou registra sentimentos, emoções, desejos manifestados, por vezes, apenas pelo olhar ou pelo tom da voz, e, portanto, tem limitações. Porém, como eu estava lá na maioria das vezes, pude perceber no conjunto de documentos o que eu não tinha percebido antes; revivi as lembranças e por vezes atribuí um novo significado ao que tinha vivido com eles, pois tive outro e novo olhar, de presença e de distanciamento ao mesmo tempo.

Como afirmado anteriormente, buscava identificar que saberes essas pessoas traziam para o coletivo, que sentidos e novas/outras racionalidades elas produziam por meio de seus debates/embates; que saberes poderiam estar ausentes, ainda que necessários, que poderiam estar sendo negligenciados ou desconsiderados; quais os processos instituídos e os processos instituintes de formação que se visualizam; e se estavam sendo tecidas redes de saberes que potencializavam práticas sociais.

Em março de 2011 eu tive uma conversa com o comitê. Pedi um espaço na reunião e conversamos sobre formação. A nossa conversa também não foi rigidamente delimitada, e eu não fiz qualquer movimento no sentido de reconduzir o assunto quando parecia que nos afastávamos dele. Foi importante agir assim porque depois, ao analisar a gravação desse momento, eu pude perceber que todas as falas refletiam, ainda que de forma não tão aparente durante a conversa, o que os membros do comitê entendiam sobre a sua própria formação.

Penso como Ferrazo e muitos outros: não posso impor um caminho. Ante a possibilidade de ser argüida quanto à ausência de um trajeto definido mais rigidamente e sobre a efetiva contribuição que a minha pesquisa possa dar ao conhecimento científico em recursos hídricos, respondo como Foucault:

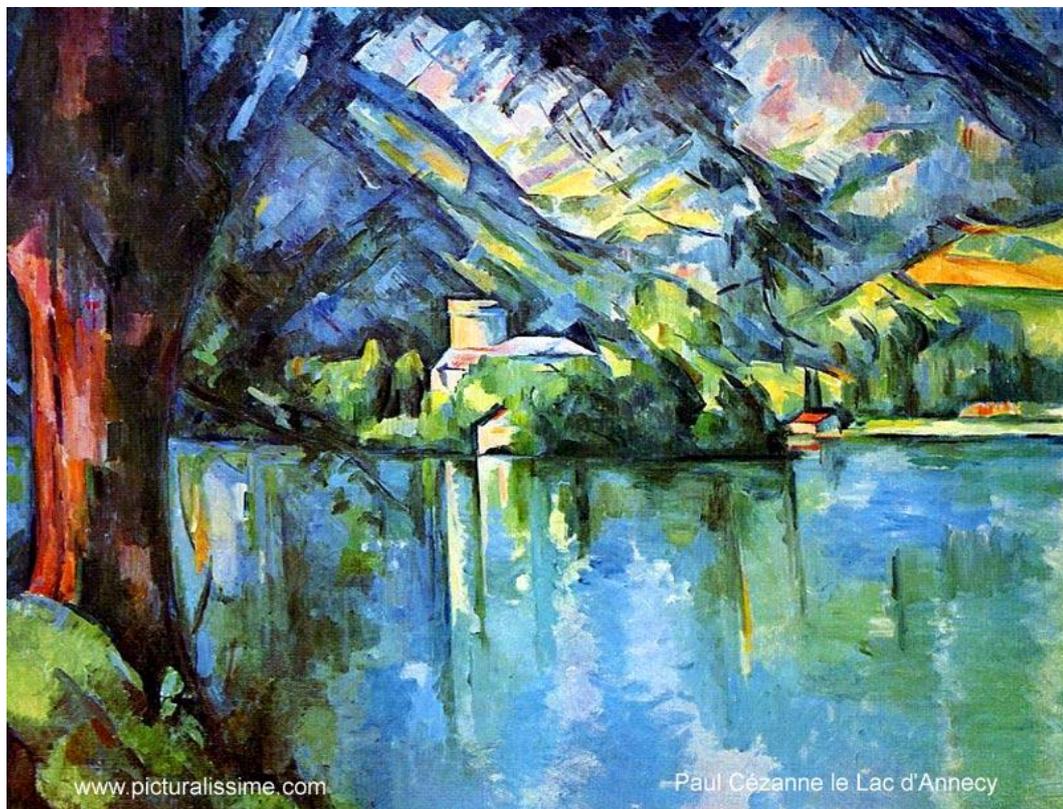
[...] as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como conseqüências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de saber. [...] uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. [...] Ora, essa vontade de verdade [...] é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Recordemos aqui, apenas a título simbólico, o velho princípio grego: a aritmética pode bem ser o assunto das cidades democráticas, pois ela ensina as relações de igualdade, mas somente a geometria deve ser ensinada nas oligarquias, pois demonstra as proporções na desigualdade. (2009, p. 16-17)

Ao encerrar a pesquisa, encontrei mais do que buscava - um mapa sem contornos nítidos, que se move, ele, o próprio mapa. Não há um começo ou fim definidos, nem contornos rígidos, apenas lugares sendo partilhados e praticados, que se adensam e se ampliam, sem uma direção pré-determinada, por meio dos elos de uma rede infinita.

O que pude observar se assemelha a raízes expostas, como num manguezal, que vão sempre para todos os lados, em busca de mais vida. Enfim, o mapa só pode dar idéia de ligações

“costuradas” por uma linha que vai juntando tudo – o comitê -, mas onde não é possível oferecer coordenadas exatas de nenhum ponto, pois os pontos se movem, o tempo todo. Esse movimento constante não pode ser entendido como um movimento frenético e apressado, mas sim como deslocamentos no aqui que já é passado e que antecede e já é também futuro. É o movimento, portanto, da renovação constante da vida, que pode acontecer aparentemente silenciosamente, e ocorre no tempo presente.

ENTRELUGAR



Paul Cézanne. A Lac d'Annecy. (1896)

Disponível em www.picturalissime.com. Acesso em 1 dez.2009.

CAPÍTULO 2

ENCONTROS: A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.1 Localização

No momento mesmo da fotografia que foi tirada, a captura já se refere ao passado. A partir desse instante, a partícula, a expressão, a quantidade ou o sentimento não será mais repetido da mesma forma, na exata dimensão de intensidade, posição ou qualquer atributo que se lhes queira dar - o fotógrafo não poderá repetir esse lugar e tempo, o instante já passou. O que ele poderá fazer é tirar novas fotos, indefinidamente, em novos tempos, mesmo que permaneça no mesmo suposto lugar que já não é mais o mesmo, o que não será uma continuidade. O passado visto dessa forma não se refere apenas a um tempo longínquo ou a eternidade, mas também a um instante breve, relativo e próximo, muito próximo. Ao pretender analisar as atas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, é desta forma que as vejo, como fotografias que não formam um continuum, mas que trazem consigo o esperado inesperado de elementos novos e aleatórios daquele lugar.

Quando me refiro ao lugar, não dou a essa palavra o sentido de lugar limpo, como adverte Certeau: O “fazer história” se apóia num poder político que criou um lugar limpo (cidade, nação, etc.) onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão que articula práticas) (1982, p. 178). O lugar do próprio pensado assim é um lugar que pretende o poder de escrever uma única história, sem erros, sem distorções, sem descaminhos, como linha reta, ascendente, sem fugas ou retornos, como se pretende de uma ata. É um lugar estático, não-devir. Ou seja, é um lugar que não existe.

O lugar de que falo é o lugar-outro, proposto por Foucault (1984), que nos fala de espaços diferentes, lugares-outros. Espaços abertos, apropriáveis por quem vier, dando voltas sobre si mesmos e que articulam muitas histórias. Fosse outra pessoa que escrevesse a ata, ela já seria, ela mesma, diferente, não apenas a sua interpretação.

De acordo com a informação do IEMA, em seu site:

O rio Guandu estende-se por cerca de 160 km desde suas nascentes até a foz no rio Doce. Seus principais afluentes na porção alta da sub-bacia são os rios São Domingos, do Peixe e Boa Sorte. Na porção média da sub-bacia do rio Guandu destaca-se o rio Taquaral. A bacia hidrográfica do rio Guandu abrange totalmente os municípios de Laranja da Terra, Brejetuba e parcialmente os municípios de Afonso Cláudio e Baixo Guandu num total de 2.145 km².

Existem critérios distintos para se definir a área de uma bacia hidrográfica, dentre eles o critério desenvolvido por Otto Pfafstetter, e que leva o seu nome. Essa forma de codificação é utilizada pela Ana – Agência Nacional das Águas para definir as regiões hidrográficas brasileiras, conforme mapa a seguir:



Figura 5 – As 12 Regiões Hidrográficas Brasileiras

Disponível em www.portaldoprofessor.mec.gov.br. Acesso em 23 out.2011.

O estado do Espírito Santo integra duas regiões hidrográficas distintas: Atlântico Leste e Atlântico Sudeste, estando a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu localizada nesta segunda região.

Utilizando o mesmo critério – de ottocodificação – a Bacia Hidrográfica do Rio Guandu pode ser visualizada no mapa a seguir, sob o número 7818:

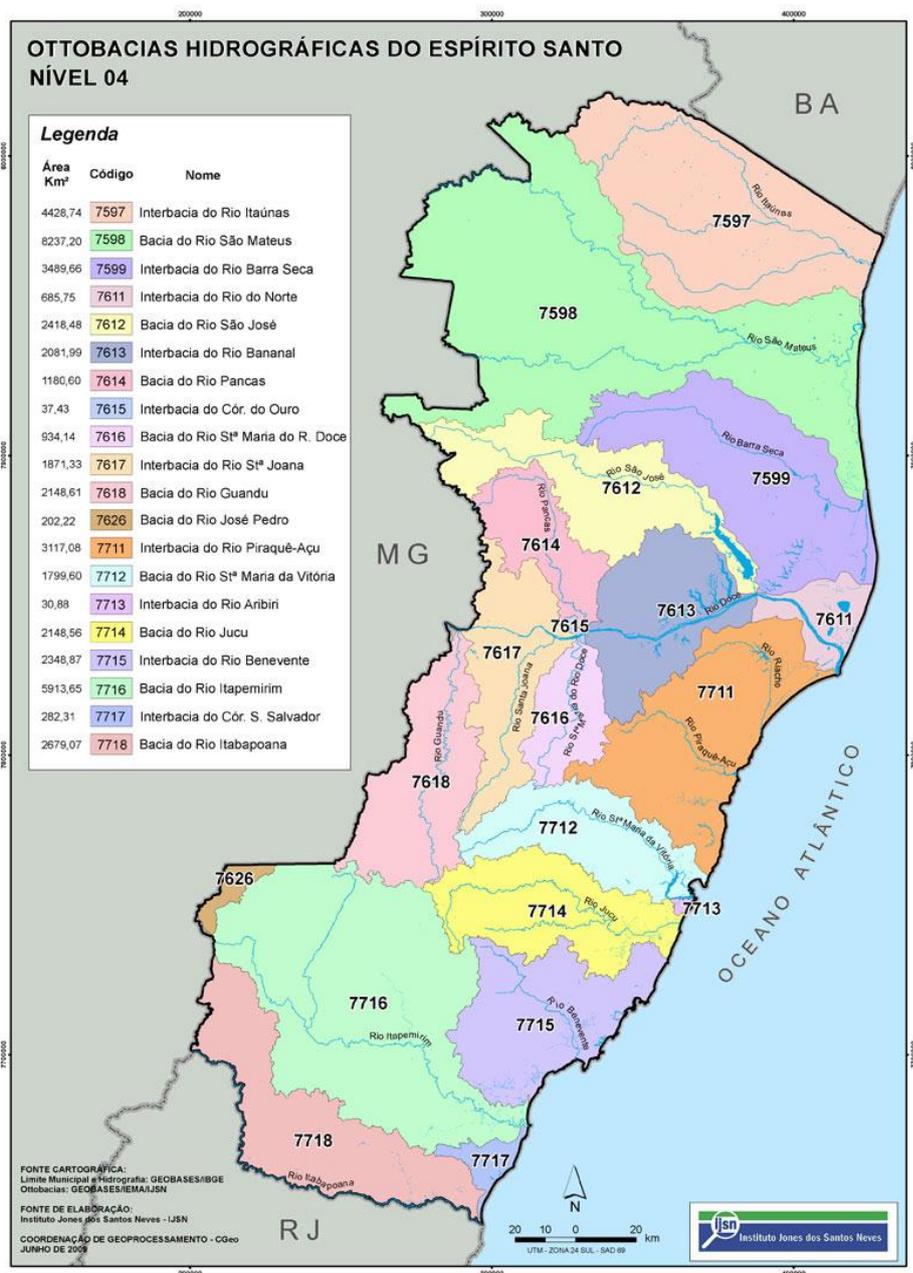


Figura 6 – Otobacias Hidrográficas do Espírito Santo – Nível 4. Arquivo do IEMA.

Por último, visando a melhor identificação da bacia, é oportuno lembrar que esta é uma sub-bacia da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme consta do mapa a seguir:

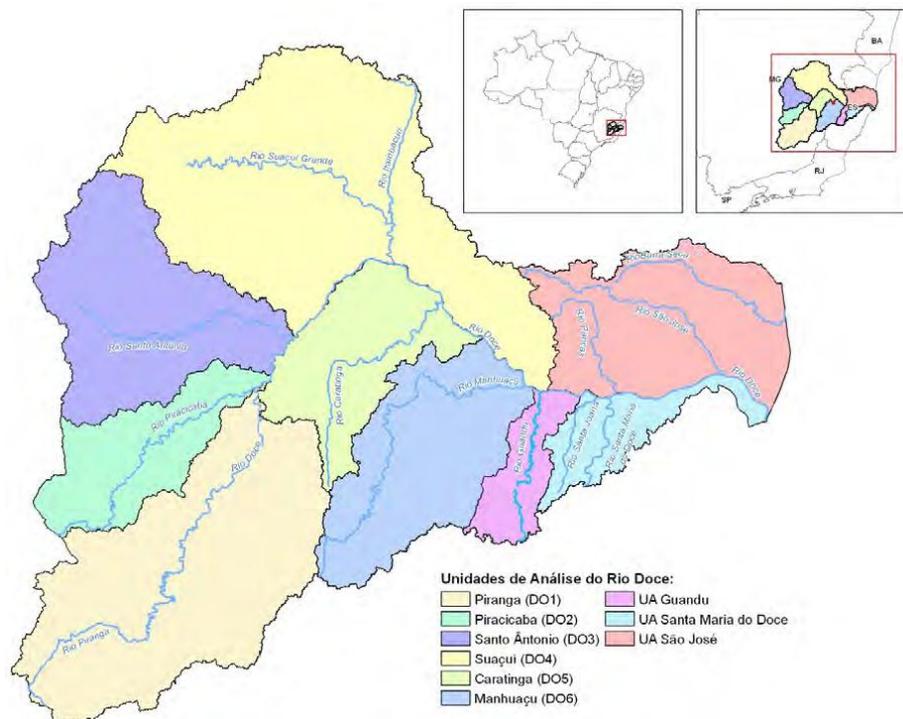


Figura 7 – Unidades de Análise da Bacia do Rio Doce. PIRH CBH Rio Doce.

2.2 Revivendo e resignificando as reuniões do comitê

2.2.1 Ações do comitê nas comunidades da bacia

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu é composto por doze membros titulares e doze membros suplentes. Apesar de não ter preenchido duas vagas de suplentes do segmento de usuários na sua última eleição, não tem problema de quórum para a realização de reuniões. Além dos membros, o comitê sempre manda convites para um cadastro bastante grande de interessados em acompanhar o comitê e, por isso, as reuniões – que são públicas - podem ter um número expressivo de participantes, apesar da bacia ser relativamente pequena.

Na primeira ata analisada³, que é também a primeira da série que está devidamente organizada e disponível, referente à reunião do dia 26/10/2009, uma surpresa: foi nesse dia que o comitê escolheu a sua logomarca. Foi realizada previamente uma campanha em escolas públicas dos quatro municípios da bacia (Afonso Cláudio, Laranja da Terra, Brejetuba e Baixo Guandu) e os professores foram orientados previamente por membros do comitê sobre o que é e o que

³ As atas analisadas estão anexadas ao final deste trabalho, sob a forma do Anexo A – Atas analisadas.

faz um comitê de bacia hidrográfica, para desenvolver o assunto em sala de aula e incentivar os alunos a criar desenhos que pudessem representar a atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. Foi realizado um concurso, e o vencedor ganhou uma bicicleta. Coincidentemente, mais tarde participei da entrega desse prêmio representando o IEMA e, na ocasião, fiquei emocionada com a idéia contida no desenho do vencedor, Gustavo Lima Ferreira, estudante da 5ª série da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental “João XXIII” de Baixo Guandu - ES. Consta da ata que Baixo Guandu entregou 5 (cinco) desenhos, Laranja da Terra entregou 6 (seis) desenhos, Afonso Cláudio entregou 31 (trinta e um) desenhos e Brejetuba entregou 9 (nove) desenhos à organização do concurso.

A ata contém fotos, e numa delas se destacam os cinco desenhos finalistas, com o desenho vencedor do concurso ao centro:



Figura 8. Os cinco desenhos finalistas do Concurso “Logomarca do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu”. Arquivo do CBH Guandu.

Depois de trabalhada profissionalmente, a logomarca vencedora ficou assim:



Figura 9. Logomarca do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. Arquivo do CBH Guandu.

Segundo a explicação, que pude assistir durante a entrega do prêmio, as quatro áreas verdes são os quatro municípios, e o rio Guandu passa por todos eles; as três figuras do lado

esquerdo representam os segmentos poder público, usuários e sociedade civil organizada, que compõem o comitê; a árvore e as gotas de água no centro da figura falam da chuva que alimenta o rio - falam do ciclo materno da água, que evapora do rio, que se faz transpiração das árvores, que se transforma em chuva, retorna e fecunda a terra, produz o alimento, torna a evaporar... Será a terra ou a água a nossa mãe?

Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso (Foucault, 1984); do desejo de seguir não somente em linha reta de subida, mas em sinuosidade, aleatoriedade, declives, desconexão. Não mais apenas ordem e progresso, mas também desordem, diversidade, sublevações.

Não era para ser um concurso, mas foi. A realização de concursos entre crianças, em especial na escola, pode estimular a competição num tempo onde a cooperação é cada vez mais escassa. Mas foi esta desconexão, foi esse quase acidente, essa burla, que provocou uma conexão real com a idéia do cuidado com o lugar em que se vive, com a água, e com a vida, que aparece num céu muito azul e no vôo do pássaro. Num caminho não tão bem pensado, um lugar novo encontrado, uma experiência de potência em cada criança que participou daquele concurso: devir. A Educação Ambiental pode acontecer na curva ou num atalho do caminho. Novos espaços, lugares-outros.

Um dos assuntos da segunda ata, referente à reunião realizada em 03/03/2010, foi a comemoração do Dia Mundial da Água, em 22 de março. O grupo decidiu que seria gravada uma vinheta de rádio de até três minutos em nome do Comitê, para ser divulgada em rádios locais. Um dos membros foi designado para redigir o texto que, após ser aprovado pelo grupo, seria gravado em um CD, para ser distribuído em cada município. Nada muito técnico ou elaborado, nem tão discutido, mas real. O Dia Mundial da Água não passou despercebido na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, e o meio utilizado para fazer chegar a mensagem foi o rádio, democrático, que chega a qualquer lugar: está na cidade e na roça na hora do café, antes de pegar na lida. As duas mensagens produzidas e veiculadas nas rádios dos quatro municípios posteriormente foram as seguintes, conforme Coelho (2011):

Dia 22 de Março, Dia Mundial da Água! Este é o dia de rever nossas atitudes diárias: não deixe as torneiras pingando e elimine os vazamentos. Reutilize a água da máquina e do tanque para lavagem de quintais e calçadas. Regue o jardim, os quintais e as plantações nas horas de temperatura mais amena, para evitar a perda

por evaporação. Evite lançar substâncias tóxicas nas águas, preserve as nascentes, mantenha a reserva legal de sua propriedade e plante árvores! Consórcio do Rio Guandu com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, contribuindo para o exercício da cidadania.

Água para as cidades, respondendo ao desafio urbano! Água: recurso dotado de valor ecológico e econômico, utilizada para saciar nossa sede e garantir nossa existência! A exploração inadequada dos recursos naturais contribui para a escassez de água em nossa bacia. Adotar atitudes mais responsáveis, além de um desafio de todo cidadão, é uma questão de sobrevivência. Dia 22 de março, dia mundial da água! Este é o dia de rever nossas atitudes diárias. Consórcio do Rio Guandu com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, contribuindo para o exercício da cidadania.

Quando li essa ata me dei conta que há três anos trabalho na gerência de recursos hídricos do órgão ambiental e que nossa equipe nunca se reuniu para definir qualquer comemoração para o Dia Mundial da Água, até a data de hoje. Tendo em vista a necessidade que sentimos de “capacitar” os comitês de bacias hidrográficas, é importante refletir sobre essa situação.

Analisando as mensagens, mesmo fazendo uso de práticas discursivas de conotação imperativa, pode-se perceber a integração que o Comitê faz da cultura, da natureza e da sociedade, vendo esses três elementos como um todo. A frase *“A exploração inadequada dos recursos naturais contribui para a escassez de água em nossa bacia”* reafirma que o Comitê reconhece a complexidade envolvida na gestão ambiental, e que, antes de separar os elementos, dissecá-los e coisificá-los, consegue vê-los em sua dinâmica e interação.

Logo em seguida, o próximo ponto da pauta foi a Semana do Meio Ambiente, a realizar-se no mês de junho. Foi sugerido por um dos membros que o Comitê buscasse parceria com as Secretarias de Educação de cada município para as comemorações daquela semana. Após algumas discussões a respeito, ficou combinado que cada município faria a sua programação e apresentaria na próxima reunião do comitê, e que o nome do CBH Guandu deveria ser lembrado nessas atividades. Foi solicitado também que o comitê se articulasse com a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA e com a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN para que ambas disponibilizassem seus veículos adaptados para realizar análises de amostras de água e trabalhos de Educação Ambiental com as escolas, respectivamente, naquela semana. Estando presentes os representantes destas instituições, que são membros do comitê, estes mencionaram que poderia ser difícil o agendamento, já que recebem muitos pedidos na Semana de Meio Ambiente. Um dos membros afirmou que se não fosse possível a presença desses veículos nesse período, que se agendasse uma outra data, **afinal essas atividades precisariam acontecer o ano todo, não somente nas datas**

comemorativas. (grifos meus). Também foi sugerida a realização de uma gincana entre as escolas, que também poderia ser realizada em setembro, em comemoração ao Dia da Árvore, “como a Associação de Meio Ambiente já fez em Afonso Cláudio, colocando na praça estandes do IDAF, INCAPER, IEMA, Consórcio, entre outros”.

Na reunião seguinte, realizada em 05 de maio de 2011, foram feitos os relatos acerca das programações combinadas para acontecer por ocasião do dia mundial da água na reunião anterior: foi veiculada mensagem via rádio e carro de som no município de Afonso Cláudio; a mensagem também foi transmitida por rádio local em Laranja da Terra; e, além da mensagem, em Baixo Guandu foi realizado um rodízio de palestras nas escolas. Também se dá continuidade à discussão sobre a programação da semana de meio ambiente nos municípios, conforme discussão iniciada também na reunião anterior.

Na reunião seguinte, realizada em 30/06/2011, há a apresentação dos relatos sobre a semana de meio ambiente em cada município, mas surge um assunto novo: a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que merece um item específico neste trabalho.

2.2.2 Por que cobrar pela água? Os instrumentos pensados para a gestão de recursos hídricos

O *planeta azul*, chamado também *planeta água*, tem $\frac{3}{4}$ de sua superfície coberta pela água, considerando-se tanto os ecossistemas aquáticos dulcícolas quanto marinhos (COUTINHO, 2010). Do total de toda a água existente no planeta, apenas três por cento é água doce, distribuída entre recursos hídricos subterrâneos, que representam aproximadamente noventa e sete por cento desse total; geleiras, representando aproximadamente dois por cento; e recursos hídricos superficiais, como rios, lagos, córregos, de onde vem principalmente a água utilizada para abastecimento, que representam algo em torno de um por cento de toda a água doce disponível. Desse percentual de um por cento, aproximadamente dez por cento é utilizado para abastecimento, vinte por cento para a realização de atividades industriais e o restante, aproximadamente setenta por cento, é usado na agricultura.

O Brasil é o país com a maior disponibilidade de água potável do planeta (PEGO e DADALTO, 2009, p.21). Considera-se água potável aquela que, por sua natureza, pode ser consumida pelos seres humanos e animais sem apresentar substâncias tóxicas que afetem a

saúde. Detemos, individualmente, aproximadamente 12% de toda a água doce do planeta e, justamente por causa destes números expressivos, talvez tenhamos maior dificuldade de entender que a água é um recurso finito.

Os autores acima mencionados nos contam que, após a década de 50, alguns fenômenos sociais e econômicos começaram a abalar nossa noção de abundância, como a urbanização, a industrialização, a utilização da água para fins de geração de energia elétrica e a ampliação da agricultura irrigada.

A distribuição de água no planeta e no Brasil é irregular. De acordo com Borgetti et alii (2004), citado por FERREIRA et alii (s/d) há grande abundância de água superficial e subterrânea nos estados de Roraima, Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Goiás, e Mato Grosso do Sul, onde a densidade populacional é menor; os estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais também são estados muito ricos em água; o Piauí e o Espírito Santo podem ser considerados ricos em água, de acordo com este autor; já os estados da Bahia, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Alagoas e Rio Grande do Norte são pobres neste recurso, estando os estados de Sergipe, Paraíba e Pernambuco, bem como o Distrito Federal, em situação crítica. Para se ter uma idéia da discrepância, segundo o autor a disponibilidade per capita habitante/ano em metros cúbicos de água é de 1.147.668 em Roraima e de 1.187 em Pernambuco. No Espírito Santo, essa disponibilidade é de 6.070m³ por habitante/ano. Observe-se que este número representa uma média e que dentro do nosso próprio estado também acontece uma distribuição irregular.

Além da distribuição irregular, a água doce disponível tem sido afetada por inúmeras fontes de poluição:

As fontes de poluição da água podem ser localizadas (pontuais), quando o lançamento da carga poluidora é feito de forma concentrada, em determinado local, ou não localizadas (difusas), quando os poluentes alcançam um manancial de modo disperso, não se determinando um ponto específico de introdução. Como exemplos de fontes localizadas, citam-se as tubulações emissárias de esgotos domésticos ou industriais e as galerias de águas pluviais. Como fontes não localizadas, podem ser incluídas as águas do escoamento superficial ou de infiltração. As principais fontes de poluição da água são: De águas superficiais: esgotos domésticos; esgotos industriais; águas pluviais, carreando impurezas da superfície do solo ou contendo esgotos lançados nas galerias; resíduos sólidos (lixo); agrotóxicos; fertilizantes; detergentes; precipitação de poluentes atmosféricos (sobre o solo ou a água); alterações nas margens dos mananciais, provocando o carreamento de solo, como consequência da erosão. De águas subterrâneas: infiltração de esgotos a partir de

sumidouros ou valas de infiltração (fossas sépticas); infiltração de esgotos depositados em lagoas de estabilização ou em outros sistemas de tratamento usando disposição no solo; infiltração de esgotos aplicados no solo em sistemas de irrigação; chorume resultante de depósitos de lixo no solo; infiltração de águas contendo agrotóxicos, fertilizantes, detergentes e poluentes atmosféricos depositados no solo; infiltração de outras impurezas presentes no solo; infiltração de águas superficiais poluídas; vazamentos de tubulações ou depósitos subterrâneos; injeção de esgotos no subsolo; intrusão de água salgada; resíduos de outras fontes: cemitérios, minas, depósitos de material radioativo. (UFV)

Ao nos darmos conta de tantas fontes de poluição, e parafraseando Boaventura, nos damos conta da nossa razão indolente, do nosso conhecimento imprudente, da nossa vida indecente. Ao descrever o paradigma dominante, Santos (2009) nos dá as pistas que levam às origens de tamanha degradação: a total separação entre natureza e ser humano e a concepção da natureza como algo sem qualidade ou qualquer dignidade que nos impeça de desvendar seus mistérios. Este desvendamento, segundo o autor, se efetiva por meio de ações de dominação e controle típicas de quem é senhor e possuidor da natureza.

A promessa da modernidade era a de dominar a natureza para o uso comum da humanidade – promessa não cumprida. O que conseguimos foi chegar

[...] a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozono, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria última. [...] ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do poder destrutivo. (SANTOS, 2009, p. 56)

Além das diferenças que podem ocorrer na qualidade da água disponível em cada lugar, sua quantidade também é variável, tanto no espaço quanto no tempo. Para se compreender melhor a distribuição de água considerando tempo e espaço é interessante recorrer à idéia de ciclo hidrológico, utilizada também para justificar a afirmação de que a quantidade de água no planeta não muda e que por isso a água não vai acabar, como muitos acreditam. O ciclo hidrológico pode ser definido como o movimento permanente da água, resultante dos fenômenos de evaporação, transpiração, precipitação, interceptação, escoamento superficial, escoamento subterrâneo e infiltração, tendo-se a energia solar como principal fonte de energia (COUTINHO, 2010).

De uma forma bem resumida, podemos dizer que a água, em forma de chuva, granizo ou neve, cai nos oceanos, nos rios, nos lagos, na terra, nas plantas. Os oceanos, rios e lagos

evaporam água, por causa do sol, e as plantas absorvem essa água e parte dela retorna para a atmosfera, por meio da transpiração, mesmo fenômeno observado nos animais e nos seres humanos. Evaporação e transpiração formam mais nuvens, que trazem mais chuvas. Ainda que esta explicação seja bem sucinta, já que o ciclo hidrológico envolve uma complexidade bem maior do que a descrita aqui é possível perceber que as ações humanas como o desmatamento, dentre outras, causam interferências no ciclo hidrológico, afetando a disponibilidade hídrica.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, manifesta na Lei Federal 9433, de 08 de janeiro de 1997, baseia-se nos fundamentos apresentados já em seu primeiro artigo, por meio dos incisos de I a VI, a saber: a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situação de escassez, o uso prioritário de recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; a gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

De acordo com Botelho (2000), a expressão domínio público significa bens inapropriáveis individualmente, mas de fruição geral da coletividade. Deste modo, a água é um bem de uso comum da coletividade, não pertencente a alguém.

Brandão (2005) explica o que é público, o que é privado e o que é do governo de uma forma interessante e divertida. Ele nos diz que somos responsáveis pela nossa cozinha, pela nossa cama, pela nossa casa, que são bens privados. Eles são nossos, adquiridos por nós, mas a rua e a calçada não. Só que, mesmo parecendo que a rua e a calçada não são nossas, ao nos referirmos a elas, com “pessoas de fora”, dizemos: minha rua! Isto porque há uma rua que é minha porque lá está a minha casa. Assim, o que é “nosso” mas não é uma propriedade particular é um bem público, como a rua, a calçada, os riachos, os rios. Mas o autor nos fala que tendemos a pensar que o que é público é do governo. Por ter a responsabilidade de cuidar do que é público, o governo passa a ser percebido como “dono”, como nos diz o autor: Algumas vezes pensamos e percebemos o público como tudo aquilo que não sendo particular

[...] acaba sendo do governo. Ou, se quisermos uma palavra mais formal: do Poder Público (p.46)

O autor explica então que o prédio da Prefeitura é do governo municipal, porque ele herdou, recebeu em doação, comprou, escriturou e possui, como nós possuímos a nossa casa, nossa cama, nossa cozinha. Mas,

[...] bem público é aquilo que, não sendo propriedade de ninguém e nem do poder público, é uma posse e é um benefício de todos, por igual. É tudo aquilo que não pertencendo a ninguém individualmente, familiarmente, empresarialmente, ou governamentalmente, como uma espécie qualquer de propriedade privada ou corporada, é um bem público. (BRANDÃO, 2005, P.47)

Considerar a água como um bem público, um recurso natural limitado conforme consta da lei, e que possui valor econômico num país como o Brasil, que detém doze por cento de toda a reserva mundial de água, também traz uma mensagem importante, que tem valor educacional: embora pareça haver abundância de maneira geral, em algumas regiões há escassez severa, já que a distribuição de água é bastante irregular, como vimos anteriormente. Mesmo em situações de real abundância, a fartura de hoje pode se tornar escassez no futuro, pois, como vimos, o ciclo hidrológico pode ser afetado pelas pressões antrópicas que se acentuam. Além disso, a qualidade da água também pode ser afetada pela poluição, tornando-se imprópria para o consumo, diminuindo, portanto, a sua disponibilidade.

É importante também contextualizar a água como bem na sociedade capitalista, lembrando que além de ser um bem, ela é também um direito, assegurado pela nossa Constituição, em seu artigo 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Os usos a que se refere a nossa Política Nacional de Recursos Hídricos são variados: consumo doméstico, criação de animais, atividades comerciais, atividades pecuárias e agrícolas, produção industrial, pesca, geração de energia elétrica, mineração e exploração de petróleo, recreação, transportes em geral, etc. Acrescentamos a estes, mais citados, a manutenção dos ecossistemas que dão suporte à vida. Ou seja, a gestão para a disponibilidade hídrica não deve considerar apenas as necessidades do consumo humano, mas sim respeitar e assegurar a satisfação das necessidades de todas as demais formas de vida, garantindo a manutenção dos

ecossistemas onde elas estão e se desenvolvem, independente da utilidade percebida ou não pelo ser humano.

Assim, podemos deduzir que uma primeira fundamentação para a existência de uma gestão das águas seja a de assegurar a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade adequadas, para os seus diversos usos, considerando as possibilidades (reais) de escassez e de ocorrência de conflitos de interesses entre os diversos usuários.

Enquanto no imaginário popular a água pode acabar, é a degradação da qualidade da água pela ação antrópica que tem acentuado os problemas de disponibilidade hídrica. A água tem como característica a mobilidade, ela é agente de integração ambiental, transportando substâncias orgânicas e inorgânicas entre os ecossistemas terrestres (COUTINHO, 2010). Assim, a gestão da qualidade da água tem por fim dois objetivos distintos: assegurar a sua condição de uso e impedir que, por meio dela, outros graves problemas ambientais, sociais, políticos, etc., venham a acontecer ou se agravar. As doenças de veiculação hídrica e os processos de desertificação em curso são exemplos desta segunda situação.

Para assegurar a possibilidade de uma gestão das águas, a política criou também os instrumentos dessa gestão, a saber: os planos de recursos hídricos e planos de bacias, a outorga do direito de uso dos recursos hídricos, o enquadramento dos corpos d'água, a cobrança pelo uso da água e o sistema de informações.

Os planos de recursos hídricos (nacional e dos estados) e os planos de bacias seguem orientações semelhantes a dos planos estratégicos de qualquer organização em sua elaboração, envolvendo três etapas distintas, a saber: a realização do diagnóstico, a definição do prognóstico (a projeção do futuro, considerando cenários distintos) e a elaboração do plano de ação. Segundo Paim (2009):

A elaboração do Plano de Bacia além de compreender as diferentes etapas apontadas, prevê que cada uma delas tenha sustentação, ou seja, tenha consistência técnica e seja validada e assegurada por decisão coletiva, através de acordos que o conjunto da sociedade organizada no Comitê de Bacia reconheça como legítimos.

O mesmo autor afirma ainda que:

A componente simbólica atua fortemente na compreensão da realidade, ou seja, o diagnóstico é situacional, mescla o saber técnico com os saberes sociais regionais e locais. Segundo Carlos Matus, no Planejamento Estratégico a verdade e as propostas estão em algum lugar entre os atores planejadores e pressupõe o conflito de idéias, a negociação e o compartilhamento do poder decisório. Cada proposta é a resultante de um processo negociado e prevê um *poder ser*. Logo, o final do processo de planejamento é *aberto*.

O estado do Espírito Santo não possui um plano estadual e nenhum dos comitês constituídos no estado possui, em 2011, o seu plano de bacia. Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, São José e Santa Maria do Doce, porém, por serem integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, possuem seus Planos de Ação de Recursos Hídricos - PARH, que foram elaborados por ocasião do desenvolvimento do Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Para muitos autores, a ausência do plano de recursos hídricos impede o enquadramento - estabelecimento da meta ou objetivo de qualidade da água (classe) a ser, obrigatoriamente, alcançado ou mantido em um segmento de corpo de água, de acordo com os usos preponderantes pretendidos, ao longo do tempo, conforme Resolução Conama 357, de 17 de março de 2005. De acordo com Rebouças *et alii* (1999, p. 584):

Na verdade, os planos e o enquadramento são indissociáveis, como são indissociáveis quantidade e qualidade, têm os mesmos objetivos e devem ser estudados, propostos e aprovados simultaneamente, não podendo o enquadramento, em nenhuma hipótese, ser visto como uma externalidade ao plano. O que são, de fato, externas ao plano são as classes de qualidade, estas estabelecidas na legislação ambiental, que condicionam o enquadramento e, portanto, indiretamente, os planos.

São cinco as classes de qualidade das águas doces, representando maior ou menor qualidade conforme a resolução acima citada, e de acordo com os usos desejados; para que uma classe seja atingida ou mantida, será necessário um plano de ação, daí a estreita ligação entre os dois instrumentos.

Um sistema de informações para a tomada de decisões ainda não está plenamente disponível. Uma séria dificuldade enfrentada por todo o setor público, o que inclui a gestão ambiental, é a falta de integração entre políticas e informações. Existem dados disponíveis em diversos órgãos e secretarias, que não operam em bases de dados semelhantes, e que não estão sistematizadas e disponíveis para os comitês. Há muito o que ser feito, inclusive quanto à

ampliação dos pontos de controle da quantidade e qualidade da água nos rios de domínio do estado.

A outorga, que a princípio não se confunde com a cobrança (mas é o instrumento que possibilita a sua implantação), consiste na autorização do órgão gestor para que o usuário possa retirar do corpo hídrico uma determinada quantidade de água, considerando a vazão que deve permanecer naquele corpo hídrico.

A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante faculta ao outorgado (usuário requerente) o direito de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato administrativo. É o documento que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos. (IEMA)

A outorga é o único instrumento implementado no estado, apesar de não haver plano de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água, como mencionado anteriormente. A Resolução CERH 005, que estabelece critérios gerais sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Espírito Santo, assim afirma:

Art. 7º - A outorga de direito de uso dos recursos hídricos deverá observar e será conferida **em conformidade com os Planos de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica**, obedecendo ao disposto nos artigo 21 e parágrafo único e no inciso V do artigo 44 da Lei 5818 e em especial:

I - às variações de disponibilidade hídrica que ocorrem durante o ano, e de ano para ano, visando atender a sustentabilidade ecológica e demandas futuras das presentes e próximas gerações;

II - as prioridades de uso estabelecidas;

III - a classe de enquadramento do corpo hídrico, em consonância com a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nº 357/05 ou suas alterações com as demais normas ambientais vigentes;

IV - a garantia dos usos múltiplos previstos;

V - a garantia das condições de navegabilidade, quando couber; e,
VI- quando instituídas a situação de escassez, ao regime de racionamento.

(grifos meus)

Por fim, a cobrança pelo uso de recursos hídricos ainda não foi regulamentada e implementada em nosso estado, ainda que já tenha sido aprovada pelos comitês das bacias hidrográficas dos rios São José e Guandu, sendo esta a fonte de recursos prevista para que os comitês possam financiar tanto as despesas administrativas de sua agência quanto investimentos na bacia hidrográfica. A legislação prevê que o total do volume arrecadado pela cobrança deve ser aplicado na própria bacia.

É de se pensar se é possível a gestão efetiva das águas sem a implementação dos instrumentos e também é importante perguntar por que, após mais de uma década da criação das políticas nacional e estadual, os instrumentos ainda não são uma realidade.

Com a implantação de apenas um dos cinco instrumentos, e levando em conta que a outorga foi implantada pelo órgão gestor em desacordo com a resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que define como seus pré-requisitos o plano e o enquadramento, fica clara a complexidade do ambiente onde se dá a gestão. Uma proposta de formação precisaria contemplar inclusive a discussão a respeito da situação concreta onde a gestão acontece e os motivos que levam a tal.

Considerando os estudos feitos até aqui, observo que a gestão democrática e participativa das águas por meio dos comitês de bacias hidrográficas pode ter acontecido de direito, mas não ainda de fato - sem recursos financeiros, os comitês do Espírito Santo vêm desempenhando um papel importante para a materialização da gestão, de uma forma inesperada e alternativa, como veremos no decorrer deste trabalho, porém não ainda da forma como foi prevista na legislação.

2.3 A discussão sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos no comitê

A discussão ocorrida na reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu em 30/06/2010, a respeito da cobrança pelo uso de recursos hídricos, pressupunha uma contextualização mínima para a tomada de decisão e, conforme pude observar, esta contextualização estava presente. Não foram manifestadas dúvidas sobre o instrumento cobrança pelos membros, mas, ao contrário, foram apresentadas sugestões que posteriormente vieram a ser acatadas, como a de reduzir o valor da cobrança para os produtores rurais que apresentassem boas práticas ambientais no manejo de sua propriedade.

Na reunião seguinte, ocorrida no mês de agosto de 2010, foi apresentada uma dúvida a respeito da cobrança pelo uso de recursos hídricos, que provocou uma discussão bastante interessante e nova no comitê: um dos membros perguntou como se faria a cobrança de hidrelétricas. Foi esclarecido por representante do órgão ambiental estadual presente à reunião

que as hidrelétricas são isentas, pois captam a água mas devolvem ao corpo hídrico a mesma quantidade captada.

Existem muitas dúvidas com relação a esta questão, pois o fato é que uma hidrelétrica pressupõe a existência de um reservatório e este amplia a área em que ocorrerá a evaporação de água. Assim, muitos acreditam que a reposição ao corpo hídrico é efetivamente menor.

As hidrelétricas, porém, já estão obrigadas pela Lei 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a compensar financeiramente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pelo uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e talvez este seja um argumento mais adequado para justificar a isenção da cobrança, embora a destinação final deste recurso não seja a bacia hidrográfica. Conforme consta do site da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL:

Com base no disposto na Lei nº 9.648/1998, mensalmente, o montante recolhido a título de Compensação Financeira corresponde a 6,75% sobre o valor da energia produzida, a ser pago pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

O Espírito Santo, porém, criou em 2008, por meio da Lei Estadual 8960, de 18 de julho daquele ano, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDAGUA, com o objetivo de

[...] fornecer suporte a Gestão de Recursos Hídricos no Estado do Espírito Santo. As principais fontes de recursos do fundo são constituídas pela parcela de 3% do total dos royalties do petróleo e gás natural contabilizados no Estado e a **parte integral da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos**, podendo ser complementado com o orçamento do Estado. (grifos meus)

Desta forma, pode-se ver que a destinação dos recursos provenientes da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para geração de energia elétrica, apesar de não retornar especificamente à bacia da qual o recurso foi retirado, é integralmente utilizado para o desenvolvimento da gestão de recursos hídricos no Estado do Espírito Santo.

Ao final da discussão os mecanismos de cobrança foram aprovados por unanimidade pela plenária. O comitê decidiu que seriam objeto de cobrança tanto os volumes de água captados (a exceção das hidrelétricas) quanto aqueles lançados no corpo hídrico, inclusive a carga

orgânica das empresas de saneamento, e o volume de água que por ventura fosse captado na bacia e devolvido a uma outra, o que se identifica como transposição.

Cabe destacar que os mecanismos referem-se a forma de cálculo, e não a valores. Esta discussão ocorreu posteriormente, na reunião realizada em 20 de abril de 2011, da qual ainda não há uma ata disponível - porém eu participei da mesma.

Esta foi uma das reuniões mais longas do comitê, havendo muitos debates, discussões, contrariedades e desgaste, o que eu não havia presenciado ainda neste comitê. Já há alguns meses a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, por meio de seu comitê federal, bem como suas nove sub-bacias (seis em Minas Gerais e três no Espírito Santo), por meio de seus nove comitês, vinham discutindo os cenários para cálculo dos valores de cobrança. Após a realização de várias reuniões, parecia consenso entre todos que os valores a serem cobrados deveriam ser suficientes para:

1. Arcar com os custos de manutenção de uma Agência de Bacia, cuja sede deveria ficar em Minas Gerais, no município de Governador Valadares, possuindo também dois escritórios regionais, um em Minas Gerais e outro no Espírito Santo, em locais que ainda não foram definidos;
2. Cobrir todas as despesas para execução do Plano de Bacia, com exceção dos projetos de saneamento, já que estes têm um custo bastante elevado e há recursos disponíveis em fundos estaduais, nacionais e internacionais para tanto;
3. Elaborar os projetos de saneamento para toda a bacia, que são muito complexos e caros, e oferecer contrapartida quando da apresentação destes aos organismos financiadores.

Foram marcadas as reuniões em todos os dez comitês para finalmente aprovar estes valores, porém o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce reuniu-se primeiro e foram aprovados valores menores do que os que haviam sido discutidos em todas as reuniões. Informalmente sabe-se que os grandes usuários da bacia provocaram essa reviravolta, às vésperas da reunião, pressionando o Governo do Estado de Minas Gerais, que por sua vez exerceu influência sobre o Comitê, e este cedeu às pressões. A Agência Nacional das Águas - ANA e o órgão gestor de

recursos hídricos de Minas Gerais, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, acenaram com a possibilidade de prover a diferença de valores.

No estado do Espírito Santo a situação foi diferente. Ao saber do que havia ocorrido, os membros dos comitês das bacias hidrográficas dos rios Guandu e São José se sentiram traídos, e optaram por aprovar os valores que haviam sido discutidos anteriormente (o terceiro comitê do estado, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria do Doce, ainda não deliberou a respeito), mesmo havendo pressão política para que aprovassem valores semelhantes. Na prática isto gerou o seguinte: se um usuário capixaba captar a água do rio Doce, que é um rio de domínio da união, vai pagar um determinado valor anualmente; outro usuário, também capixaba, que pode ser vizinho daquele, ao captar a água dos rios Guandu e São José, vai pagar um valor maior.

Ressalte-se que os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos são muito pequenos, porém haverá diferença, o que trouxe dificuldades políticas para os comitês e para o Governo do Estado do Espírito Santo, situação que tem sido administrada por meio do oferecimento de palestras de esclarecimento por toda a bacia, entrevistas em jornais e televisão, e inclusive por meio de um seminário organizado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA. Fato é que os comitês capixabas demonstraram maturidade e avançaram conforme suas próprias convicções.

2.4 Eleição no comitê

Nos meses de setembro e dezembro de 2010, além dos informes gerais, a pauta e as discussões do comitê giraram em torno da cobrança pelo uso de recursos hídricos, conforme descrito no tem 2.3.3, e também sobre o processo eleitoral para a diretoria do comitê. E, após a realização das eleições, pela primeira vez no estado do Espírito Santo foi eleita uma diretoria de comitê composta exclusivamente por mulheres, e a representante da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu Joseane Viola Coelho é a primeira mulher a exercer o cargo de Presidente de Comitê em nosso estado. A seguir, foto da diretoria eleita:



Figura 10. Diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu 2011/2013⁴. Arquivo do CBH Guandu.

2.5 A realização da expedição científica

Desde o mês de junho de 2010 o comitê vinha discutindo também a realização de uma expedição pela bacia, com o objetivo de coletar dados que pudessem compor um diagnóstico sócio-ambiental. As informações coletadas na expedição serão disponibilizadas à sociedade mediante a confecção de um atlas sócio-ambiental e de um vídeo. A expedição ocorreu no mês de agosto de 2011, no período de 08 a 12 desse mês. A idéia de realizar a expedição foi apresentada pela Presidente e entusiasmou a todos e todas, e a partir daí, em cada reunião, a programação foi planejada e organizada.

O grupo foi dividido em sete equipes: a equipe da organização, composta pela diretoria do comitê, e as equipes de biodiversidade, solos, recursos hídricos, políticas territoriais, sócio-econômica e de educação ambiental. À equipe de organização cabia providenciar todos os recursos necessários ao trabalho das demais, o que de fato foi feito. Essa equipe iniciou seu trabalho buscando patrocínios, tendo obtido todos os recursos materiais e humanos de que a expedição necessitava.

A expedição foi aberta no dia 08 de agosto em Brejetuba; no dia 09, as equipes estavam em Afonso Cláudio; no dia 10, em Laranja da Terra; no dia 11, em Baixo Guandu. No dia 12, todas as equipes se reuniram e fizeram uma visita a foz do rio, que fica em Baixo Guandu.

⁴ Da esquerda para a direita: Ana Paula Bissoli, Secretária Executiva; Valdete Soares, Vice-Presidente; Joseane Viola Coelho, Presidente. Arquivo do IEMA.



Figura 11. Foz: encontro das águas do Rio Guandu com o Rio Doce. Arquivo do IEMA

Nesse último dia também foi realizada uma reunião, onde cada equipe fez um breve relato de suas atividades, apontou pontos positivos e dificuldades encontradas e informou a data em que poderia apresentar a sua sistematização final. Nas fotos a seguir, ao final da Expedição, as equipes avaliam os resultados de seu trabalho e a organização do evento coordena a discussão final dos trabalhos das diversas equipes:



Figura 12. Equipes avaliam seu trabalho ao final da Expedição. Arquivo do IEMA.



Figura 13. Equipe de Organização coordenando a reunião no encerramento da Expedição. Arquivo do IEMA.

Também foi oferecido um gostoso almoço aos participantes que puderam permanecer até o final da Expedição, e também foi tirada uma foto desse grupo, como a seguir apresentado:



Figura 14. Almoço de encerramento. Arquivo do IEMA.



Figura 15. Parte da equipe que trabalhou na Expedição. Arquivo do IEMA.

Cada equipe tinha a sua atribuição, como a seguir:

- a. a equipe de biodiversidade buscava identificar em cada município da bacia as espécies vegetais e animais presentes; esta equipe iniciou o seu trabalho antes da expedição propriamente dita e continuará a fazer levantamentos até o mês de outubro de 2011; além de membros do comitê, esta equipe contou com a presença de professores e estudantes da Faculdade Presidente Antonio Carlos de Aimorés - UNIPAC (Faculdade de município vizinho a Baixo Guandu, sediada em Aimorés - MG);
- b. a equipe de solos coletou amostras de solo para análise; foram previamente planejados os locais dessas coletas durante a expedição e a equipe contou também com a presença

de servidores do INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural;

- c. a equipe de recursos hídricos, da qual também participaram membros do comitê, representantes do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, da CESAN – Companhia Espírito-santense de Saneamento e da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, coletou amostras de água para análise e mediu a vazão de rios e córregos nos quatro municípios; na foto abaixo, parte da equipe de recursos hídricos, ao final de um dia de trabalho, ajuda um morador da região a consertar seu carro e mostra alegremente as camisetas sujas de tanto entrar no meio do mato, em córregos e rios do município de Laranja da Terra:



Figura 16. Parte da equipe de Recursos Hídricos. Arquivo do IEMA.

- d. a equipe de políticas territoriais entrevistou produtores rurais beneficiados com programas de governo, para avaliar a integração dos mesmos;
- e. a equipe sócio-econômica entrevistou diversos moradores da zona urbana e rural, para conhecer a sua percepção a respeito das condições ambientais da bacia.

Na foto a seguir, mostramos parte das equipes se deslocando de um município a outro, ao final de um dia de trabalho:



Figura 17. Equipes se deslocando. Arquivo do IEMA.

A equipe de Educação Ambiental, composta por representantes do Instituto Terra e do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, trabalhou numa tenda montada na praça principal ou em local estratégico de cada um dos quatro municípios da bacia, durante todo o dia. Das atividades constavam conversas sobre a bacia e a apresentação de um teatro de fantoches. Na foto a seguir, vemos a localização da tenda no município de Afonso Cláudio:



Figura 18. Tenda de Educação Ambiental na Praça de Afonso Cláudio. Arquivo do IEMA.

Na foto a seguir, temos a apresentação do teatro de Fantoches no município de Laranja da Terra:



Figura 19. Apresentação do Teatro de Fantoques. Arquivo do IEMA.

E a seguir, uma das turmas atendidas pela equipe de Educação Ambiental no município de Afonso Cláudio, mostrando a descontração que marcou o trabalho, apesar da seriedade dos assuntos discutidos:



Figura 20. Escola de Afonso Cláudio na Tenda de Educação Ambiental. Arquivo IEMA.

Em cada município, foi agendado previamente o atendimento a oito turmas na Tenda de Educação Ambiental⁵, com a duração de uma hora para a realização das atividades com cada uma delas. A Tenda recebeu, ao todo, 892 alunos de escolas dos municípios, incluindo uma turma, não planejada previamente, da APAE de Baixo Guandu, que foi muito prazerosa de trabalhar. A seguir, temos os membros da equipe de Educação Ambiental da Expedição:

⁵ Não temos ainda o relato prévio das diversas equipes, mas como integrei a equipe de Educação Ambiental como coordenadora, é possível apresentar essa única sistematização.



Figura 21. Equipe de Educação Ambiental da Expedição. Arquivo do IEMA.

Recebíamos cada turma informando que estávamos num grupo de aproximadamente 60 pessoas, realizando a expedição. Falávamos do objetivo da expedição, que era o de conhecer “os tesouros” da nossa bacia, como nas antigas expedições. E falávamos também do trabalho das diversas equipes, para que eles pudessem conhecer o que estava acontecendo na sua cidade naquele dia. Depois disso explicávamos que se tratava de uma expedição pela Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, procurando explicar também o que é uma bacia hidrográfica. Indagávamos dos alunos se eles sabiam onde ficavam as nascentes do Rio Guandu, sua foz, e os municípios integrantes da bacia e esclarecíamos as dúvidas⁶.

Perguntávamos também se os alunos conheciam a diversidade de sua região, em especial as espécies animais, e eles participavam trazendo essas informações.

Posteriormente, explicávamos que a expedição havia sido organizada pelo Comitê e procurávamos explicar o que é e quais são as atividades do comitê.

Perguntávamos às crianças e adolescentes se a água vai acabar e quase sempre a resposta era afirmativa. Então conversávamos com elas a respeito do ciclo da água e apresentávamos um desenho animado que mostra o ciclo de forma divertida.

⁶ Eu cometi um erro no primeiro dia, que só no segundo dia pude compreender, porque uma das professoras me explicou. Quando eu perguntei onde ficavam as nascentes do Rio Guandu, um dos alunos me respondeu que ficava em Guandu, e eu falei que a nascente ficava em Afonso Cláudio e a foz é que ficava em Baixo Guandu. Porém, as nascentes ficam realmente em Afonso Cláudio, mas num local chamado Estação Guandu, na Fazenda Guandu, e era isso que o aluno queria dizer. Esta informação não consta dos arquivos a que tive acesso no órgão ambiental, mas o morador sabe. Fiquei aborrecida com isso, porque não tive como identificar a turma e o aluno para corrigir meu erro e pedir desculpas.

Em seguida era apresentado o teatro de fantoches, com o tema sustentabilidade. De forma também divertida, temas complexos como sustentabilidade e consumo responsável foram abordados pela peça, que contagiou bastante os alunos, provocando reflexões e muitas risadas.

Avaliando o trabalho na reunião final da expedição, a conclusão da equipe é a de que os processos de Educação Ambiental na bacia precisam continuar. A equipe sugeriu também que os dados colhidos na expedição sejam disponibilizados amplamente, e em especial para as equipes que atuam com Educação Ambiental na bacia, para que os conhecimentos possam ser não só disseminados mas também discutidos e problematizados.

Toda a expedição foi fotografada e expressiva parte dela foi filmada, e foram tiradas fotografias aéreas de toda a bacia para que mais tarde esses materiais possam integrar o atlas e o vídeo que o comitê pretende elaborar.

2.6 A Educação Ambiental que acontece na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu

A palavra “acontece” não foi empregada de forma casual no título acima: acontecer sugere a liberdade que permite que o novo possa chegar. Os versos de Vinícius de Moraes nos lembram:

Ah, não tente explicar
Nem se desculpar
Nem tente esconder
Se vem do coração
Não tem jeito, não
Deixa acontecer

Muitas são as tentativas de conceituar a Educação Ambiental: cada autor ou autora produz ou acrescenta um pouco de si, do que acredita e entende que é adequado ao seu cotidiano, para compreendê-la e praticá-la. Muitas vezes a Educação Ambiental é praticada sem sequer ter esse nome, e também muitas vezes a prática tem esse nome, mas a atuação não condiz com o que se entende por Educação, seja ela ambiental ou não.

Educar, de acordo com o tradicional Dicionário Aurélio, tem como sinônimos adestrar, doutrinar, ensinar, explicar, formar, pontificar, amestrar, instruir, lecionar. Estes, embora estes termos possam até ser adequados para identificar atividades educacionais, são insuficientes

para descrever o processo educacional. Ainda, quando se fala em Educação, a escolarização é um dos elementos, mas não o único, em face de nossas tantas necessidades, como as de convívio social e de entendimento de nossa concepção de ser, estar e agir no mundo, integrados ao meio do qual todos e todas fazemos parte, dentre muitas outras.

O aprendizado para a vida ocorre no devir, o que pressupõe um vir a ser, um transformar-se constante, enquanto acontece a própria vida. A Educação acontece em todos os nossos espaços de convivência, virtuais ou reais, na teia de relações da nossa vida e também é possível proporcionar intencionalmente bons encontros que tenham potência para promover crescimento pessoal, profissional, afetivo, político, social, etc. e um desses bons encontros pode ser com a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental, de acordo com a legislação brasileira, envolve os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade *constroem* valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Essa forma de ver a Educação Ambiental dá ideia de continuidade, e a caracteriza como um processo. Porém, nem sempre as oportunidades de aprendizagem são claramente processuais: Roberta Fassarela criou um termo bastante interessante para falar de eventos em Educação Ambiental - ela afirma que estes são momentos “com-ver-gentes” - momentos de ver pessoas, conversar sobre suas práticas, trocar ideias e aprender um pouco mais.

Assim acontece a Educação Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Guandu: nas escolas, nos sindicatos, nas instituições de ensino superior, processualmente e nos eventos promovidos pelas Prefeituras dos municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Laranja da Terra e Baixo Guandu, pelo Consórcio do Rio Guandu e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, dentre outros. São muitos os atores que promovem a Educação Ambiental, e múltiplas também são as suas ações e métodos. Não há, enfim, uma proposta única que pretenda dar conta de todas as situações ambientais com que se defronta a bacia, embora os mesmos elementos estejam sempre presentes, e que motivam a todos – o amor e o desejo de cuidar do seu lugar - o que também fala muito do protagonismo local e das muitas experiências educacionais que vivem.

A Expedição Científica da Bacia do Rio Guandu foi uma das muitas e ricas experiências que aconteceram na Bacia. Quem sabe quantas boas mudanças podem ocorrer no presente e que sejam frutos desta experiência?

As ações, que às vezes parecem tão pequenas, estão em rede, e são multiplicadas, pois cada uma das pessoas que está ali tem as suas próprias ligações, que podem coincidir ou não com as ligações de outros. Estas ligações também têm as suas outras, já multiplicadas, e a característica é essa: não há como estimar o tamanho de uma rede, nem se pode aprisioná-la. O movimento da rede não é o movimento de uma revolução formal e intencional, mas é a partir da rede que mudanças pouco perceptíveis, às vezes, vão se tornando grandes.

Não é possível prever o que cada um faz e fará com novos conhecimentos, e também não é possível saber como uma nova informação será assimilada, pois ela também se conecta com outras informações, experiências e saberes que a pessoa já tem, e adquire um valor pessoal, particular, próprio. O que poderá unir essas pessoas é o desejo de cuidar de si, umas das outras e do seu lugar.

Cuidar é algo próximo, que ocorre no tempo presente: é, por exemplo, colocar uma placa dizendo qual o nome do rio ou córrego, para que o morador saiba e cuide da água; é conversar com o vizinho, para que ele possa entender que o que ele faz na propriedade dele tem reflexos em toda a bacia; é levar as pessoas da bacia a assumir responsabilidades por suas escolhas. Que esse cuidar no tempo presente tenha reflexos na herança que se deixará para as próximas gerações. Que seja um bom legado, do qual possam sentir orgulho!

2.7 A última reunião

Na reunião realizada em 14 de setembro de 2011, que foi a última de que participei durante a realização da pesquisa, e da qual também ainda não foi disponibilizada a ata, havia três assuntos em pauta: a realização de uma campanha para cadastramento de usuários de recursos hídricos, a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs e a proposta da Universidade Federal do Espírito Santo de realizar uma pesquisa na bacia. Nesta reunião, de forma singular, os assuntos não foram pautados pelos membros do comitê.

Quando da discussão do primeiro assunto, a representante do IEMA que fez a apresentação informou a todos que, em função do início da cobrança pelo uso de recursos hídricos, o órgão gestor iria realizar uma campanha para cadastramento dos usuários de recursos hídricos superficiais e subterrâneos na bacia. Foi apresentado a todos o formulário que os usuários deverão preencher via Internet, o que gerou muita preocupação nos membros do comitê. Para a representante do IEMA o formulário era fácil de ser preenchido, e o tempo a ser utilizado em seu preenchimento seria de aproximadamente 15 minutos. Os membros do comitê discordaram e informaram que a qualidade da conexão a Internet no interior não é boa - quando existe - e que o produtor rural não iria preencher sozinho o documento. Ficou combinado que o comitê faria um ofício ao IEMA, pedindo que sejam orientadas equipes dos municípios para atuar em locais estratégicos, como secretarias de agricultura e meio ambiente, sindicatos, etc., para auxiliar o produtor no preenchimento.

Eu perguntei então se este cadastro dos usuários da bacia seria disponibilizado ao comitê, e foi informado que isso não havia sido pensado, e que a princípio não. Então, um participante disse que o cadastro deveria ser disponibilizado a toda a sociedade, pois no seu entender *“quem tem que fiscalizar a sociedade é a própria sociedade”*. A representante do IEMA ficou de levar a sugestão do comitê, mas o comitê também decidiu por fazer o pedido oficialmente.

A discussão sobre o cadastro gerou também observações sobre a outorga. Os presentes manifestaram seu descontentamento pela demora do órgão ambiental em analisar e emitir as outorgas, e pelo fato de o interessado ter de fazer a publicação em Diário Oficial. Segundo um dos presentes, que atua na Secretaria de Meio Ambiente de Baixo Guandu, o órgão não cobra para emitir a outorga, mas deveria cobrar a publicação e ele mesmo publicar, porque os usuários, em especial os pequenos produtores rurais, tem dificuldade com este tipo de procedimento, e ainda tem de acompanhar o Diário Oficial e localizar sua publicação, para tirar cópia e entregar ao órgão.

Em seguida, outra representante do órgão ambiental informou aos presentes que o município de Afonso Cláudio era o que tinha o maior número de Reservas Particulares do Patrimônio

Natural⁷ de todo estado, em número de sete, e que veio à reunião para divulgar e orientar os interessados em criar novas unidades. Eu perguntei à colega se ela saberia explicar porque o município se destacava na criação de reservas e ela me informou que na cidade há um grupo de pessoas que assessora os interessados.

Dentre os participantes da reunião, alguns conheciam esses proprietários, e mencionaram as dificuldades que eles encontram para proteger suas RPPNs, principalmente da ação de caçadores. Um deles mencionou que conhece um proprietário que não sabe mais o que fazer porque ele cerca a propriedade e o seu vizinho *“vai lá e corta a cerca, para o gado dele descansar na sombra das árvores”*. Foram feitas também várias críticas à Polícia Ambiental pois, de acordo com os participantes, a Polícia sabe quem são os caçadores, *“eles passam na frente da polícia com cachorro e tudo, todo mundo sabe que eles vão caçar, e ninguém faz nada”*.

No último ponto da pauta, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES apresentou uma proposta de pesquisa a ser realizada com o comitê, que tinha como objetivo

Contribuir para a efetivação da gestão integrada do território da bacia do rio Doce investigando a articulação entre o instrumento “Enquadramento de corpos d’água” e as metas de desenvolvimento regional, enfocando particularmente a participação social e as formas de uso e ocupação do solo, tomando como base territorial para análise duas bacias de afluentes, uma localizada no Espírito Santo e outra em Minas Gerais”. (LABGEST, 2011, p.1)

Após apresentar a proposta, o grupo se retirou da sala da reunião para deixar o comitê à vontade para deliberar a respeito, e a proposta foi aprovada com entusiasmo e por unanimidade. Um dos presentes fez uma observação muito interessante, ele disse que *“agora as coisas estão diferentes, porque o perito da Universidade vem também para aprender com*

⁷ A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação privada, reconhecida pelo poder público, gravada com perpetuidade a partir de um ato voluntário do proprietário da área. Seu objetivo principal é conservar a diversidade biológica. A RPPN é um instrumento extremamente importante para a conservação no Brasil. Contribui para o aumento das áreas protegidas em locais estratégicos, como ecossistemas ameaçados, zonas de amortecimento de Unidades de Conservação e/ou mosaicos, colabora para a constituição de corredores ecológicos e do aumento da conectividade da paisagem e também se apresenta com íntegro propósito social. Através da compreensão do papel da RPPN e da participação civil em sua criação e manejo, fica fundamentado o exercício de parte importante da cidadania: as relações sócio-ambientais. (IEMA)

a gente, ele não se acha mais o dono da verdade e nem acha mais que o produtor rural é um bobão que não sabe nada”.

Nesta última reunião, foi possível perceber que o comitê aprende e também sabe que tem o que ensinar, inclusive ao Órgão Gestor e à Universidade. Destaque-se que isso não é feito de forma presunçosa ou arrogante. Ao contrário, as colocações são feitas com a naturalidade, simplicidade e cordialidade. Os saberes trazidos, vão sendo traduzidos. Não se aceita passivamente uma proposta, venha de onde vier. É na troca, é na relação, é no “entre” que se faz o saber do comitê.

O Comitê é feito de singularidades, e o encontro entre estas também é feito de divergências, controvérsias, disputas e conflitos. No encontro, porém, o “entre” se faz, e é aí que se produzem incessantemente novas configurações, idéias, pensamentos, aprendizagens, fazendo do Comitê um lugar de partilha de idéias e contrastes.

Discutidos os pontos de pauta, e antes de terminar a reunião, a Secretária Executiva pediu a cada município que informasse o que estava pensando em fazer para comemorar o Dia da Árvore – 21 de setembro. A representante da Prefeitura de Brejetuba informou que o município iria realizar uma caminhada ecológica no dia 25 de setembro; Afonso Cláudio informou que levará alunos das escolas públicas para visitar os dois jequitibás-rosa de maior diâmetro do município (um com 6 e outro com 6,75m), já que a espécie é o símbolo de nosso estado; Laranja da Terra informou que uma de suas escolas, chamada Escola da Vida, tem um viveiro, e que irá promover o plantio de mudas; Baixo Guandu informou que na semana em que se comemora o dia da árvore estará realizando uma exposição agropecuária, e que será apresentada uma exposição de cartazes feitos por alunos das escolas públicas naquele evento.

Um dos presentes, produtor rural, informou que *“apesar de ser dia da árvore, não é época de plantar, porque estamos no período da seca”*. Informou que a melhor época é outubro, quando chegam as chuvas.

No dia 16/09/2011 eu recebi por e-mail o convite para as comemorações do Dia da Árvore no município de Brejetuba, que é apresentado a seguir:

Caminhada Ecológica

do



Venha participar conosco, conhecer a Pedra do Submarino e contemplar as belezas naturais de Brejetuba, como a Cachoeira da Rampa e a Pedra da Torre.

DATA: 25/09/2011

PROGRAMAÇÃO

07:00 h – Inscrições na Casa do Agricultor de Brejetuba
07:30 h – Saída rumo à Pedra do Submarino
09:30 h – Lanche
10:30 h – Retorno

Organização
Prefeitura Municipal de Brejetuba

Apoio
Conselho do Rio Guandu

Figura 22. Convite para Caminhada Ecológica do Dia da Árvore de Brejetuba. Arquivo do IEMA.

Gostaria de destacar aqui a minha escolha pelo método cartográfico nesta pesquisa. Foucault trabalhava principalmente com documentos, documentos esquecidos, desvalorizados, ou não considerados no seu todo e em seus detalhes. Ele analisava prontuários médicos, por exemplo. Só que não buscava o óbvio, o institucional, o comum. Ele buscava o que foi esquecido, o que foi ignorado, o que pode ser lido de uma forma muito diferente do convencional, uma vez que é margem e não centro. Ao analisar as atas, foi isso que procurei fazer. Pude reviver, por meio das atas, e viver, por meio da participação, experiências riquíssimas de aprendizado do que é ser Comitê e do que é cuidar de seu lugar, com esperança e entusiasmo, que estão nas entrelinhas das atas e das falas.

Assim, não me detive em esmiuçar todos os itens de todas as atas, mas sim em localizar as discussões que, no meu entender, faziam sentido para o que eu buscava conhecer: como o comitê realiza a gestão? Os membros do comitê se sentem preparados para exercê-la? Falta-lhes algum tipo de conhecimento para realizá-la? Como exercem a sua própria formação e da sociedade da bacia?

Como se pode ver na análise das atas, durante todo o período da pesquisa de campo, que ocorreu de março de 2010 a setembro de 2011, surgiram novos assuntos a cada reunião, e estes eram quase sempre temas locais, de interesse da região e a maioria deles pautados por

seus membros, com exceção apenas da última. Por ser integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, que elaborou não somente o Plano de Recursos Hídricos, mas também um Plano de Ações que fica sob a responsabilidade de cada comitê de suas sub-bacias, este é um tema que tende a ter continuidade nas discussões do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, a partir da existência de recursos originados da cobrança para concretizar este plano.

Essa dinâmica do novo, do inovador, daquilo que não se repete, pode ser entendida como a vivência de ser membro de comitê e do ainda-não que é o próprio comitê. Entendo que os membros aprendem juntos o que é que precisam e devem fazer por sua bacia, pelo lugar onde vivem. E também ensinam. Eles não se apegam aos textos legais, e nem se ocupam de discussões teóricas sobre temas técnicos, a não ser quando os assuntos locais o exigem. Na minha vivência de pesquisadora com o grupo o que eu pude perceber é que há agendas distintas entre os formuladores das políticas, que estão distantes da bacia, e os membros do comitê, que vivem a realidade de sua bacia. E que eles sabem fazer uma “liga” com isso, produzindo algo novo, diferente, inesperado, alternativo, e melhor.

Embora não haja esse registro por meio de ata, destaco que nesse período de realização da pesquisa, o comitê me pediu que oferecesse um curso de elaboração de projetos, o que foi feito, sendo este organizado pelo Consórcio do Rio Guandu, que exerce a função de Secretaria Executiva do Comitê. Nós nos reunimos durante dois dias e, juntamente com o Secretário Executivo do nosso Fundo Estadual de Recursos Hídricos, trabalhamos com aproximadamente trinta pessoas, entre membros do comitê e servidores das quatro prefeituras, explicando quais são os itens de um projeto e o que deve conter cada um deles.

O curso teve uma abertura formal, com composição de mesa, apresentação de poesia por aluna da rede pública do município e a presença do Prefeito Municipal de Afonso Cláudio Wilson Berger Costa, município onde o curso foi realizado, como na foto a seguir:



Figura 23. Abertura do curso de Elaboração de Projetos. Arquivo do IEMA.

A participação foi muito boa, e foi grande o interesse demonstrado. Os participantes receberam um certificado e tiramos também uma foto do encerramento, como a seguir:



Figura 24. Encerramento do curso de Elaboração de Projetos. Arquivo do IEMA.

O Comitê desejava ter maior êxito na apresentação de projetos junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos e outros organismos de financiamento, o que de fato ocorreu após a realização do curso. No Edital 001/2011 do FUNDAGUA o Comitê teve aprovados dois projetos de sua autoria, em duas linhas distintas. O projeto “Ampliação da Visibilidade, Alcance Social e Fortalecimento Institucional do CBH do Rio Guandu” foi aprovado em terceiro lugar, e o “Projeto Aguar – Conservação de Nascentes da Bacia do Rio Guandu” foi aprovado em primeiro lugar na linha em que concorria, sendo este um projeto que já havia sido apresentado ao Fundo, tendo sido recusado devido a problemas em sua elaboração.

Este foi o único pedido de curso apresentado pelo Comitê durante o tempo de realização da pesquisa de campo. Pode-se perceber que o pedido foi motivado por uma necessidade específica: a de dar conta de obter os recursos financeiros necessários para a solução de problemas da bacia identificados pelo Comitê.

Um outro dado interessante para a pesquisa é o de que o Consórcio da Bacia do Rio Guandu, que exerce a função de Secretaria Executiva do Comitê e tem como membros os quatro municípios da bacia, representados por seus Prefeitos, sentiu a necessidade de realizar o planejamento estratégico de suas atividades, e também me pediu que ajudasse a elaborá-lo. Nesse processo, que também durou dois dias, o Consórcio definiu seus valores e sua missão, conforme a seguir:

Valores

Integração, Comprometimento, Persistência.

Missão

Articular ações conjuntas de proteção e conservação dos recursos naturais na bacia hidrográfica do Rio Guandu, integrando os diversos setores da sociedade, visando melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

O fato de o Consórcio ter elaborado o seu planejamento estratégico para o período de 2010/2012 trouxe uma contribuição muito importante para o comitê: ficou mais claro o que o Consórcio poderia e também o que não poderia fazer e quais eram as suas reais atribuições; a partir disto, a equipe pode concentrar seus esforços naquilo que realmente era importante. Observe-se que, nas discussões, uma das questões que ficou clara para o Consórcio é a de que não cabia a ele executar as ações, e sim articular e integrar as diversas instituições da bacia para garantir a execução das ações, como agora consta de sua missão.

2.8 Conversa com o comitê

Um dos momentos mais marcantes desta pesquisa foi a realização da conversa com os membros do comitê. A conversa durou cinquenta e sete minutos e foi gravada, com o consentimento dos presentes.

Inicialmente, expliquei a todos e todas que eu havia escolhido o comitê para realizar minha pesquisa porque, dentre os comitês do estado, ele estava entre os mais mobilizados e maduros, e que também era composto por um grupo que já possuía uma caminhada, uma trajetória. Além disso, era o único comitê em que eu percebia uma preocupação constante em desenvolver ações de educação ambiental.

A minha primeira pergunta ao grupo foi: considerando a formação de cada um de vocês aqui presentes, o que vocês acham mais importante saber, e o que foi mais difícil entender para ser um membro de comitê de bacia hidrográfica?

A primeira resposta que obtive foi muito especial e, para mim, inesperada: o participante respondeu que *“Tanto a legislação quanto as técnicas de gestão de recursos hídricos são novas, e há muita coisa a ser discutida ainda. Quando se vive a prática, tudo pode ser muito diferente do que está previsto na legislação e na técnica. O mais importante é conhecer o lugar onde vive”*.

Este integrante mencionou que faltam informações básicas aos cidadãos da bacia, como uma simples placa informando o nome de um córrego ou de um rio.

Outro membro concordou e complementou a resposta, informando a todos que esta é uma política da sua empresa, que tem atuação em todo o estado. Relatou sua própria história, dizendo que esteve prestes a *“jogar a toalha”* e deixar de ser membro do comitê, devido a muitas atribuições, mas foi convencido pelo grupo de que deveria permanecer no comitê porque não havia outra pessoa para substituí-lo que conhecesse tão bem a região.

Eu fiz então uma pergunta a um membro mais recente do comitê, formado em Engenharia Ambiental. Perguntei a ele o que foi mais difícil de entender para ser membro do comitê, e ele respondeu que *“o mais difícil foi saber o que era comitê”, e “pra que servia”*. Este membro também afirmou que, depois disso, o mais importante é mesmo conhecer a região.

Outra participante, Bióloga, falando sobre a sua própria formação, nos disse que tinha conhecimento específico na área, porém ao iniciar o seu trabalho no comitê, buscou conhecer

mais aprofundadamente a Política Estadual de Recursos Hídricos, “*mas somente na vivência do comitê é que aprendeu, de fato, o que essa política significava.*”

Outro membro fez uma intervenção e mencionou que algo incomodava a ele, mudando o assunto da conversa: o fato de estar já há algum tempo no comitê e não perceber melhorias significativas na bacia. Ele mencionou a lei, que “*prevê tanta coisa, mas nada está sendo cumprido*”.

Este tema interessou a todos e, embora fugisse da minha proposta inicial de discussão, eu entendi que deveria ouvir o que os membros tinham a me dizer, e localizar nessas falas tanto o que aquelas pessoas consideravam importante quanto como este novo assunto se relacionava com a discussão anterior. Um dos participantes, Técnico Agrícola, e também formado em Administração Rural, se pronunciou a respeito da maior dificuldade que vê no trabalho do comitê:

“É a questão cultural, a falta de tomar posse daquilo que é dele: joga o lixo da janela da cozinha, não pratica a compostagem, não separa mas queima o lixo. É uma cultura de arrancar tudo o que a terra tem pra oferecer. Isso não ocorre por falta de informação porque a pessoa sabe que não deve fazer isso. O papel do comitê é criar uma consciência na população.” (grifos meus)

Como veremos adiante, este participante foi corrigido por outro membro do comitê logo em seguida, que disse que não se pode conscientizar ninguém. Talvez eles não saibam, mas esta é uma discussão recorrente na Educação Ambiental: essa proposta de que é necessário “conscientizar” as pessoas é criticada por seu caráter autoritário, presunçoso (já se que presume que alguém teria essa capacidade) e inexequível, além de que não enseja a problematização necessária para que as pessoas possam refletir, sentir e decidir por si mesmas.

No entender deste mesmo integrante, a pessoa sabe que está errada, mas não tenta corrigir o mais básico:

“Meu vizinho ta fazendo uma porcaria lá pra cima. Como nós vamos trabalhar isso? Eu tenho consciência, meu vizinho não tem, qual que é a cultura dele? Dane-se quem está abaixo de mim! Isto não é questão política, é cultura da pessoa, não pensar em quem está abaixo. Água limpa tem na minha casa!”

2.8.1 Em busca da ética e da estética na existência

Percebo que é a questão ética que pode produzir sentidos que levam ao cuidado de si e cuidado do outro, motivo intrínseco da criação de um comitê, e penso que é deste saber que o membro do comitê nos fala. Foucault afirma, em seus últimos estudos, que por toda uma série de razões, a idéia de uma moral como obediência a um código de regras está presentemente em um processo de desaparecimento, já desapareceu. E a essa ausência de moral responde, deve responder, uma busca de uma estética da existência (*apud* NASCIMENTO, s/d, p.1). Entendi também que, com essa fala, os membros do comitê me diziam da diferença entre saber e fazer, conhecer e transformar.

Maturana e Varela (2001, p. 267) afirmam que o conhecimento do conhecimento obriga, e que é necessário:

[...] buscar as circunstâncias que permitem tomar consciência da situação em que se está – qualquer que seja ela – e olhá-la a partir de uma perspectiva mais abrangente, a partir de uma certa distância. Se sabemos que nosso mundo é sempre o que construímos com os outros, cada vez que nos encontramos em contradição ou oposição com outro ser humano **com o qual desejamos conviver**, nossa atitude não poderá ser reafirmar o que vemos do nosso próprio ponto de vista. Ela consistirá em apreciar que nosso ponto de vista é o resultado de um acoplamento estrutural no domínio experiencial, **tão válido quanto o do nosso oponente, mesmo que o dele nos pareça menos desejável**. Caberá, pois, a busca de uma perspectiva mais abrangente, de um domínio experiencial em que o outro também tenha lugar e no qual possamos construir um mundo juntamente com ele.

Foucault conclui a partir do estudo dos princípios dos filósofos estóicos, que os exercícios espirituais que compõem a cultura de si são práticas de autodomínio e exercícios reflexivos do cuidado e de conhecimento de si, (GROS, 2004, p. 136), não dependendo o ser humano de uma doutrina ou moral que, mediante práticas confessionais ou não, determinem o que se deve ou não se deve fazer. Foucault não é contrário a existência dos códigos: ele admite que normas e leis são necessários em qualquer sociedade. Ele acredita, porém, que uma norma universal que seja válida para todos, e durante todo o tempo, está em processo de desaparecimento, por isso atribui a cada ser humano a responsabilidade pelo cuidado de si. Este cuidado de si não pode ser entendido como de si para si mesmo. Ele fala do cuidado de si e do cuidado com o outro como valores complementares e indissociáveis.

Mas como ensinar e aprender sobre o cuidado? Foucault chega à idéia de governamentalidade, traduzida aqui por Gisele e Gomes (2008), o início de um trabalho que deixou, infelizmente, inacabado:

Governmentalizar é utilizar as informações absorvidas por meio das tecnologias para compor o cenário social melhor e adequar o indivíduo, sujeito de si, ao seu “habitat” ou a sociedade, trazendo ao homem a potencialidade de aprender a ser senhor de si mesmo e dos outros, mas, dentro das regras que são resultado das relações de poder que todos participam, seja problematizando os conflitos ou os solucionado.

Nascimento nos traz mais um elemento para o debate:

Se levamos em conta que para Foucault a ética é um modo de relacionamento do indivíduo consigo mesmo (conf. Foucault, 1984: 219) a questão que se coloca é eminentemente prática. Não se trata de investigar o que, de propor um fundamento que volte a legitimar um código (ainda que mínimo); mas de perguntar-se pelo como, do como se constitui o indivíduo como sujeito moral de suas ações. O como introduz a variabilidade, a transformação possível, a diversidade. Investigar o como conduz a encontrar-se com o fato de que o fundamento é móvel e altamente transformável [...] Perguntar pelo como em relação à constituição do indivíduo como sujeito de suas ações supõe aceitar a variabilidade e a diversidade, pensar a ética como criação de e a partir da liberdade e pensar o sujeito como obra, obra de si mesmo, obra de arte. (NASCIMENTO, s/d)

Jacobi (1999) também traz a questão ética para o centro do debate quando a preocupação é a sustentabilidade. O autor considera que são necessárias práticas, por meio da Educação Ambiental,

[...] que possam garantir os meios de criar novos estilos de vida, desenvolver uma consciência ética que questione o atual modelo de desenvolvimento marcado pelo seu caráter predatório e pelo reforço das desigualdades socioambientais. A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a ética dos seres vivos. (JACOBI, 2003, p.196)

Tristão (2005, p. 256-257) nos fala que a solidariedade é um forte ingrediente ético-político e que a Educação Ambiental pressupõe uma ética que nos convida a entender nossa conduta como aquela que vai respeitar o outro como legítimo outro na convivência, seja ele um ser humano, um grupo social ou a natureza, ética essa que se inscreve numa responsabilidade com o futuro. Para a autora, é interessante pensar em abordagens educativas menos cobradoras de uma “consciência racional” e mais comprometidas com as multidimensões que incluem a estética, a ética e os afetos:

Nesse caso, a Educação Ambiental encarna um devir, como nos diz Larrosa (2003), de uma relação do homem-por-vir, a palavra-por-vir, com o tempo-por-vir, escapando do sonho totalitário baseado em uma racionalidade cognitivo-instrumental, de um futuro fabricado por meio da fabricação de indivíduos que o encarnam, de uma educação compatível com o devir novo e imprevisível, para além dos resultados daquilo que sabemos, queremos, esperamos. (2005, p. 263)

Vários membros do comitê se manifestaram durante a conversa para reforçar a idéia de que trabalhar no comitê significa conhecer e atuar em seu lugar, apropriando-se do que é seu. Ao invés de falarmos das dificuldades de formação dos membros do comitê, que era a idéia inicial, quase sempre chegávamos de alguma forma aos problemas ambientais e à formação da sociedade da bacia, e não de questões envolvendo o próprio comitê. Por ter vivido nesse espaço de partilha pelo período da realização da pesquisa de campo, pude sentir que, para os membros do Comitê, mais importante que pensar a sua formação é compartilhar esse sentimento de cuidado com os demais, considerando isto prioritário.

O representante do município de Laranja da Terra se apresentou como Orientador Educacional e Psicopedagogo. Ele mencionou que o município instituiu uma disciplina no currículo das escolas intitulada “Práticas Agroecológicas”. No seu entender, *“a consciência ainda é muito pequena, pois, enquanto ainda está chovendo, e a água está correndo na torneira, a preocupação ainda é muito pequena”*, por isso a disciplina foi criada. O participante contou uma história curiosa: quem criou essa disciplina foi o Secretário de Educação do Município, que era pastor da Igreja Luterana. Esse Secretário, assim que chegou à Secretaria de Educação, disse a todos que *“achava que estava no lugar errado”, “mas ele deu uma ótima contribuição”*. Ele conta que *“De início tinha a disciplina, mas não havia um plano de curso, e os professores ficavam muito em dúvida; hoje, esse plano está mais avançado e está ainda em construção, mas o comitê poderia ajudar nessa definição”*.

De acordo com alguns dos membros do comitê, *“quanto mais eventos ou mobilização da sociedade em geral maior será a sensibilização e conscientização das pessoas”*: *“a pessoa só consegue ver que ela faz parte e ela é importante quando ela tem essa percepção”*, *“o melhor meio para se obter isso é a Educação Ambiental, para aguçar essa percepção”*, *“não precisa ter Mestrado ou PHD, é preciso a percepção e se sentir parte”*, *“ao desenvolver projetos de Educação Ambiental na bacia, também se fortalece o próprio comitê, trazendo mais pessoas para ele”*.

Uma das participantes, também formada em Biologia, se pronuncia dizendo que o que falta nos quatro municípios integrantes da bacia – Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Brejetuba e Laranja da Terra – “*é a questão do pertencimento*” pois “*nós não valorizamos o que nós temos*” e, de forma contrária ao que tinha sido falado até então, afirma que “*nós não temos a possibilidade de conscientizar ninguém, nós temos a capacidade de mostrar, mostrar o que foi, o que é e o que pode ser, porque ninguém conscientiza ninguém*”. Ela nos conta que há dois dias “*deu uma volta*” no município onde vive, Afonso Cláudio, e “*ficou horrorizada*” com a ocupação desordenada da cidade:

Eu fui em cada lugar, em cada morro, em cada tapera, que eu não sei como as pessoas conseguem, às vezes, sair do interior, onde tem uma casa, uma boa situação, elas tem alimento, as vezes não tem um bom tratamento de esgoto mas tem água, e vem, de modo precário; você vê o resíduo totalmente inadequado, e aí a população cobra do gestor, mas ele não vai conseguir resolver o problema.

Ela cita um exemplo: um morador queria construir num local impróprio, a prefeitura negou. O morador insistiu e construiu. Veio a enchente e “*carregou tudo*” e então o morador disse que “*queria saber o que a prefeitura ia fazer*”. “*Foi ele que escolheu ficar ali, e agora ele não se responsabiliza por isso.*” Ela concluiu afirmando que toda e qualquer situação de problema ambiental, seja relacionada a água, resíduo ou qualquer outra, por mais que pareça apenas técnica, vai sempre depender da educação ambiental para se resolver. Mas afirma que “*não adianta fazer um projetinho, é um processo*”.

Essas práticas discursivas mostram que o comitê entende que há algo a ser aprendido-ensinado e que está relacionado ao cuidado, a ética, ao assumir responsabilidades. Então eu pude perceber algo que me deixou envergonhada: nós, do órgão gestor, assim como as políticas que elaboramos e a lei, nos preocupamos em legitimar o que está colocado e encontrar procedimentos adequados para viver e gerir essa realidade dada; mas a preocupação do comitê é outra – é a de mudar essa realidade do passado, que pode ser ontem e, portanto, ainda é presente. O tempo em que nos apoiamos para regulamentar é o passado, o tempo do comitê é o presente, que ainda é passado e também já é futuro. Preocupamo-nos com os fatos do passado para escrever a lei, e o comitê constrói a sua realidade: não existe [...] uma realidade pré-existente que necessita ser desvelada, descoberta; a própria realidade é construída mediante processos de significação; o real é uma invenção, é um imaginário e as verdades estão aqui e agora nas práticas, nos discursos e nos sujeitos [...] Como sugere

Foucault (1988), não precisamos procurar as verdades em tempos longínquos, a verdade é deste mundo (DUTRA, 2009, p. 4).

Outro membro fala que hoje nós temos um novo modelo de produção agrícola, explicando que se pode produzir mais degradando menos e que

É necessário ficar atento a boas iniciativas, como recuperação de áreas degradadas, mas também ficar atento a práticas agressivas como o eucalipto, a exploração de minério; a prática do homem detonar tudo morreu, é preciso ficar atento, a paisagem está mudando, onde não tem mais café agora tem eucalipto, mas pode ser diferente, isso não precisa mais ocorrer assim.

O órgão ambiental tem equipes diferenciadas que trabalham com licenciamento, educação ambiental, fiscalização, recursos naturais e recursos hídricos, dentre outras. Existe uma tentativa formal de se promover a integração entre essas áreas, porém isto ainda não aconteceu. De forma geral, trabalhamos de forma isolada e frequentemente nos vemos surpresos com iniciativas das demais áreas que parecem se sobrepôr as nossas e sobre as quais não tínhamos conhecimento e das quais não participamos. Para o comitê da bacia, essa distinção não existe: observe-se que os assuntos dizem respeito a todas essas áreas como áreas de atuação do comitê, embora ele tenha sido criado para tratar da água. E, embora isso não tenha sido mencionado, deve ser difícil para eles conviver com essa separação e com a falta de integração que acontece no órgão gestor.

Comentando a fala da participante que mencionou o tema ocupação desordenada das cidades, um dos membros do comitê lembrou da criação do Ministério das Cidades e de uma “*agência estadual reguladora da ocupação do solo urbano*” em 14 de fevereiro de 2011, mas que poucos municípios ainda conhecem. Ele conta que quando esteve num dos municípios da bacia, perguntou ao prefeito se a prefeitura já havia procurado a agência e o prefeito respondeu que “*não sabia disso não, que era para falar com as procuradoras do município*”. Ele brinca: “*tudo é a longo prazo, mas tem que ter um prazo!*” Para este membro, “*sensibilizar pessoas é uma coisa muito difícil. 85% das pessoas estão no espaço urbano, está tudo aglomerado. Não tem o que quer no interior, mas tem o que comer. E aí? Fica aí a pergunta, todo mundo reflita*”.

2.8.2 O lugar praticado da Educação Ambiental em contextos de formação

Ao iniciar o Mestrado em Educação, assim como DUTRA (2009, p. 3),

[...] minhas concepções de EA estavam muito relacionadas a um tipo de discurso dominante sobre as práticas de EA que era produzido a partir do movimento ambientalista e dos discursos das teorias críticas e progressistas pautadas pelo entendimento da educação como ferramenta de emancipação dos sujeitos para a ação política.

O conhecimento de outras práticas, outros discursos e outras teorias me fez indagar: será que esta, a emancipação, já não existe, já não está conosco, sempre em processo de construção, e se fazendo presente nas nossas ações? Ora negada, por nós mesmos ou pelo Outro, mas sempre presente? Não desejamos espontaneamente liberdade para escolher nossos caminhos e oportunidades reais de tentar, experimentar e decidir? Pensar desta forma requer [...] adentrar no estranhamento, na desestabilização e na desconfiança daquilo que a nós se apresenta como verdade e certeza até mesmo em nossa concepção de pesquisa e de suas ferramentas (idem, p.2).

Ao conversar com os membros do comitê, ao analisar as atas e participar das reuniões, eu não vi o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu mencionar a sua necessidade de “capacitação”; pelo contrário, vi seus membros insistindo na formação da sociedade da bacia. Entendo que isso não quer dizer que eles sejam descuidados com a sua formação, mas sim que eles vivem experiências e aprendem juntos, e que pensam na projeção dessa formação para fora do comitê, para toda a sociedade da bacia. Os membros do Comitê estão construindo sua emancipação constantemente. Eles e elas não estão prontos, assim como ninguém mais está tão pronto o suficiente para poder promover a emancipação de outra pessoa!

Frank (2008) faz considerações muito interessantes sobre as dimensões de uma bacia hidrográfica – a área de atuação do comitê. Segundo a autora, a dimensão mais visível da bacia é a sua dimensão físico-natural. Porém, além desta, haveria outras duas. Uma delas é a dimensão sócio-econômica, e a autora chama a atenção para o fato de que o sistema sócio-econômico verificado numa bacia hidrográfica em geral não tem a mesma delimitação que a Bacia. Inclui a ocupação humana, os usos econômicos que ela faz da água e do solo e os impactos que causa sobre a água; Frank ressalta também que os problemas a serem resolvidos

numa bacia resultam da interação não-harmônica entre estas duas primeiras dimensões. Uma outra dimensão é a institucional, e a autora nos fala que devido aos impactos, e visando a regular os usos, a sociedade criou instituições diversas para gerir recursos naturais, inclusive a água. Para Frank, é nesta dimensão institucional que ocorrem as articulações em torno da idéia de gestão de recursos hídricos. Frank também alerta para o fato de que essas três dimensões não podem encobrir uma à outra, recomendando que elas sejam sobrepostas, de forma transparente⁸.

Nesse ambiente complexo, o Comitê vive experiências. A maioria dos membros tem formação de nível superior, com privilégio da Biologia sobre as demais. Mas continua a aprender na vivência, na experiência do ainda-não do comitê. E, de acordo com Larrosa, experiência é o que nos passa, nos acontece, nos toca! E é ele quem nos diz também que ter experiências é cada vez mais raro: o sujeito da sociedade pós-moderna convive com o excesso de trabalho e com o excesso de informação e, assim, não dispõe de tempo para o silêncio. A falta de silêncio e de memória, de acordo com Larrosa, são inimigas mortais da experiência (2004).

Para Grün (2007), a experiência é quase sempre vista do ponto de vista da ciência experimental, e, citando Gadamer, propõe que

[...] é importante compreender o nascimento da experiência enquanto evento sobre o qual ninguém exerce controle. A experiência não é determinada por esta ou aquela observação, mas é coordenada de uma forma que, em última análise, é inteligível. (p.140)

O autor nos fala da experiência como a possibilidade do encontro do eu com o tu, em que esse tu não é objeto, pois existe em relação a nós, e que há troca de conhecimento na experiência desse encontro. Para o autor, é importante considerar o tu verdadeiramente como um tu e permitir que nos conte ou ensine alguma coisa, e é assim que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu também aprende e ensina, por meio da experiência do encontro.

Experiência é, portanto, aprendizagem. Viver experiências é ampliar as possibilidades de Educação. Mas quase sempre associamos a Educação somente à aquisição de conhecimentos

⁸ Trecho de artigo publicado no Boletim Coleciona, emitido pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, vol. 9/Ano 2, novembro/dezembro 2009, sob o título “Resultados Iniciais da Pesquisa realizada com os Comitês de Bacias Hidrográficas Benevente e Rio Novo”

científicos e aos espaços formais de aprendizagem . Quer seja em escolas, quer seja em nossas universidades, para garantir a obtenção destes conhecimentos, elabora-se o currículo, e com este pretende-se definir, dentre outros elementos, quais os conteúdos a serem adquiridos (e quais os que não interessam), como se dará a avaliação, que competências e habilidades se esperam que os alunos desenvolvam ao obter tal conhecimento, etc. Ou seja, há planejamento, mesmo que se assegurem tempos e espaços para manifestação do imprevisto, dos acontecimentos – com os quais aprendemos e ensinamos o tempo todo.

O saber a ser adquirido na escola ou universidade está cada vez mais relacionado ao mercado de trabalho. Assim, os currículos estão cada vez mais comprometidos com o desenvolvimento de competências e habilidades para o bem estar individual (o indivíduo passa a ter mais chances de ingressar e ser bem sucedido no mercado de trabalho) e não social; e para o mercado, ao invés de para a vida - em especial, para a vida em comunidade.

Se o conhecimento científico é privilegiado em nossos espaços formais de Educação, temos de nos perguntar, conforme Santos: até que ponto o avanço no conhecimento técnico-científico tem contribuído para o enriquecimento ou empobrecimento prático de nossas vidas? Podemos pensar, também como Santos, que existem diferentes racionalidades que permitem o aprender: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura; a racionalidade moral-prática da ética e do direito, e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica (apud OLIVEIRA, 2008).⁹

Durante a realização da pesquisa de campo, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu mostrou uma série de oportunidades de ensinar-aprender, até na hora do café (com estética): as reuniões do grupo sempre têm um lanche gostoso e bonito logo no início, e quem vai chegando vai tomando o café, e ali se conversa sobre as novidades de cada município, se contam as notícias, se trocam saberes com sabor no espaço da convivência.

Espaço, para Michel de Certeau (JOSGRILBERG, 2005, p.73) é lugar praticado. Tomemos como exemplo a nossa casa: ela pode ter sido projetada por um arquiteto ou engenheiro para ter uma sala e três quartos (espaço), mas nós moradores, ao fazemos uso desse espaço, podemos transformar um desses quartos num escritório ou sala de TV. Ao alterar a proposta

⁹ Trecho de artigo publicado na Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.3, n.1, 2010, pp.11-22, sob o título “O Ecoturismo como experiência e prática de liberdade”.

feita por alguém que ocupa um lugar de saber e de poder (o arquiteto ou o engenheiro) nós, pessoas comuns (não-arquitetos, não-engenheiros), praticamos nosso espaço, inventamos a nossa vida, criamos, fazemos arte - que Certeau chamou de arte do fraco - ou seja, o homem comum dá vida ao espaço, constituindo-o em lugar praticado. Nós fazemos isso em nosso cotidiano, aqui entendido não como mera repetição, mas sim conforme Certeau – espaço e tempo do que é vivido (JOSGRILBERG, 2005). Assim, o espaço de convivência do comitê é um espaço de prática, de aprendizado, de construção. Como já mencionado, os instrumentos de gestão pensados nas políticas nacional e estadual de recursos hídricos ainda não estão consolidados, mas o comitê cria alternativas por meio de sua prática.

A obra de arte a seguir, de autoria de José Pereira, chama-se Cotidiano em Santo Antônio:



Figura 25. Cotidiano em Santo Antonio

Disponível em www.vozativa2.blogspot.com. Acesso em 10 ago.2010

Nesta obra, é possível ver pessoas comuns praticando seu espaço, dando-lhe vida, inventando seu cotidiano.

Essa invenção do cotidiano se dá ao que Certeau chama de “artes do fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência”, que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um. (DURAN, 2007, p.117)

Em contrapartida, Augè (1994, p. 87) nos fala que são duas as formas de criação de não-lugares. Uma delas está relacionada ao nosso estado de transitoriedade e a outra à nossa relação com o lugar:

Vê-se bem que por “não-lugar” designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bem ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não-lugares medeiam todo o conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos¹⁰ criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária.

Essa parece ser uma palavra bem representativa da nossa época, conforme alertado por Augè, Bauman e outros: a solidão. E Pereira (2003) nos fala da nossa vida em condomínios, da mesmice e impessoalidade dos nossos produtos, da dificuldade de dotar um objeto de alguma característica pessoal. Fala de nós como seres confinados em espécies de prisões domiciliares...

O que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu faz é praticar a vida, as relações, a natureza. É resistir à impessoalidade, ao isolamento, à negação, à indiferença. É fazer do seu espaço, ao invés de um não-lugar, um lugar-sim, praticado. E assim aprende. Pela experiência que pude viver com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu durante a realização desta pesquisa, participar do Comitê é estar em formação, é prática, é construção, é invenção.

¹⁰ Para Augè, lugar antropológico é lugar de sentido.

ENTRELUGAR



Pierre Auguste Renoir . Canotiers à Chatou .(1879).

Disponível em www.picturalissime.com. Acesso em 12 dez.2009.

CAPÍTULO 3

DESENCONTROS: ENTRE O PENSADO E O PRATICADO

Com o intuito de ampliar as possibilidades de análise sobre a formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas, busquei possíveis respostas para a seguinte questão: o que dizem a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Agenda 21 Global, sobre a formação de comitês de gestão participativa e compartilhada do meio ambiente? Esses documentos foram escolhidos por serem referências importantes para a Educação Ambiental.

A Carta da Terra é um documento que fala de paz, ética e solidariedade. Conforme consta do site “A Carta da Terra em Ação”, em 1997 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas recomendou a criação de uma declaração universal que contivesse os princípios do desenvolvimento sustentável a serem compartilhados por todas as nações do planeta, na elaboração e execução de suas políticas públicas ambientais. Pelo teor da Carta, porém, seus princípios vão muito além, e podem ser vistos como um clamor pela justiça social e ambiental, dentro e entre as nações¹¹.

Em 1997, a partir da recomendação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, foi constituída uma comissão, como um organismo internacional independente, envolvendo uma grande variedade de pessoas, organizações e instituições, que conduziu e supervisionou um processo de consulta internacional e de elaboração do documento, aprovou o documento final e divulgou-o a partir do ano 2000. O que é a Carta da Terra? Tal como encontramos no site <http://www.cartadaterrabrasil.org>

A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação.

¹¹ A ECO-92 já havia adotado a idéia da criação de uma Carta da Terra aceita internacionalmente, entretanto, naquele encontro os Governos não chegaram a um acordo e adotaram a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em lugar da Carta, conforme consta do site acima mencionado.

Já o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, disponível em <http://portal.mec.gov.br>, em seu preâmbulo afirma:

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós, signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

Podemos perceber a grande afinidade entre a Carta da Terra e o Tratado quando de suas preocupações éticas e busca da solidariedade por meio de valores a serem compartilhados por todos. O Tratado também foi construído pela sociedade civil e contou com a presença maciça de educadores de todo o mundo em sua elaboração, durante a Primeira Jornada de Educação Ambiental ocorrida durante a ECO-92. Documento de referência para a Educação Ambiental brasileira, em especial para as Redes de Educação Ambiental, não se consolidou porém como uma política pública oficial no Brasil e nem em outros países, mas serve de referência para formulação de políticas que se contrapõem a uma idéia única de desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 é um documento extremamente controverso, mas oficial pois é resultado da Conferência de Cúpula da Rio-92, embora não tenha força legal. A Carta da Terra e o Tratado, construídos pela sociedade civil, não foram adotados formalmente pelos governos, como vimos. Sabe-se que as nações não chegaram a um acordo sobre os problemas ambientais globais, em especial quanto aos “sacrifícios” que as nações mais desenvolvidas (que consomem mais) precisariam fazer e que decisões poderiam ser tomadas para que países menos desenvolvidos pudessem assegurar maior qualidade de vida às suas populações sem agredir o meio ambiente. Na discussão sobre “quem paga a conta”, o impasse foi principalmente econômico. E é nesse contexto que a Agenda 21 surge como o acordo possível e, por isto mesmo, acredito que se deve ler com desconfiança o seu teor.

De acordo com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente, “a Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”. Como veremos na análise do

capítulo dedicado a recursos hídricos, se trata de um documento pragmático e, a meu ver, bem mais comprometido com a eficiência econômica do que com a proteção ambiental e a justiça social.

Ao analisar esses três documentos no que diz respeito à atuação dos comitês de bacias hidrográficas e em relação à água, é importante saber que em muitos espaços se faz diferença entre meio ambiente e recursos hídricos e entre recursos hídricos e água, a começar pelo próprio nome do órgão onde trabalho: Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A Carta da Terra e o Tratado não fazem essa distinção, mas a Agenda 21 o faz, dedicando um capítulo exclusivamente a recursos hídricos. E, na prática, em termos de políticas públicas, há realmente políticas distintas tanto para meio ambiente quanto para recursos hídricos, que ainda carecem de integração efetiva.

É importante destacar também que a adoção da expressão “recursos hídricos” não é neutra:

O termo *água* refere-se, regra geral, ao elemento natural, desvinculado de qualquer uso ou utilização. Por sua vez, o termo *recurso hídrico* é a consideração da água como bem econômico, passível de utilização com tal fim. Entretanto, deve-se ressaltar que toda a água da Terra não é, necessariamente, um recurso hídrico, na medida em que seu uso ou utilização nem sempre tem viabilidade econômica. (REBOUÇAS *et alii*, 1999, p.1)

Se toda a água da Terra não é necessariamente recurso hídrico, todo recurso hídrico é água e, como tal, um patrimônio, um bem do qual todos os seres vivos dependem. A primeira consideração feita na legislação que rege a gestão das águas na comunidade europeia – a Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000 – é a de que a água não é um bem comercial como outro qualquer, mas um patrimônio que deve ser protegido, defendido e tratado como tal.

Há muitas formas de ver a água, não somente como recurso, embora essas formas de ver sejam pouco consideradas. Kalili (2008) nos fala da água como sêmem sagrado do Senhor e como tal, e de acordo com a tradição dos povos nômades do deserto, aquele que contaminar, poluir ou roubar esse sêmem será condenado a doenças horríveis. A autora nos diz também que é no deserto que se conhecem os verdadeiros amigos, diante de um poço, e que ali os brindes são feitos com a água, enquanto que no Ocidente se brinda com o sangue de Allá - o vinho - que só pode ser feito porém com boa água.

Em seu artigo, a autora destaca que no Fórum Mundial das Águas¹², realizado em Haia de 16 a 21 de março de 2000, foi debatida a titularidade da água sob vários aspectos, como o místico, sob a ótica dos direitos humanos, filosóficos e mercadológicos (p. 42). Este último aspecto, porém, prevaleceu sobre os demais.

Assim, destaco que na análise realizada é possível perceber que a Agenda 21 tem um discurso voltado para a água enquanto recurso, o que é bastante coerente com o contexto de sua criação. Já os demais, também de forma coerente com as suas origens, apresentam um discurso que contempla a discussão do meio em seus múltiplos aspectos, enquanto sistema vivo e dinâmico.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global não contém o termo “comitê” em seu teor, mas faz menção a conselhos populares e gestão, destacando em seu plano de ação que é necessário *sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de Ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.*

A Carta da Terra não menciona os termos “comitê” ou “gestão”, mas fala de participação em três momentos distintos, afirmando a necessidade de: *Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias; Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça; Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.*

Já a Agenda 21 global dedica o capítulo 18 ao tema “Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos”. É interessante observar, no item 18.20, a importância dada ao desenvolvimento de “capacidades” para implementar os princípios contidos na

¹² Este Fórum contou com cerca de 6000 participantes, de todas as partes do mundo. O Brasil esteve presente, mas sua participação não foi equivalente à sua importância estratégica quanto aos recursos hídricos. As conclusões do II Fórum Mundial da Água, fortemente marcadas pelo espírito e linguagem do mercado, foram balanceadas graças à posição do Brasil. (UFSC)

Agenda: ... *as comunidades precisam ter capacidades adequadas. Aqueles que estabelecem a estrutura para o desenvolvimento e manejo hídrico em qualquer plano, seja internacional, nacional ou local, precisam garantir a existência de meios para formar essas capacidades, os quais irão variar de caso para caso.*

E mais: *A capacidade institucional para implementar o manejo hídrico integrado deve ser revista e desenvolvida **quando há uma demanda clara. As estruturas administrativas existentes serão amiúde capazes de realizar o manejo dos recursos hídricos locais, mas pode surgir a necessidade de novas instituições** baseadas na perspectiva, por exemplo, de áreas de captação fluviais, conselhos distritais de desenvolvimento e **comitês de comunidades locais**. Embora a água seja administrada em vários níveis do sistema sócio-político, o manejo exigido pela demanda exige o desenvolvimento de instituições relacionadas com a água em níveis adequados, levando em consideração a necessidade de integração com o manejo do uso da terra.* (grifos meus)

Em outro momento do documento, ressalta-se que: *Devem-se tomar providências especiais para mobilizar e facilitar a participação ativa da mulher, da juventude, das populações indígenas e comunidades locais nas equipes de manejo de água e para apoiar o desenvolvimento de associações e comitês da água, **oferecendo-lhes treinamento adequado para que se tornem tesoureiros, secretários e encarregados. Deve-se dar início a programas especiais de ensino e formação da mulher, tendo em vista a proteção dos recursos hídricos e da qualidade da água nas zonas urbanas.*** Na última menção à palavra comitê, o capítulo 18 da Agenda 21 recomenda *Estimular e equipar as associações e comitês de água locais para que gerenciem os sistemas de abastecimento da comunidade e latrinas comunais, oferecendo apoio técnico, quando necessário.* (grifos meus)

Na Agenda 21 ficam claros: a crença de que os órgãos técnicos sabem o que deve ser feito; a supervalorização da competência técnica; e que, em caso de necessidade, a sociedade deve ser convidada a participar, porém numa condição de subalternidade.

Os três documentos diferem em seus objetivos e intenções. Enquanto a Carta da Terra e o Tratado são documentos produzidos pela sociedade civil e se assentam em princípios éticos e filosóficos, a Agenda 21 é um documento produzido com a finalidade de assegurar o

desenvolvimento econômico, associado à idéia de desenvolvimento sustentável – expressão caracterizada pela ambiguidade – e que pode deslocar a atenção do cuidado necessário para com a vida para a manutenção das relações de produção e de comercialização do mercado global – ou seja, mudar para que tudo fique como está, como nos coloca Porto-Gonçalves (2006).

3.1 Questões de gênero subjacentes

Destaca-se nesses documentos a presença de questões relativas a gênero . A ECO-92¹³ reuniu grupos bem variados para considerar as interações entre meio ambiente e desenvolvimento humano. Estavam presentes no encontro legisladores, cientistas, diplomatas, dentre outros, bem como organizações não-governamentais de todo mundo, destacando-se a presença do Planeta Fêmea, organizado pela Coalizão de Mulheres Brasileiras. Essa participação feminina ocorreu mais significativamente no Fórum Social de ONGs, evento que foi realizado em paralelo a ECO-92. As discussões das mulheres ensejaram a criação de uma plataforma pouco conhecida e divulgada, a Agenda 21 de Ação das Mulheres, que tratou de temas como governança, militarismo, globalização, pobreza, direitos da terra, segurança alimentar, direitos das mulheres, direitos reprodutivos, ciência, tecnologia e educação (CASTRO e ABRAMOVAY, 2005, p. 12).

A relação mulher e meio ambiente é constantemente evocada em documentos e propostas dos governos, como acontece também na Agenda 21. Sabe-se, por exemplo, que cabe às mulheres e às meninas a tarefa de buscar água em locais longínquos, para abastecer a casa, em muitos locais. Tendo em vista que a Agenda 21 de Ação das Mulheres, criada pelas próprias mulheres, é praticamente desconhecida, o discurso de inserção da mulher em políticas ambientais e ou sociais deve ser visto com cautela, já que é possível sentir, em várias situações, uma tendência de se feminizar a pobreza, sem promover necessariamente a maior independência da mulher. No que diz respeito às questões ambientais, esta tendência pode atribuir à mulher pobre a responsabilidade pela sobrevivência em condições inóspitas, bem

¹³ Realizada no Rio de Janeiro, a segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (que ficou conhecida como Eco-92) teve como um de seus resultados a formulação de documentos muito importantes. Porém, muitos dos termos desses documentos ainda não foram colocados em prática. Isso por tratarem de questões que estabelecem mudanças no comportamento dos países em relação ao meio ambiente. Essas mudanças deveriam ser implementadas tanto pelos países ricos quanto pelos chamados "países em desenvolvimento". (IBGE)

como o cuidado com os refugiados ambientais – populações inteiras que começam a se deslocar pelo mundo em função da escassez de água, da degradação da terra, da ausência de condições de sobrevivência em virtude dos problemas ambientais, dentre outras responsabilidades. De acordo com Novelino,

A maior parte das políticas públicas de gênero para as mulheres pobres podem ser definidas como políticas sociais assistencialistas centradas em programas tais como provisão de ajuda alimentar; programa de renda mínima, programas de bolsa-de-estudos. Para resumir, essas políticas são assistencialistas e voltadas para a família, assumindo a maternidade como o papel mais importante para as mulheres. Um grande problema desses tipos de programas é que eles criam dependência ao invés de ajudar as mulheres a se tornarem mais independentes. [...] Políticas públicas de gênero para as mulheres devem mudar seu foco da família para uma diversidade de abordagens, enfatizando as atividades produtivas das mulheres. (2004, p. 11)

A despeito dessa tendência perversa, a mulher tem sido um forte elemento presente nos mistérios da natureza física ou da ordem sobrenatural e em especial nos aspectos da cultura humana que envolvem divindades, mitos e sonhos (NADER, 2005, p. 97). Segundo essa autora, a mulher sempre despertou na humanidade os sentidos de fecundidade e de vida, e a relação mulher e água está presente no imaginário das mais diversas culturas, seja em remotas tribos ou em grandes civilizações asiáticas, européias ou africanas, dentre outras. A autora traz alguns desses mitos e lendas, como o da cidade egípcia de Khemenu, onde se acreditava que no princípio tudo era água, de onde se elevaram as montanhas e as árvores.

A autora relembra também que, na mitologia grega, Tetis era filha de Urano e Gaia, o Céu e a Terra, e casou-se com seu irmão Oceano. Tetis passeava pelo mundo em um carro em forma de concha de marfim puxado por cavalos-marinhos brancos. Já as Nereidas, ninfas do mar, eram mulheres muito bonitas que tinham longos cabelos sempre entrelaçados com pérolas; eram gentis e generosas e ajudavam os marinheiros perdidos no mar. Por sua beleza, contudo, elas dominavam o coração dos homens.

Da união da deusa hindu Saravasti com o deus Brhama nasceu Suayambhuva Manu, o pai de todos os humanos, e Saravasti era também uma divindade da água. Já na mitologia africana, Nanã é uma orixá temida, protetora dos idosos, desabrigados, doentes e deficientes visuais. Era a divindade das águas do rio Níger. Oxum, uma das esposas de Xangô, é a rainha das águas dos rios africanos, elegante, faceira e vaidosa, com o dom de enfeitiçar os homens com

sua beleza e charme. Yemanjá é considerada ainda hoje como a deusa das águas rasas do mar e do rio Ogum, na Nigéria (NADER, 2005, p. 103)

Nader (idem, p. 104-105) narra a lenda tupi que conta a história da mãe d água Iara:

Essa, uma jovem formosa de uma tribo que habitava as margens do rio Amazonas, era indiferente aos muitos admiradores. Numa tarde, após o pôr-do-sol, Iara banhava-se no rio, quando foi surpreendida por um grupo de homens estranhos. Sem conseguir fugir, foi agarrada, violentada e atirada ao rio. Compadecido, o espírito das águas transformou o seu corpo em ser duplo, da cintura para cima continuou com a forma humana, e abaixo passou a ter a forma de peixe. Iara, desde então, é uma sereia cujo canto atrai os homens de maneira irresistível. Eles se aproximam e ela os abraça e os arrasta às profundezas das águas, de onde nunca mais voltam. Metade mulher, metade peixe, Iara até hoje se deita nos bancos de areia dos rios para brincar com os peixes e pentear seus longos cabelos com um pente de ouro.

Mesmo em face de uma tendência de se legar à mulher uma posição subalterna e exclusivamente provedora, sua inserção como sujeito de direito e como capaz de deliberar e atuar na gestão ambiental vai além da beleza das lendas, em direção a uma compreensão mais aprofundada e sensível da dimensão ambiental.

3.2 A participação da sociedade na gestão ambiental – o ser-saber como domínio

Jacobi (1999) nos fala da participação popular como referencial de ampliação de possibilidades de acesso da sociedade civil e do fortalecimento de mecanismos democráticos, mas afirma também que essa participação ainda se dá mais no plano da retórica do que na prática. O autor constata um déficit de participação social na atualidade, em parte por nossa recente e pequena experiência em gestão democrática da coisa pública, tendo em vista nossas tradições patrimonialistas, clientelistas e meritocráticas.

Para este autor, um modelo de gestão pública que integre uma efetiva participação social requer pré-requisitos como a melhoria das condições materiais dos grupos sociais mais excluídos, através da redistribuição de recursos materiais, a redução do poder burocrático, a garantia de sistemas de informação abertos e a institucionalização de princípios de autonomia democrática.

Podemos confirmar as afirmações de Jacobi no que tange ao déficit de participação da sociedade civil nos comitês de bacias hidrográficas. A ausência de pré-requisitos, em especial

de recursos materiais, é um fator de peso que ocasiona tal déficit. Tendo em vista essa ausência de condições, é interessante avaliar se, nas iniciativas que defendem a participação da sociedade na tomada de decisões, não se incorre na

[...] lógica da desqualificação do papel do Estado e da defesa de um Estado mínimo, o que acaba por reforçar a visão privatista da ideologia neoliberal, acarretando a erosão dos direitos sociais, a desregulação e a redução dos fundos públicos, utilizando de forma perversa uma argumentação que privilegia a transferência civil de responsabilidades anteriormente vinculadas à ação do Estado. (JACOBI, 1999, p.37)

Porém, ainda que se possa afirmar que a participação da sociedade na vida pública necessita consolidar-se, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, concordamos com Jacobi quando afirma que:

[...] a participação social se caracteriza como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, notadamente dos setores mais excluídos [...] Trata-se de pensar o ordenamento das diferenças dentro do marco de questionamento sobre o papel do estado enquanto regulador da sociedade. (2008, p. 116)

Estamos aprendendo, enquanto sociedade, a participar. Em nossa observação quase que diária, nos diversos espaços onde se dá essa participação, quer seja em comitês de bacias hidrográficas, quer seja em outros ambientes onde as questões ambientais estejam sendo discutidas, incluindo audiências e consultas públicas, verificamos a “juventude” da nossa participação: membros do poder público, por vezes, insistem em dominar a discussão tendo em vista o seu conhecimento técnico e legal, e, enquanto alguns membros da sociedade civil buscam a consolidação da participação popular nas decisões para obter ganhos coletivos, outros podem buscar a satisfação de interesses pessoais em detrimento do ganho social. Sabendo da necessidade de trabalho e renda das comunidades mais pobres, o discurso dos empresários quase sempre aponta para a geração de empregos, sem deixar claro quantos e qual o nível de qualificação exigido para ocupação dos postos de trabalho após a conclusão das obras.

É possível, em alguns casos, que usuários tenham uma participação ética no comitê, ou que se organizem e criem associações que integrarão os comitês de bacias na condição de sociedade civil, ou que uma empresa ou grupo de empresários criem organizações não governamentais, que também terão a mesma condição. Por vezes, ainda que representando instituições da

sociedade civil, muitos que integram os comitês de bacias hidrográficas são servidores públicos, o que pode gerar ambigüidade na tomada de decisão.

Algumas dessas situações poderão ser alteradas por modificações nos processos, outras não. O nosso amadurecimento concorrerá para que possamos aprender a lidar com tais situações sem pretender negá-las ou eliminá-las, mas sim as reconhecendo e dialogando com elas.

Guivant e Jacobi (2003) também nos trazem questões importantes para pensar o amadurecimento dos comitês de bacias hidrográficas sob a ótica do ser-saber como domínio, expressão de Foucault que sinaliza o sujeito moderno não como produtor de saberes, mas, ao contrário, como produto dos saberes (VEIGA-NETO, 2007, p.44): os autores argumentam que assegurar a participação dos três segmentos – poder público, usuários e comunidades – na gestão dos recursos hídricos, por si só não garante igualdade nessa participação e propõem o deslocamento da hidro-técnica para a hidro-política, buscando novos rumos para a regulação e gestão dos riscos ambientais:

Outro problema relaciona-se com uma tendência a pressupor que a boa vontade dos peritos/técnicos pode levar a diluir magicamente as relações de poder que estabelecem com setores leigos. Estas relações de poder não desaparecem, mas sim devem ser trabalhadas e negociadas conjuntamente entre leigos e peritos. [...] Como aponta Caubert (2000) numa análise detalhada dos aspectos jurídicos, observa-se uma certa ambigüidade na legislação, que por um lado abre os espaços para a participação da sociedade civil, mas por outro, para que esta participação seja possível se pressuporia uma certa perícia técnica. Também para Machado e Macedo (2000) a Lei 9433 coloca em primeiro plano a importância do corpo técnico-científico e do conhecimento produzido por eles nas relações de força no interior dos espaços decisórios da bacia, o que limita o envolvimento da comunidade nas atividades dos Comitês e, podemos agregar, mantém o poder decisório entre os que detém o conhecimento técnico-científico, fundamentalmente setores ligados às engenharias. (2003, p.15)

Jacobi (2005) chama a atenção para a necessidade de que barreiras sejam superadas para multiplicar as iniciativas de gestão que articulam eficazmente a complexidade dos problemas ambientais com a democracia. Defende o fortalecimento do espaço público e a abertura dos espaços para a sociedade civil na elaboração das políticas públicas e ressalta a complexidade e contradição presentes nas práticas participativas, que, inovadoras, marcam rupturas com as dinâmicas predominantes, ultrapassando as ações de caráter utilitarista e clientelista.

O autor chama a atenção também para o fato de que a gestão de recursos hídricos por meio dos comitês de bacias hidrográficas ainda está se consolidando, é embrionária. Cabe destacar

que como parte integrante do sistema de gerenciamento de recursos hídricos estão as agências de bacia, que ainda não foram criadas no estado do Espírito Santo. Cabendo ao comitê as deliberações e à agência a execução, fica claro que a execução dessas deliberações ou não se dá, ou acontece muito precariamente.

O sistema, porém, é inovador, conforme nos coloca Jacobi (2005). Ele rompe com práticas arraigadas de planejamento técnico e autoritário e pode neutralizar práticas predatórias orientadas pelo exclusivo interesse econômico ou político. O sistema de gerenciamento de recursos hídricos por meio da atuação dos comitês, nas áreas de suas respectivas bacias hidrográficas, limita as chances de abuso de poder, embora não necessariamente da manipulação de interesses. A maior ou menor efetividade da gestão decorrerá principalmente da qualidade da participação dos diversos atores envolvidos.

O autor nos fala também que a gestão, da forma como prevista na legislação brasileira, implica aumento da complexidade, pois há interveniência de fatores técnicos, políticos, econômicos e culturais. Neste caso, o estilo de gestão que tende a prevalecer é o da gestão sócio-técnica, que não faz as relações de poder desaparecerem, mas sim com que sejam trabalhadas e negociadas. Jacobi faz uma observação bastante interessante que percebemos na prática: ainda ocorre, tanto por parte dos membros de comitês quanto por parte dos técnicos do órgão ambiental, a crença de que pelo fato dos objetivos dos diversos atores serem divergentes, há dificuldade de soluções equitativas. Jacobi afirma que o espírito presente numa negociação em bases sócio-técnicas é marcado pela negociação entre diferentes, e parte da premissa das assimetrias na situação dos atores, em termos econômicos, sociais e políticos.

Concordamos também com o autor quando afirma que o princípio da gestão centralizada, integrada, colegiada e participativa ainda está no seu início, que os entraves são significativos e diferenciados, e que a sua consolidação pode ocorrer na medida em que superarmos as assimetrias de informação e trabalharmos pela afirmação de uma nova cultura de direitos. O autor nos diz ainda que novas engenharias institucionais, baseadas em condições efetivas para multiplicar experiências de gestão participativa

Fortalecem a capacidade de crítica e de envolvimento através de um processo pedagógico e informativo de base relacional, assim como a capacidade de multiplicação e aproveitamento do potencial dos cidadãos no processo decisório dentro de uma lógica não cooptativa. (JACOBI, 2005, p. 5)

De acordo com QUINTAS (2005), a gestão ambiental é um processo de mediação de conflitos. Estes conflitos existem porque a sociedade é heterogênea, e os diversos atores sociais disputam recursos que são escassos e limitados, além do que o seu uso intensivo também provoca ou uma maior escassez ou o comprometimento de sua qualidade. Assim, o autor nos chama a atenção para o fato de que a gestão ambiental não é neutra, pois em cada decisão que se toma também se está definindo quem arcará com os custos e quem será beneficiado por aquela decisão. O autor defende a gestão participativa e transparente, cujo objetivo não é o de acabar com os conflitos, mas sim o de resolvê-los por meio de regras que sejam aceitas por todos. Indefinidamente...

E é neste processo de gestão que a Educação Ambiental também acontece. É por meio dela que os atores sociais exercitam e exercem o controle social na elaboração e execução das políticas públicas ambientais (IBAMA, 2005); é por meio da participação coletiva na gestão do uso dos recursos e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente que esta comunidade, o comitê, aprende e ensina a conviver na complexidade, onde estão as possibilidades de rupturas e turbulências imprevisíveis, características dos sistemas dinâmicos (BRÜSEKE, 2001, p. 112).

Uma comunidade aprendente é feita de partilha, de trocas, de reciprocidades e interações entre pessoas que vão inter-trocando saberes entre si, se ensinam e aprendem juntas. No interior de qualquer grupo humano que seja criado para viver ou fazer qualquer coisa, todas as pessoas que estão ali, são *fontes originais de saber* (BRANDÃO, 2005, p. 88).

Como nos diz BRÜSEKE (2001), a idéia de um desenvolvimento duradouro e equilibrado contradiz novos paradigmas como o da não-linearidade, do desequilíbrio e da não-prognosticabilidade da trajetória de sistemas dinâmicos. Neste ambiente, surge a necessidade da identificação de práticas que levam a um aumento da desordem energética e material e sua substituição por práticas com um efeito entrópico menor (idem, p. 112-113). O processo é, então, permanente, e não há receituários - o aprender e o ensinar são uma constante condição da gestão ambiental. Sobre isto, QUINTAS (2004, p. 117) afirma:

Deste modo, a problemática ambiental coloca a questão do ato de conhecer como fundamental para se praticar a gestão ambiental. Pela sua complexidade, a questão

ambiental não pode ser compreendida segundo a ótica de uma única ciência, Segundo Gonçalves (1990:134) “ela (a questão ambiental) convoca diversos campos do saber a depor. A questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Nela estão implicadas as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e orgânico. Nenhuma área do conhecimento tem competência para decidir sobre ela, embora muitas tenham o que dizer.”

Jacobi, Tristão e Franco (2009, p.66), também nos falam que a sustentabilidade, como critério básico e integrador, pode fortalecer valores coletivos e solidários, a partir de práticas educativas contextualizadoras e problematizadoras, como entendemos que acontece no Comitê da Bacia hidrográfica do Rio Guandu.

3.2 O planejamento estratégico dos governos e a gestão de recursos hídricos - o domínio do ser-poder

Emergência é a palavra que Foucault usa para designar o ponto de surgimento de algo, no passado, cuidando para que não se coloque, nesse passado, um conceito, uma idéia, ou um entendimento do que é o presente já que o presente não é o resultado final de uma evolução histórica, mas sim uma etapa do processo entre forças opostas (VEIGA-NETO, 2007). Para Foucault, de acordo com Veiga-Neto, essas forças

[...] não estão nas mãos de alguns atores ou de algum grupo que as exerçam sobre outros. Elas não são colocadas em movimento como resultado de arranjos políticos ocultos; elas não emanam de algum centro, como o Estado (nem mesmo o absolutista). Ao contrário, tais forças estão distribuídas difusamente por todo o tecido social. (2007, p. 61)

É desta forma que analiso as práticas discursivas dos governos do estado a respeito da gestão de recursos hídricos, de 2004 até a presente data. Longe de ser causa ou consequência única e essencial de qualquer problema, este discurso é um dos elementos do presente tanto quanto outros que acontecem simultaneamente, de forma intencional ou aleatória.

No que concerne ao papel do Estado na gestão de recursos hídricos, de 2004 a 2010 o estado do Espírito Santo orientou a sua atuação por meio de um planejamento estratégico

denominado Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, sob o governo de Paulo Hartung.¹⁴

Dentre os comitês temáticos criados pela ONG Espírito Santo em Ação - uma iniciativa de empresários do estado - para assessorar o governo do estado no desenvolvimento do planejamento, não há um comitê específico para tratar dos recursos hídricos. Estes são tratados no CT06 – Comitê Temático de Recursos Naturais, que assim se apresenta:

CT06-Comitê Temático de Recursos Naturais

No desenvolvimento das cidades é imprescindível conciliar geração de riquezas com preservação ambiental. Neste contexto, os Estados que vislumbram crescimento econômico, devem combinar esforços que viabilizem a melhoria dos indicadores socioambientais.

Estando o Espírito Santo num contínuo crescimento, o CT06 - Comitê Temático de Recursos Naturais (Meio Ambiente) tem como meta colaborar para o aumento do percentual de cobertura vegetal nativa do Estado para 16%, assim como universalizar os serviços de saneamento até 2025.

Para isso, os principais desafios são: gerir os recursos hídricos de forma a garantir o suprimento de água de qualidade para consumo humano, mitigar os impactos do desenvolvimento industrial na qualidade ambiental, conciliar o desenvolvimento da agricultura com a conservação do solo, assim como destinar adequadamente os resíduos sólidos.

“Temas como código florestal, impactos do pré-sal, unidades de conservação, fontes alternativas de energia e etanol estão dentro da pauta do Comitê. Por tratarmos de um assunto muito vasto, formaremos alianças com outras instituições para conseguirmos solucionar e por em prática todas as ações”, destacou o coordenador do Comitê, Luiz Soresini.

Ainda que tenha sido mencionado que a gestão de recursos hídricos é um desafio, os projetos prioritários são de outra natureza, sendo o tema água considerado como “outros projetos”:

Projetos Prioritários:

Áreas Protegidas - O projeto tem como objetivo acompanhar o processo de criação de áreas ambientalmente protegidas no Espírito Santo, colaborando para que a Lei nº 9.985 seja cumprida, de forma que os impactos sociais e econômicos, resultados da criação dessas áreas, sejam reduzidos.

Licenciamento Ambiental - Para contribuir para agilização do processo de Licenciamento Ambiental no Estado foram realizados levantamentos dos principais entraves encontrados na legislação e nos procedimentos adotados pelo órgão ambiental. As discussões devem ser ampliadas por meio de seminários e fóruns, nos quais serão debatidas questões relacionadas a esses gargalos e também serão apresentadas as propostas práticas de licenciamento ambiental no Brasil.

¹⁴ No site do Plano de Desenvolvimento ES 2025, encontramos a palavra do Governador a respeito das diretrizes do planejamento: Os quatro grandes pilares de sustentação desse novo ciclo histórico são a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades para ampla inclusão social; o desenvolvimento do capital humano capixaba segundo padrões internacionais de excelência; a diversificação econômica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas; e o desenvolvimento do capital social e a devoção absoluta à ética republicana por parte das instituições públicas.

Legislação Ambiental - O projeto surgiu da necessidade de reformulação da Lei nº 5.361 que regula a política florestal do Estado. O Espírito Santo em Ação formou um grupo de trabalho composto por representantes dos setores do agronegócio e florestal e entidades relacionadas com o objetivo de formatar uma proposta que deverá ser encaminhada à Bancada Estadual capixaba. Esta iniciativa visa contribuir para o desenvolvimento do agronegócio no Espírito Santo.

OUTROS PROJETOS

Águas

Pesca e Aqüicultura

Mudanças Climáticas

Zoneamento Econômico Ecológico

Resíduos Sólidos

Educação Ambiental

O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 considerava que eram cinco os desafios principais no campo ambiental, como segue:

1. Gerir os recursos hídricos de forma a garantir o suprimento de água de qualidade para consumo humano, atividades industriais e agricultura irrigada;
2. Conservar e recuperar a cobertura florestal nativa de Mata Atlântica no estado;
3. Mitigar os impactos do desenvolvimento industrial na qualidade ambiental;
4. Conciliar o desenvolvimento da agricultura com a conservação do solo; e
5. Destinação adequada dos resíduos sólidos.

A gestão de recursos hídricos ensejou o projeto de número 50, intitulado Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, a saber:

Projeto 50 – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

• Objetivo

Implantar um sistema de gestão de recursos hídricos, descentralizado e participativo, nos moldes da Lei 5.818/98.

• Escopo

Implantação de um órgão gestor forte, comitês e agências de bacias hidrográficas. Implantação dos demais instrumentos de gestão: os Planos das Bacias Hidrográficas; o enquadramento dos corpos de água em classes; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; e o sistema de informações. Regularização dos usos significantes de água no estado, em integração com a ANA e cadastramento através do CNARH. Mapeamento Hidrogeológico. Estabelecimento de condições para o uso sustentável de águas subterrâneas.

O projeto não pode ser considerado inovador, restringindo-se a mencionar que será cumprido o que está previsto na Lei, e que ainda não aconteceu. Este fato pode justificar a ausência das medidas esperadas pelos comitês para que efetivamente a gestão descentralizada e participativa possa realmente acontecer, como a implantação dos instrumentos de gestão.

Em 2011, quando da posse do Governador Renato Casagrande¹⁵, foi elaborado um novo planejamento estratégico. Cabe destacar como um aspecto bastante positivo para o estado do Espírito Santo a preocupação de seus governantes em dar sentido à sua gestão por meio de um planejamento. A existência de um plano, mesmo sem julgar o seu mérito, é uma diretriz que mostra os caminhos desejados e possíveis, e o dito popular afirma sabiamente que “qualquer caminho serve para quem não sabe aonde vai”.

Para alcançar os resultados desejados foi elaborado um mapa estratégico que serve como modelo de gestão para a administração 2011-2014. O mapa foi dividido em dez eixos estratégicos. Para cada eixo, existe um comitê responsável por gerir os projetos ligados àquela área e cada comitê é constituído por secretários que vão desenvolver ações de maneira integrada, e tal integração também representa um avanço em termos de políticas públicas. O mapa estratégico mencionado é o seguinte:

Plano de Governo 2011-2014 Mapa Estratégico				
Visão de Futuro 2014	Espírito Santo: um estado próspero, sustentável e seguro, com oportunidades para todos.			
Focos Prioritários	Atendimento aos segmentos mais vulneráveis		Desenvolvimento regionalmente equilibrado	
Eixos Estratégicos	Distribuição dos Frutos do Progresso		Inserção Nacional	
	Atenção Integral à Saúde		Prevenção e Redução da Criminalidade	
	Integração Logística		Empregabilidade, Participação e Proteção Social	
	Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento		Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana	
	Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor		Desenvolvimento da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer	
Premissas	Responsabilidade Ambiental	Governança Democrática	Gestão Transparente	Responsabilidade Fiscal

Figura 26. Mapa Estratégico do Plano Estratégico Novos Caminhos 2011-2014

Disponível em http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/plano_estrateg2011_2014.pdf. Acesso em 06 ago.2011.

A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, juntamente com as Secretarias de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, e Agricultura, integra o Eixo Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento e, às folhas 41-42 do referido planejamento, constam as indicações do que se pretende a partir da concepção deste eixo:

¹⁵ O novo governo tem o slogan é “Crescer é com a gente”, e afirma que suas premissas básicas são a responsabilidade ambiental, a governança democrática e a transparência da administração, além do firme compromisso com o equilíbrio financeiro e fiscal. Entre os focos prioritários estão o atendimento aos segmentos mais vulneráveis da população e a promoção do desenvolvimento regionalmente equilibrado.

A execução de uma política de desenvolvimento sustentável requer uma visão integrada das dimensões que a compõem. A dimensão social, pela sua importância, está formulada em outros itens deste Plano. Este eixo tem como alvo a produção do conhecimento necessário ao desenvolvimento ambientalmente responsável, bem como as políticas relacionadas à promoção das atividades geradoras de emprego e renda. O desenvolvimento mundial, neste século, apóia-se cada vez mais na incorporação do conhecimento como fonte para a geração de novos produtos e serviços. A inovação destaca-se como principal elemento gerador de competitividade e de novos negócios. Assim, os espaços geográficos onde se encontram importantes instituições geradoras de conhecimento e recursos humanos altamente qualificados tornam-se também atraentes para empreendimentos caracterizados pela alta agregação de valores. A inovação é um processo social e o setor público tem função determinante na introdução dessa cultura. Isso é particularmente relevante para o Espírito Santo, dado seu atraso relativo neste campo e o fato de, ainda hoje, ter economia muito dependente da produção de commodities. A inclusão de novos sistemas de produção, capazes de reduzir a dependência do mercado internacional e incluir vários espaços e camadas sociais hoje à margem dos benefícios do progresso, requer investimentos em infraestrutura e em recursos humanos para a construção de uma rede eficiente de ciência, tecnologia e inovação. O crescimento integrado e territorialmente equilibrado da economia é questão central para a construção do futuro desejado. Aliado a esse crescimento, ganha corpo a necessidade de conservação e recuperação dos recursos naturais e a capacidade de adaptação e resposta aos eventos climáticos. Já não se pode desvincular o crescimento econômico das consequências que traz para o meio ambiente. Além disso, é de fundamental importância que a infraestrutura para a atividade produtiva seja modernizada, e aqui cabe distinguir a relevância de se diversificar a matriz energética capixaba com fontes renováveis. Produção do conhecimento, inovação e desenvolvimento são objetivos que apresentam características essencialmente interdisciplinares, exigindo a articulação de diversas secretarias de Estado para alinhar uma visão de futuro que busque o adensamento das cadeias produtivas com responsabilidade ambiental e constante inovação tecnológica. Nas últimas décadas, o Espírito Santo registrou excelentes resultados nesse campo, o que pode ser percebido na leitura dos seus indicadores socioeconômicos. Em termos de crescimento, o Estado apresentou, desde o ano de 1985, taxa próxima a 5%, superior à média nacional (4%). Mas, para continuar mantendo ou ampliar essas taxas de crescimento e transformar suas riquezas em benefícios diretos para toda a sociedade, é necessário concentrar esforços no aumento do valor agregado da produção, com ênfase na incorporação de conhecimento tecnológico e na qualificação da mão-de-obra capixaba. Para tanto, um dos grandes desafios a ser superado é justamente atender às necessidades de formação profissional em todos os níveis, do ensino técnico à pós-graduação.

Para cada eixo foram identificados desafios, estratégias, projetos, ações e entregas, algumas destas últimas já em 2011, no primeiro ano do governo, e outras no período de 2012-2014, como consta do documento. Dentre os desafios do Eixo Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento, o que diz respeito mais diretamente a gestão de recursos hídricos é o seguinte, conforme quadro que consta às folhas 43 do referido planejamento:

<i>Desafio: Conservar e recuperar os recursos naturais</i>				
Estratégias	Projetos/Ações	Entregas		
		2011	2012-2014	
Conservar, recuperar e ampliar a cobertura da Mata Atlântica	Estruturação e implementação do projeto de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica	1.000 hectares implantados	29.000 hectares implantados	
Ampliar a capacidade de armazenamento de água para irrigação e outros usos no meio rural	Construção de barragens para reserva de água	Nove barragens em construção	30 barragens construídas	
Recuperar a disponibilidade com qualidade dos recursos hídricos	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Informação de Recursos Hídricos e Rede de Monitoramento	Plano Estratégico de Gestão dos Recursos Hídricos elaborado	Sistema de Informação de Recursos Hídricos e Rede de Monitoramento implantado	
Proteger e recuperar áreas costeiras	Implantação de obras de contenção e recuperação de áreas costeiras	Duas obras de contenção e recuperação de áreas costeiras iniciadas	Seis obras de contenção e recuperação de áreas costeiras concluídas	

Figura 27. Desafios do Eixo Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento relacionado a Recursos Hídricos.

Disponível em http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/plano_estrateg2011_2014.pdf. Acesso em 06 ago.2011.

Posteriormente, por ocasião da revisão deste planejamento, a entrega de 2011 intitulada Plano Estratégico de Recursos Hídricos foi abandonada, sendo esta a terceira vez, nos últimos seis anos, que a Gerência de Recursos Hídricos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos toma iniciativas para construir o Plano Estadual de Recursos Hídricos mas precisa parar devido ao fato de não ser esta uma prioridade ou pelo fato de não haver recursos. Cabe ressaltar que as prioridades de um governo não são identificadas apenas por meio de uma indicação no planejamento, mas sim, e principalmente, por meio dos recursos alocados no projeto, incluindo pessoas, equipamentos e recursos financeiros.

Existem diferenças significativas entre o planejamento dos governos Paulo Hartung e Renato Casagrande: enquanto o primeiro privilegiava o longo prazo, tendo por horizonte temporal o ano de 2025, o segundo se concentra em ações de curto e médio prazo, com horizonte temporal de quatro anos, ou seja, o tempo da duração de seu mandato.

Avaliando os dois planejamentos, porém, pode-se perceber certa semelhança no que diz respeito a gestão de recursos hídricos, pelo fato de que este recurso é visualizado como um

meio para viabilizar o desenvolvimento econômico, com prioridade da agricultura sobre as demais atividades econômicas.

Outra diferença entre os dois, além do horizonte temporal, é a de que o planejamento do governo Casagrande, coerente com o seu slogan, é mais direto quanto às ações buscando o crescimento econômico: seu planejamento já traz os resultados esperados em números, por meio das entregas desejadas.

O Planejamento Estratégico do Governo Casagrande foi submetido à discussão, quando da elaboração do PPA – Plano Plurianual 2012-2015. Os comitês de bacias hidrográficas puderam participar como qualquer outro interessado, já que o convite foi feito a toda a sociedade. De acordo com o Secretário de Estado de Economia e Planejamento, Guilherme Pereira, como consta no Portal do Governo do Estado do Espírito Santo:

Os programas, projetos e ações previstos no documento foram colocados em debate, em audiências públicas realizadas em dez microrregiões do Estado, que contaram com a presença de mais de seis mil pessoas. O debate também foi aberto via Internet, no PPA Online (www.ppaonline.es.gov.br), que contou com mais de dez mil acessos em 30 dias, 900 membros cadastrados e 444 propostas recebidas.

Embora não se saiba o que possa ter mudado em função dessas discussões, o Secretário afirma que:

Durante a elaboração do PPA 2012-2015 foram identificadas as principais potencialidades do Estado, como a existência de um setor público moderno, de uma base logística de alta capacidade, de segmentos econômicos competitivos e de instituições desenvolvidas e articuladoras. Foram apontados ainda os principais desafios durante o período que o plano engloba, como uma base de pesquisa e desenvolvimento tecnológico deficiente, as ameaças às receitas (royalties e reforma tributária) e a baixa inserção nacional.

De alguma maneira, porém, a fala do Secretário contradiz o que foi dito por ocasião da descrição do Eixo Produção do Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento, às folhas 41-42 do Planejamento Estratégico do Governo, e já citado anteriormente, a saber:

A inovação é um processo social e o setor público tem função determinante na introdução dessa cultura. Isso é particularmente relevante para o Espírito Santo, dado seu atraso relativo neste campo e o fato de, ainda hoje, ter economia muito dependente da produção de commodities.

3.3 Para contextualizar as propostas de “capacitação” oferecidas – o domínio do ser-consigo

Diante deste quadro, e pensando a formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas, é possível entender porque se acredita, de maneira geral, que é necessário disponibilizar aos membros de comitês determinados conteúdos, como o que foi oferecido por meio do Curso de Capacitação e Difusão Tecnológica para Gestão das Águas, Edital MCT/CNPq/CT-HIDRO/ANA Nº 48/2008, cujas informações constam do Anexo B – Proposta de Curso de Capacitação.

Neste curso, do qual tive a oportunidade de participar, a carga horária real dedicada à aquisição de conteúdos de hidrologia foi expressivamente maior do que aquela dedicada aos demais temas, demonstrando uma forte tendência tecnicista. Discussões a respeito dos conflitos de interesses, da negociação, do papel dos diversos segmentos, da participação da sociedade civil, da representação e da representatividade dos comitês de bacias hidrográficas, dentre outras, não foram realizadas. Os trabalhos, em classe e extraclasse, envolviam cálculos exaustivos e uso de programas específicos, que exigiam conhecimentos prévios que muitos não possuíam. Oferecido ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e aos comitês de suas sub-bacias, inclusive ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, é possível ver que a proposta está muito distante da dinâmica real do trabalho do comitê. Por que repassar tantos conteúdos de conotação tecnicista, como se tais conteúdos fossem a solução, a única solução?

Os conhecimentos que nos são repassados fazem parte da nossa cultura e nos trazem o sentido de pertencer a uma família, a um grupo, a uma nação. Eles fazem também com que não seja preciso, a cada vez que tenhamos que tomar uma decisão, nos voltarmos ao nada. Porém, estamos o tempo todo realizando, sublevando, subvertendo, revendo, interagindo – isso é conhecimento. Nosso discurso nunca é totalmente novo, ele parte de muitos outros discursos, antigos e atuais, mas ele pode se permitir ser inovador. Novos conhecimentos são correções, assimilações, novos olhares sobre o mesmo, rupturas radicais ou parciais, integrações ou combinações antes não pensadas. Nossas escolhas entre o que acreditar, valorizar ou não, também são éticas e políticas, e, assim, não podemos pretender que as pessoas todas respondam todas as perguntas com as mesmas respostas – até porque elas trazem perguntas

muito diferentes uma das outras. Assim, ao problematizar a formação e, conseqüentemente, pensar sobre o que alguém pensa quando pensa no que outro alguém tem que aprender, é necessário indagar sobre o que motiva as escolhas.

É inegável a influência que alguns fatores têm exercido nessa tomada de decisão, e dentre eles destaco dois: a crença de que a formação se dá pela exclusiva acumulação de conhecimentos científicos e a aceitação da premissa de que a formação tem como fim exclusivo preparar a pessoa por meio do desenvolvimento de “competências”.

Garcia e Flávio (2003, p. 9-10) nos falam da escola como um lugar onde já foi estabelecido o conhecimento “certo” a ser ensinado, e o mesmo modo de pensar é extrapolado para outros espaços onde se pretende a formação. Os autores, em diálogo, falam da sala de aula como espaço de problematização e ressignificação de conhecimentos e de produção de novos conhecimentos. De acordo com os autores, tais questões exigem que educadores conheçam com profundidade o que estão ensinando, que reflitam sobre o que estão fazendo, como estão fazendo e com que resultados. Acrescentaria que também é necessário refletir *para que* e em benefício *de quem*. Os autores nos lembram que

Fomos formados nessa ótica da homogeneização. [...] Fomos todos formados para colocar todo mundo seguindo o rebanho, seguindo o mesmo caminho, aprendendo as mesmas coisas, no mesmo tempo. [...] Nós aprendemos que existe uma lógica e não lógicas. (p.13-15)

É necessário, portanto, sair da lógica binária do certo/errado, conhecimento científico/senso comum, e deixar livres os atravessamentos, já que as classificações são sempre provisórias e arbitrárias. Ou seja, de qualquer formação que estejamos falando, estamos falando também de liberdade, de respeito ao Outro, de crença na sua capacidade de problematizar e produzir conhecimento, e, portanto, entramos no espaço da ética.

Há controle implícito numa proposta curricular tradicional, que define o que deve ser ensinado ou não: os mecanismos de poder buscam assegurar que valores e hábitos de classes dominantes ou privilegiadas sejam transmitidos, e que forneçam aos que decidem os instrumentos confiáveis para a manutenção do *status quo*, conforme nos alerta Juliá (2002).

Lopes (2007) também nos fala dos saberes legitimados, notadamente os saberes científicos, por sua validação quer pelos processos internos das próprias ciências quer pela vinculação das finalidades científicas às finalidades econômicas (p. 187). A autora nos fala que as ciências não se fundamentam na natureza, mas sim que o processo de construção da ciência é baseado no diálogo entre razão e empiria, entre teoria e experimentação (p. 191); citando Stengers, a autora alerta para o fato de que o conhecimento científico é *interessado*, já que precisa ser validado pela comunidade científica e que as ciências se organizam como um empreendimento cultural e, portanto, social e humano (p. 192). De acordo com a autora,

As ciências são uma atividade social e cultural interessada, constituída por relações de poder, que tem a pretensão de verdade e, para tal, constitui as regras de legitimação de seus saberes. [...] Nesta perspectiva, dissolve-se a distinção entre ciências sociais e ciências naturais com base na separação entre cultura e natureza. Para Santos (1989), essa distinção deve ser resolvida pela própria inclusão das ciências naturais no contexto das ciências sociais e empreendimentos culturais, ainda que específicos de uma forma de conhecer. (p. 193-194)

Citando Foucault, Lopes (2007) nos chama a atenção para a produção do sentido de verdade, processo que faz com que alguns saberes sejam considerados como verdadeiros e outros não, e nos fala que os resultados da ciência são divulgados como uma epopéia do saber. Para a autora, os saberes legitimados expressam um conjunto de interesses e de relações de poder em dado momento histórico (p. 196), o que coloca uma questão central na formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas, que é a decisão de promover efetivamente ou não a gestão democrática e participativa, como prevê a legislação.

De que maneira se pode pensar na formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas sem oferecer-lhes apenas o saber legitimado, o saber validado, por vezes, por sua vinculação às atividades econômicas, que afinal financiam cada vez mais a própria pesquisa? Como pensar sua formação sem desmerecer os saberes que trazem para essa formação? Como pensar a formação sem favorecer interesses de grupos restritos, cujo poder se expressa de forma privilegiada, como nos alerta Lopes? A autora nos responde em parte, quando conclui que é preciso pensar o conhecimento científico como mais um dentre os saberes possíveis que permitem compreender e (re)construir o mundo e que é preciso pensar historicamente o conhecimento, pensá-lo na sua provisoriedade e contingência, pensá-lo em sua dimensão humana. (LOPES, 2007)

Macedo (2002) nos fala que a despeito da multiplicidade de significados que assume, a noção de competência tem sido tomada como princípio de organização curricular (p.116) e que os currículos organizados por competências respondem a finalidades sociais que precisam ser analisadas. Para a autora, a recente ênfase nos currículos por competência mescla elementos de pelo menos dois aspectos cruciais do discurso contemporâneo – os processos de legitimação do saber e as formas de produção do capitalismo avançado. (p. 130)

Macedo nos fala também que os níveis de desenvolvimento das competências propostas vêm sendo fixados em termos individuais, como forma de responder às características do mercado produtivo, e que nisso diferenciam-se da eficiência social, que teria como horizonte o desenvolvimento de toda a sociedade, tratando a educação como um bem público (2002, p. 135).

Santos tem uma proposta. O autor português conduziu um projeto de pesquisa em Moçambique, África do Sul, Colômbia, Índia, Portugal e também no Brasil, intitulado “A Reinvenção da Emancipação Social” que se propôs a estudar as alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global, produzidas pelos movimentos sociais e pelas organizações não governamentais na sua luta contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios e em diferentes países (2008, p. 93). A ideia aqui é a de buscar em Santos não uma proposta de emancipação, mas sim uma ideia de reinvenção que venha a burlar a tradicional concepção de formação.

O autor chega a três conclusões, e a primeira delas é a de que a experiência social em todo mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. A segunda conclusão é a de que esta riqueza tem sido desperdiçada, e, como terceira conclusão, o autor afirma que é possível combater este desperdício, por meio de um modelo diferente de racionalidade.

Pensando nos comitês de bacias hidrográficas, é certo que desconhecemos a riqueza social que eles trazem ou que poderiam trazer; é realmente possível que, uma vez conhecida, esta riqueza seja vista com descrédito, em particular pelos defensores de uma hidro-técnica, como mencionamos anteriormente.

Santos (2008) nos fala que o modelo de racionalidade predominante no ocidente não só oculta como vê com descrédito a riqueza das experiências sociais não legitimadas pelo saber científico; a esse modelo Santos chamou de razão indolente. Sua proposta é o desenvolvimento de uma razão cosmopolita, que teria como fundamentos três procedimentos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução (p. 94).

Santos alerta: a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo; a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções de tempo e de temporalidade; por último, o autor enuncia como um terceiro ponto de partida de seu trabalho, que a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o fato de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro (p. 95).

De acordo com o autor, vivemos no presente, mas ele é feito passagem. Diante dessa fugacidade, apostamos no futuro, onde concentramos nossas esperanças e nossas radiosas expectativas. Tal qual Foucault, Santos nos convida ao tempo presente, expandindo-o, e, ao contrário do que temos feito até aqui, defende a contração do futuro.

Por que expandir o presente? Santos se aproxima de Deleuze e de outros filósofos do nosso tempo, que nos propõem abrir espaço para o presente. Como vimos anteriormente, os instrumentos de gestão não foram implantados e a gestão de recursos hídricos, tal qual prevê a lei, ainda não aconteceu. Mas o que os comitês de bacias hidrográficas fazem hoje? Como lidam com isso, o que propõem? Não pode haver aí grande riqueza de experiência, como nos fala Santos? Propor uma formação que garanta o desenvolvimento de competências no futuro é maior do que uma formação que acontece e que discute a ação no presente? E o que sabemos dessa ação?

Santos nos fala que existem cinco lógicas ou modos de produção da não-existência. O primeiro deles, que ele considera o mais poderoso, é a monocultura do saber, que consiste em não reconhecer e considerar inexistente todo saber não legitimado. Neste caso, todo saber que não provém da ciência moderna é considerado ignorância. O segundo modo de produção se assenta na monocultura do tempo linear – que se associa às noções de progresso, modernização, desenvolvimento, palavras tão em uso em nosso tempo. Dentro dessa lógica,

tudo será resolvido um dia, quando atingirmos um nível ideal na nossa etapa evolutiva, e o que não segue esse tempo evolutivo é considerado atraso. A terceira lógica está associada à classificação social. Tendo por parâmetros principalmente raça e sexo, a produção da não-existência se dá por meio da desqualificação, da inferiorização. A lógica da escala dominante, a quarta lógica, se assenta na definição de duas escalas principais: o universal e o global. O particular e o local não se reconhecem e não são reconhecidos nessa lógica, sendo incapacitados como alternativas. Por último, a quinta lógica é a lógica produtivista. O que não tem esse caráter utilitarista é esterilidade ou preguiça.

Santos nos diz:

[...] a ampliação do mundo e a dilatação do presente têm de começar por um procedimento que designo sociologia das ausências. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente. O objetivo da sociologia das ausências é o de transformar objetos impossíveis em possíveis e, com base neles, transformar as ausências em presenças. [...] A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo quanto é nada), por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas que se vão construindo no presente através das atividades do cuidado. [...] A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis quanto as possíveis, revelada pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. (2010)

É importante observar a repetição de um termo que considero chave para (melhor) entender e atuar em nossa época, que é o termo “cuidado”, usado literalmente ou de forma aproximada ao seu sentido, seja por Boaventura, na citação anterior, seja por Foucault, Tristão, Jacobi, seja pelo próprio comitê.

Fato é que estes autores, de livros e da nossa história sempre em movimento, vão apostando na capacidade das pessoas de cuidar de si próprias e umas das outras, por meio da aceitação e valorização de suas diferenças, pela negociação de seus interesses individuais e coletivos, e pelo enfrentamento de suas dificuldades, com autodeterminação.

ENTRELUGAR



www.picturalissime.com

édouard Manet Argenteuil

Edouard Manet. Argenteuil. 1874.

Disponível em www.picturalissime.com. Acesso em 12 dez.2009.

CAPÍTULO 4

DESPEDIDA: O QUE FICA E TOCA

Diante das considerações feitas até aqui, e considerando que cabe aos comitês realizarem a gestão das águas no âmbito das bacias hidrográficas, assegurando sua disponibilidade em quantidade e qualidade adequadas para os seus diversos usos, questão fundamental a ser pensada quanto à formação dos membros de comitês de bacias hidrográficas diz respeito à multiplicidade e complexidade dos conhecimentos envolvidos e sua integração, já que a gestão de recursos hídricos é atravessada por questões de toda a ordem, que extrapolam os limites de um conhecimento exclusivamente técnico, como vimos até aqui.

Conforme nos mostra Morin, o conhecimento é complexo, e é complexo o que não pode ser reduzido a uma lei nem a uma idéia simples: a complexidade surge onde o pensamento simplificador falha. Morin nos diz ainda que é necessário reconhecer a incompletude de qualquer conhecimento, pois nada está definitivamente dado, e nenhum saber é total. Pelo contrário, citando Adorno, Morin nos fala que a totalidade é a não-verdade. (MORIN, 2006).

Os problemas com os quais as sociedades atualmente se defrontam e que dizem respeito à disponibilidade e à qualidade da água estão relacionados com a Economia, com a Tecnologia, com a Política, com as relações de poder, com as desigualdes presentes no interior dessas sociedades. Não há uma causa para tais problemas, mas sim várias causas, e são múltiplos os efeitos, que interagem e dão origem a novos efeitos. O conhecimento científico, tal como o elaboramos até aqui, é insuficiente para dar conta desta complexidade.

Encontramos em Foucault (*apud* CASTRO, 2009, p. 186), a possibilidade de pensar a Educação Ambiental como potência para pensar a formação dos membros de comitês sob um outro viés, o viés de uma formação contínua e processual *anticientífica*:

[a genealogia] ... tenta, antes, opor os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los, em nome de um conhecimento verdadeiro. Neste sentido, as genealogias são *anticientíficas*. “Não que elas reiviniquem o direito lírico à ignorância e ao não saber, não que se trate de rechaço ao saber ou da inscrição dos prestígios e uma experiência imediata, não captada ainda pelo saber. Não é disso que se trata, trata-se da insurreição dos saberes, não contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição, em primeiro lugar e antes de tudo, contra os efeitos de poder centralizadores que estão

ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado dentro de uma sociedade como a nossa”. Chamemos, se vocês querem, ‘genealogia’, o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber de lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais [...] *dessujeitar* os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.

Tristão (2008, p. 90) também alerta para o fato de que quando se fala em conhecimento a ser ensinado, ele pode estar relacionado exclusivamente ao conhecimento científico, pronto e acabado. A autora pondera ainda que conhecimento e informação não têm o mesmo significado: a informação possibilita o acesso e é indiferente ao significado, porém o conhecimento *constrói* significados (p. 89). O grifo é meu.

Como Foucault, Tristão não reivindica direitos de não saber ou de rechaçar o conhecimento científico. O que une os autores é a crença de que os discursos científicos são construções históricas e sociais, portanto falhas, incompletas, em construção. Também os une a valorização dos saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, como saberes tão legítimos – e em construção – quanto o saber científico. Tristão complementa que conhecimento é desterritorialização e territorialização de conceitos, é articulação entre ser humano, natureza e sociedade, que organizam o mundo e se organizam a partir das próprias interações, e lembra que as crenças de que o universo é mecânico, de que tudo é determinado por leis naturais, de que o corpo humano funciona como uma máquina, dentre muitas outras, estão sendo reavaliadas e desafiadas pelos vários campos científicos da contemporaneidade (p.93).

4.1 A Educação Ambiental como potência na formação dos membros de comitês

Por que a Educação Ambiental pode ser potência para tratar a formação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas? O Comitê de Bacia Hidrográfica já é, em si mesmo, um espaço de experiência, por meio do encontro do eu com o tu; ele é um contexto de aprendizagem, um espaço/tempo de vida articulado com a produção de conhecimento para a formação de diferentes sujeitos, ativos na Educação Ambiental (TRISTÃO e FASSARELA, 2007, p. 87).

A Educação Ambiental reconhece a complexidade do mundo na constante tentativa de religar, de associar o que esteve disjuncto, e suas bases epistemológicas não se situam no campo específico das ciências naturais, das ciências sociais ou humanas, mas na confluência destas (TRISTÃO, 2008, p. 96-97).

Considerando contingências, experiências, vivências, eventos planejados, acasos, circularidades, expansões, discursos que produzem sujeitos, sujeitos que elaboram discursos e que produzem novos sujeitos e novos discursos, a Educação Ambiental também considera que nenhum conhecimento está dado e que nenhum conhecimento é certeza: é um passo. Cada novo conhecimento traz em si mesmo uma nova ausência de conhecimentos, bem como conseqüências previsíveis e imprevisíveis. Tomemos como exemplo os conhecimentos da Física que possibilitaram a construção da bomba atômica.

Em *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault (2003) relata que na sociedade grega arcaica, quando alguém se sentisse penalizado por um dano causado por outro, ambos passavam por uma espécie de prova ou de jogo, de desafio lançado por um adversário ao outro. Esta prova envolvia o juramento, do qual um deles poderia abster-se, significando confissão de culpa. Um lançava ao outro o seguinte desafio: “És capaz de jurar diante dos deuses de que não fizeste o que eu afirmo?” (p. 53). Posteriormente, o olhar passa a ser revelador da verdade – pessoas que viram e se lembravam de ter visto o fato que causou o dano poderiam dar o seu testemunho para a solução da contenda, mesmo que se tratasse de testemunhar contra o rei ou um tirano. Foucault relata, ainda, o surgimento de uma nova forma de produzir a verdade – por meio da retórica, a arte de persuadir. Posteriormente, surge aquele que seria uma primeira versão do advogado – alguém que pode representar uma das partes, além de um personagem novo: o procurador. “Se é verdade que este homem lesou um outro, eu, representante do soberano posso afirmar que o soberano, seu poder, a ordem, que ele faz reinar, a lei que ele estabeleceu foram igualmente lesados por esse indivíduo, Assim, eu também me coloco contra ele.” (p. 66). Deste modo, o dano cometido por um indivíduo a outro se amplia, e passa a ser considerada ofensa ou lesão à ordem, ao estado, à lei, à sociedade. Foucault relata ainda como a Igreja se utiliza também do inquérito, tanto espiritual quanto administrativo, para vigiar a conduta espiritual de seus fiéis e para administrar os bens da Igreja na ausência de seus representantes.

Sem pretender reproduzir o livro de Foucault, é oportuno mencionar que os procedimentos vão e retornam, eles não são lineares. Alguns se dão em uma época e retornam posteriormente, com uma nova roupagem. Sem dúvida, cabe ressaltar o quanto os procedimentos jurídicos atuais foram influenciados pelos mitos e pela religião, cabendo lembrar também que ainda hoje é necessário jurar diante do tribunal. Foucault demonstra que, dada a necessidade de indenizar o outro pelo dano causado, a monarquia percebe a possibilidade do enriquecimento, o que de fato ocorreu, quando atribuiu a si própria a responsabilidade por intermediar essa indenização.

Assim, por meio dos estudos de Foucault, podemos ver de que forma é constituído o conhecimento científico do direito: de mitos, de religiosidade, de interesses, de apropriações, de assimilações, de tentativas, de retornos, de lutas por poder, de mesquinhas inconfessáveis, como nos diz o próprio Foucault, citando Nietzsche. Não é diferente nos demais campos do saber e é este conhecimento que temos insistido em considerar como a única verdade.

Citando Maturana, Tristão (2002) também nos fala que, em conjunto, estamos imersos na mesma história de interações e que é necessária a desconstrução de lógica unidimensional, da verdade absoluta, da ciência objetiva, do controle do mundo, do pensamento unidimensional.

A autora nos diz ainda que os conceitos trazidos para discutir os sentidos da educação ambiental são os de auto-organização, complexidade, holismo, multirreferencialidade, e que estes extrapolam os limites das disciplinas que os engendraram – são transversais, uma vez que atravessam vários campos do conhecimento.

Se os conhecimentos são assim constituídos, se se apresentam de forma caótica e integram tanto movimentos em direção à ordem quanto em direção à desordem e à organização, como nos propõe Tristão, a Educação Ambiental é potência para a formação por reconhecer o conhecimento como rede, onde se processa no emaranhado de contextos, situações, experiências, vivências, relações, associações e interações.

Tristão cita Larrosa para nos lembrar que o discurso pedagógico dominante, dividido entre a arrogância dos cientistas e a boa consciência dos moralistas, está nos parecendo *impro-*

nunciável, e nos fala que precisamos resgatar o saber com sabor, lembrando que as duas palavras tem a mesma raiz etimológica. (2005, p.253)

De acordo com Tristão (2002), há desafios a serem enfrentados, pois a lógica binária do certo/errado não nos permitiu ver o conhecimento como rizoma. O primeiro desafio é enfrentar a multiplicidade de visões, já que nem o pensamento e nem o conhecimento podem se processar de maneira tão linear e hierarquizada como acreditamos até aqui. Um segundo desafio, bastante apropriado para pensar a formação de membros de comitês de bacias hidrográficas, é o de superar a visão do especialista, a barreira do conhecimento dogmático e alienante. Um terceiro desafio é o de superar a pedagogia das certezas, vencer as barreiras da tecnificação, sustentada por uma pseudoneutralidade da ciência, e da certeza das teorias que afasta dos envolvidos uma atitude reflexiva. Como quarto e último desafio, é também preciso superar a lógica da exclusão, o que pressupõe um compromisso ético.

Garcia (2000) convida a sair das grandes estradas retas, claras, já mapeadas antes de serem construídas (p.118) e nos colocamos, citando Najmanovich, a ensaiar a construção de novos paradigmas que possam trazer criatividade e novidade para a ciência, para a vida e para a educação (p.119). A autora também nos fala de autopoiesis, da capacidade de aproximação e de colaboração, que podem nos fazer recomeçar. Sem certezas, porém acreditando num “encontro de subjetividades politicamente engajadas num projeto de conquista de direitos e de luta pela transformação social”: este é o projeto dos membros do Comitê da Bacia hidrográfica do Rio Guandu, que não pretendem mudar o mundo, mas sim conquistar o direito e assumir o dever de cuidar da sua bacia, e é desta forma que lutam pela transformação social.

Sua ação, que parece tão pequena, é uma ação de rede. Como tal, cada um que está ali tem as suas próprias ligações, que podem coincidir ou não com as ligações de outros. Estas ligações também têm as suas outras, já multiplicadas, e a característica é essa: não há como estimar o tamanho da rede, nem se pode aprisioná-la. O movimento da rede não é o movimento de uma revolução formal e intencional, mas é a partir da rede que mudanças pouco perceptíveis, às vezes, vão se tornando grandes, embora temporárias, pois outras mudanças já estão tomando lugar e mudando tudo outra vez, e constantemente.

Considerando que todos nós aprendemos, o tempo todo, inclusive por meio das experiências que vivemos, é possível projetar e oferecer oportunidades de aprendizagem, desde que estas considerem, em primeiro lugar, que quem vem aprender algo, já sabe também algo, e também tem algo a ensinar. É importante considerar também a premissa de que não é possível prever o que cada um faz e fará com novos conhecimentos, e nem saber como uma nova informação será assimilada, pois ela também entra numa teia, onde se conecta com outras informações, experiências e saberes, e adquire valor próprio. Pode-se afirmar, neste caso, que cada um pratica então o seu conhecimento: a informação é o texto a ser lido, e o saber é a apropriação, a tradução, a conexão.

O Comitê, feito de uma multiplicidade de diferentes singularidades, opera em rede, por meio de relações colaborativas, constituindo uma sociedade alternativa de singularidade e de partilha – uma existência global comum. Desta forma, é fonte de criação contínua de imprevisíveis novidades, produzindo novos saberes que se desfazem do que aprisiona, e que se virtualiza, se inventa em modos e formas de ser, e descobre pura imanência, potências (ROMAGUERA, 2011, p. 101-110).

ENTRELUGAR



Caravaggio. Narciso. 1546-48.

Disponível em http://abracadabra.weblog.com.pt/arquivo/cat_trimbolim_azul. Acesso em 08 set.2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das experiências que vivi com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu, ficam algumas considerações que, bem longe de esgotar a pesquisa, oferecem pistas para que a discussão possa continuar.

Uma questão importante para os membros do comitê diz respeito ao cuidado. Para eles, o essencial no seu trabalho é cuidar - conhecer e praticar o seu lugar. Embora existam as Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, os instrumentos de gestão, os planejamentos estratégicos dos governos, o conhecimento técnico e científico e outros aparatos formais e legais, a dinâmica do comitê pouco está relacionada ao que está tão distante da bacia e ao que está relacionado a códigos e regulamentações. Isto, porém, não deve ser entendido como falta de conexão com os aspectos globais ou com individualismo. Ao contrário, são comuns as referências, nas reuniões, a situações de comprometimento da qualidade e quantidade da água em outras bacias do estado e do país. O entendimento do comitê, porém, é o de que ele assumiu, dentro dessa complexidade, a responsabilidade por fazer a sua parte.

Cuidar, para eles, é algo mais próximo, e que ocorre no tempo presente: é, por exemplo, colocar uma placa dizendo qual o nome do rio ou córrego, para que o morador saiba e cuide da água; é conversar com o vizinho, para que ele possa entender que o que ele faz na propriedade dele tem reflexos em toda a bacia; é levar as pessoas da bacia a assumir responsabilidades por suas escolhas.

Durante o período da pesquisa, o comitê não manifestou qualquer interesse na construção de uma grande obra de engenharia ou na medição da vazão de um rio. Ao contrário, o comitê manifestou sim preocupação com as ações que ocasionam tais necessidades, que são humanas, *demasiadamente humanas*, e que, no seu entender, podem mudar. Isso não quer dizer que as obras e a medição não sejam importantes, mas sim que provavelmente estas ações não sejam necessárias neste momento, ou não sejam sua prioridade ou que entenda que estas seriam responsabilidades de outras instituições ou grupos, e não sua.

Outro fator a considerar é o de que os membros do comitê trazem seus conhecimentos para o grupo e aprendem juntos – portanto, ser membro de comitê já é estar em processo de

formação. A grande maioria dos membros do comitê é graduada, alguns continuando os estudos em pós-graduação, embora existam membros que não tem curso superior. Mas, como eles mesmos disseram, o mais importante para eles é conhecer a bacia, e isto não depende de escolarização - “não precisa ter Mestrado ou PHD”. Não foi possível durante a pesquisa perceber qualquer diferenciação entre os membros, nas discussões do comitê, em função de maior ou menor titulação ou quantidade de conhecimento científico adquirido.

Como pude observar na conversa realizada com os membros, é na vivência do comitê que aspectos distantes vão ficando mais claros, como a Política Nacional de Recursos Hídricos, mesmo para aqueles que têm uma formação técnica na área. Assim, as questões mais amplas são importantes na medida em que contextualizam e inserem, mas o local é que dá sentido e é a responsabilidade maior do comitê.

O Comitê tem uma agenda voltada ao tempo presente. Neste tempo presente, o conhecimento técnico-científico tem o seu lugar se ao invés de legitimar o passado, puder ajudá-los a construir o seu futuro, que já é hoje. Como entendem que sua missão é cuidar e provocar pequenas, constantes e duradouras mudanças, possivelmente o que precisam é de uma proposta de formação que lhes auxilie nessa missão. Essa proposta, certamente, deve ser feita com eles, e não para eles.

Esse grupo de pessoas reunido é bonito de se ver porque acontece algo além do que prevê a legislação – as pessoas não se reúnem apenas para cumprir formalmente a responsabilidade de gerir os recursos hídricos - elas se ocupam da vida na bacia, de uma forma integral. Elas vêm cada qual de uma instituição. Trazem demandas, sugestões, críticas, e levam outras de volta. Assim, a sociedade da bacia participa do comitê-rede.

Além de potencializar a sua ação por meio de uma rede, esse grupo de pessoas também compõe uma comunidade singular. Nesta comunidade as pessoas se uniram, ainda que formalmente por meio de um processo eleitoral, para assumir a responsabilidade pela criação de condições para a sua existência. Os membros de comitês têm interesses diferentes, mas colocam seus interesses e posições na comunidade, para discussão e negociação. Desta maneira, vão aprendendo juntos, no seu ainda-não que já é.

Não foi possível presenciar qualquer situação que se caracterizasse claramente como uma sublevação ao que está instituído por meio dos aparatos formais e legais da gestão de recursos hídricos na vivência do comitê. Mas, de alguma forma, o fato destes aparatos tomarem um segundo plano nas discussões do comitê mostra pelo menos duas coisas: que esta não é sua prioridade e que ele não se deixa seduzir pelos aspectos burocráticos característicos da gestão pública.

No mapa que pude construir, sempre em aberto, a Educação Ambiental é potência para a formação dos membros de comitês, porque considera, respeita e aceita que os conhecimentos de que necessitam não estão nas linhas formais que pretendem configurar, capacitar ou conformar. Ao contrário, acredita no que ainda não é, no que está por vir, no que está sendo criado no presente, e na necessidade de ver a água em seu contexto de vida – incluindo os seres, a natureza e a cultura como um todo.

Ao fazer essa afirmação, é preciso mencionar que não falo de oferecer um curso de Educação Ambiental para os membros de comitês. O que quero dizer é que, ao se pensar a formação dos membros de comitês, a Educação Ambiental como fio condutor de uma proposta, qualquer que seja ela, será respeitosa e generosa com essa comunidade, a ponto de efetivamente considerar a sua missão, que é o cuidar. Ao recusar o conhecimento triste, a Educação Ambiental aposta na vida, na “paixão de alegria” e propõe, como Foucault, “o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber de lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”.

Por fim, gostaria de destacar que a questão de gênero atravessou esta pesquisa por diversas vezes, seja por meio de observações que encontrei em documentos, pela eleição da diretoria do comitê, seja pelo fato de ter descoberto que em muitos lugares do mundo as meninas deixam a escola cedo, porque cabe a elas a tarefa de ajudar suas mães a carregarem a água para o consumo doméstico, às vezes de locais muito distantes. Não era esse o meu foco, mas faço essa menção porque penso ser importante para a realização de futuras pesquisas na área. A relação da água, considerada como elemento feminino da natureza, com a mulher e o cuidado é um tema instigante, em especial se lembrarmos que todos, cada um de nós, chegou a este mundo depois de ter vivido no útero de uma mulher, em meio à água. Mulher e água, assim juntas, nossas mães.

REFERÊNCIAS

Agenda 21 Global. Disponível em

http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/ag21.zip. Acesso em 01 nov.2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. (orgs.) **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Respostas a algumas questões sobre a compensação financeira.** Disponível em <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=540&idPerfil=2>. Acesso em 12 set.201.

AUGÊ, Marc. **Não-lugares: introdução à uma antropologia da supermodernidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1994. (Coleção Travessia do Século)

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Trópicos)

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

BERTICELLI, Ireno Antonio. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, Marisa Vorraber. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 159-176

BOTELHO, Marcos César. **Recursos Hídricos**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2614>. Acesso em 10 fev.2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável**. 2 ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

_____. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JUIOR, Luiz Antonio. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução 357, de 17 de março de 2005.** Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e da outras providencias. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>. Acesso em 15 fev.2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução 98, de 26 de março de 2009.** Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em <http://www.cnrh.gov.br/sitio/>. Acesso em 20 dez.2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/. Acesso em 12 fev.2010.

BRASIL. **Lei Nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Legislação Federal. Publicada no Diário Oficial da União em 09/01/1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em 08 out.2009.

BRASIL. **Lei Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.** Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/cedoc/blei19897990.pdf>. Acesso em 12 set.2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conjunto de normas legais: recursos hídricos.** 6 ed. Brasília: MMA, 2008.

BRÜSEKE, Franz Josef. Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). 3 ed. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CANDIOTTO, Cesar. **Verdade, confissão e desejo em Foucault**. Disponível em <http://www.observacionesfilosoficas.net/truthconfe.html>. Acesso em 06 dez.2009.

Carta da Terra em Ação. **A iniciativa da Carta da Terra – Brasil**. Disponível em <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>. Acesso em 02 out.2011.

CARVALHO, Janete Magalhães de. **O cotidiano escolar como comunidade de afetos**. Petrópolis, RJ: DP et alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Mary Garcia; ABAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO:UNICEF, 2005.

CBH Rio Doce. Plano Integrado de Recursos Hídricos. Volume I. Disponível em http://www.riodoce.cbh.gov.br/_docs/planobacia/PIRH/PIRH_Doce_Volume_I.pdf. Acesso em 10 set.2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Joseane Viola. **Spots sobre o Dia Mundial da Água em 2010** [mensagem pessoal]. Mensagem eletrônica recebida por drabelo@iema.es.gv.br em 15 set.2011.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. **Atas** das reuniões realizadas em 26 out.2009, 03 mar.2010, 28 mai.2010, 30 jun.2010, 04 ago.2010, 22 set.2010, 01 dez.2010, 17 fev.2011.

COUTINHO, Ananda Bermudes. Palestra **Planejamento de Bacias Hidrográficas**, apresentada pela Analista de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do IEMA Ananda Bermudes Coutinho, Msc em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense, no

Curso de Formação de Agentes Ambientais, oferecido pela Prefeitura Municipal de Viana em Janeiro de 2010. Arquivo do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 94 p. (Coleção TRANS)

DICIO. Dicionário *on line* de Português. Disponível em <http://www.dicio.com.br/>. Acesso em 02 out.2011.

DURAN, Marília Claret Geraes. **Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

DUTRA, Mara Rejane Osório. **Pós-estruturalismo e pesquisa: algumas pistas para investigação em educação ambiental**. Ambiente & Educação. Vol. 14. 2009.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **CT 06 – Comitê Temático de Recursos Naturais**. Disponível em <http://www.es-acao.org.br/>. Acesso em 15 fev.2010.

ESPIRITO SANTO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH Nº 005/2005**. Estabelece critérios gerais sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Espírito Santo. Disponível em www.iema.es.gov.br/download/Inst_Nor_019.pdf. Acesso em 12 fev.2010.

ESPÍRITO SANTO. **Lei Nº. 5818, de 29 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, do Estado do Espírito Santo - SIGERH/ES, e dá outras providências. Legislação Estadual. Disponível em www.iema.es.gov.br/web/Lei_5818.htm. Acesso em 08 nov.2009.

ESPÍRITO SANTO. **LEI Nº. 8 960, de 18 de julho de 2008**. Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo - FUNDÁGUA. Disponível em <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>. Acesso em 08 set.2011.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Disponível em <http://www.espiritosanto2025.com.br/>. Acesso em 15 fev.2010.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estratégico 2011-2014: Novos Caminhos**. Vitória: abril de 2011. Governo do Espírito Santo. s/d.

ESPÍRITO SANTO. Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Notícias. 01.09.2011. Planejamento. **Governo terá mais de R\$ 45 bilhões para investimento e custeio nos próximos quatro anos**. Disponível em <http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiald=99723969>. Acesso em 17 set.2011.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA/Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA. **Outorga de direito de uso de recursos hídricos**. Disponível em <http://www.meioambiente.es.gov.br/>. Acesso em 15 fev.2010.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes**. Petrópolis: DP *et alii*, 2008. p. 101-117

_____ Observações feitas no decorrer de aulas ministradas na disciplina de Currículo, Cultura e Sociedade, no segundo semestre de 2009, no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Espírito Santo. Apontamos feitos por Denise Lima Rabelo.

FERREIRA, Adriana Niemeyer Pires et alii. **Águas subterrâneas: um recurso a ser conhecido e protegido**. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU. PETROBRAS. Contrato 6000.0027020.06.2. I Congresso Aquífero Guarani. s/d.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.p.49-71

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970**. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **Verité, pouvoir et soi**. (entretien avec R. Martain, Université du Vermont, 25 de octobre 1982). Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris:Gallimard, 1994, vol. IV, pp. 777-783, por Wanderson Flor do Nascimento.

_____. **Discourse and Truth: the Problematization of Parrhesia**. 6 lectures given by Michel Foucault at the University of California at Berkeley, Oct-Nov. 1983. Disponível em <http://foucault.info/documents/parrhesia/>. Acesso em 05/12/2009. Tradução livre.

_____. **De outros espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. (publicado igualmente em *Architecture, Movement, Continuité*, 5, de 1984). Disponível em <http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/outros.prn.pdf>. Acesso em 06 mar.2011.

FRANK, Beate. (Org.) **Projeto Marca D Água: seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas no Brasil: Caderno 2: comitês de bacias sob o olhar de seus membros**. Blumenau: FURB, 2008.

GARCIA, Regina L; MOREIRA, Antonio Flavio (org.). Começando uma conversa sobre currículo . In: **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo : Cortez. 2003. p. 7-39.

GARCIA, Regina Leite. Da fronteira se pode alcançar um ângulo de visão muito mais amplo... embora nunca se veja tudo. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 115-131

GISELE, Maria e GOMES, Sheila. **Governamentalizar**. Disponível em <http://tic-e-soc.blogspot.com/2008/03/governamentalizar-maria-isabel.html>. Acesso em 06 dez.2009.

GROS, Frédéric. (Org.) **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética na Educação Ambiental**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

GUIVANT, Julia Silva e JACOBI, Pedro. **Da hidro-técnica a hidro-política: novos rumos para a regulação e gestão dos riscos ambientais no Brasil**. Disponível em http://www.teia.fe.usp.br/biblioteca_virtual. Acesso em 29 nov.2009.

IBAMA. **Como o Ibama exerce a educação ambiental**. Brasília: Edições Ibama, 2005.

IBGE. **ECO-92**. Disponível em <http://ibge.gov.br/ibgeteen/datas/ecologia/eco92.html>. Acesso em 12 set.2011.

IEMA. **Bacia Hidrográfica**. Disponível em www.meioambiente.es.gov.br. Acesso em 01 dez.2009.

_____ **Outorga**. Disponível em <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp?pagina=18008>. Acesso em 19 set.2010.

_____ **Objetivo do FUNDAGUA**. Disponível em <http://www.meioambiente.es.gov.br/default.asp>. Acesso em 12 set.2011.

JACOBI, Pedro. **Poder local, políticas sociais e sustentabilidade**. *Saude soc.* [online]. 1999, vol.8, n.1, pp. 31-48. ISSN 0104-1290. doi: 10.1590/S0104-12901999000100004.

_____ **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, março/2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em 11 mar.2010.

_____. **Gestão participativa dos recursos hídricos: reflexões sobre as novas institucionalidades.** Texto apresentado na Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo, em agosto de 2005. Disponível em http://www.teia.fe.usp.br/biblioteca_virtual. Acesso em 30 dez.2009.

_____. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. In: **Política e Trabalho**. n^o 7, outubro de 2006. PPGS, Universidade Federal da Paraíba, João pessoa. p. 115-134.

_____. **Estado e educação: o desafio de ampliar a cidadania.** Educar, Curitiba, n. 31,p. 113–127, 2008. Editora UFPR.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, Maria Isabel Gonçalves Correa. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento.** Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação e Sociedade – v.29/n.77 – jan./abr. 2009

JOSGRILBERG, F. B. **Cotidiano e invenção:os espaços de Michel de Certau.** São Paulo: Escrituras, 2005.

JULIÁ, Dominique. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES. Alice Casemiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71

KALILI, Amira El. Quem é o dono da água? In: ZUNTI, Maria Lucia Grossi. (Org.). **Tempo das águas.** Academia Feminina Espírito-santense de Letras. Linhares, ES: Projeto Águas do Rio Doce, 2008.

KASTRUP, Virgínia. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: FONSECA, Tania Maria Galli; KIRST, Patrícia Gomes. **Cartografias e devires: a construção do presente.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 53-61

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. Conhecimento escolar e conhecimento científico: diferentes finalidades, diferentes configurações. In: LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e Epistemologia**. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2007.p. 187-204

MACEDO, Elizabeth. Currículo e competência. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 115-143

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, Tania Maria Galli; KIRST, Patrícia Gomes. **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 259-271

MMA. **Agenda 21**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>. Acesso em 02 out.2011.

MATURANA, Humberto R., VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MORAIS, Jaqueline de Fátima dos Santos. **A escola pública e os discursos sobre a sua pretensa crise**. TEIAS: Rio de Janeiro, ano 2, nº 4, jul/dez 2001. p.1-9

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

NADER, Maria Beatriz. A mística da relação mulher e água: um legado imaginário da cultura social. In: ZUNTI, Maria Lucia Grossi. (Org.). **Tempo das águas**. Academia Feminina Espírito-santense de Letras. Linhares, ES: Projeto Águas do Rio Doce, 2008.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Nos rastros de Foucault: ética e subjetivação**. Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/art02.html> Acesso em 01 mai.2009.

NOVAES, Ricardo Carneiro e JACOBI, Pedro Roberto. **Comitês de bacias, capital social e eficiência institucional: reflexões preliminares sobre influências recíprocas.** Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/recursos_hidricos. Acesso em 30 dez.2009.

NOVELINNO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf. Acesso em 19 set.2011.

PAIM, Paulo Renato. **Projeto Executivo para o enquadramento dos corpos de água em classes e plano de bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu - Roteiro Geral Metodológico.** Porto Alegre e Vitória, dezembro de 2009.

PARLAMENTO EUROPEU. **Directiva 2000/60/CE, de 23 de Outubro de 2000.** Estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água. Disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/environment/l28002b_pt.htm. Acesso em 23 jan.2010.

PÊGO, Alberto; DADALTO, Zanete. **Um olhar brasileiro sobre o rio Sena.** Cariacica: IEMA, 2009.

PEREIRA, José. **Cotidiano em Santo Antonio.** Disponível em <http://www.chapadadosguimaraes.com.br/pellegrim/josepereir.htm>. Acesso em 10 set.2009.

PEREIRA, Marcos Vilela. O desafio da tolerância na cidade contemporânea. In: PORTO, Tania Maria Esperon. (Org) **Redes em construção: meios de comunicação e práticas educativas.** Araraquara: JM Editora, 2003. p. 19-32

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Prefeitura Municipal de Brejetuba. Convite “Caminhada Ecológica do Dia da Árvore: Rumo a Pedra do Submarino. [mensagem pessoal]. Mensagem eletrônica recebida por drabelo@iema.es.gov.br em 16 set.2011.

REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TIUNDISSI, José Galizia. (Orgs.) **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. Brasília: Ibama, 2005.

_____. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Coord.). **Identities da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ROMAGUERA, Alda. Multi(dão): conexões biopolíticas. In: AMORIM, Antonio Carlos; GALLO, Silvio; OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de (Orgs.). **Conexões: Deleuze e Imagem e Pensamento e...** Petrópolis, RJ: De Petrus; Brasília, DF: CNPq, 2011.

SÁ, Rubens Pileggi. **O amor físico**. Disponível em <http://www.canalcontemporaneo.art.br/arteemcirculacao/archives/000096.html>. Acesso em 05 dez.2009.

SANTOS, Cláudia Coelho e COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. Potência de ação. In: FERRARO JUIOR, Luiz Antonio. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____ **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Disponível em http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em 15 fev.2010.

SPINOZA, Benedictus. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TOMÉ, Maria Vitória Ferrari; NASCIMENTO, Alessandra Reis. Bacias Hidrográficas. In: FONTES, Luiz Eduardo F. et alii. (Orgs.) **Recursos hídricos e percepção ambiental no município de Viçosa, MG**. Viçosa: Fontes et alii Editores, 2006.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em 01 nov.2009.

TRISTÃO, Martha. 2 ed. **A educação ambiental na formação de professores**. São Paulo: Annablume;Vitória: Facitec, 2008.

_____. As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSCHEINSKY, Aloísio. (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-183

_____. **Tecendo os fios da Educação Ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.31, n.2. p. 251-264, maio/ago 2005.

_____. Espaços/tempos de formação em Educação Ambiental.In: GUERRA, Antonio Fernando S.; TAGLIEBER, José Erno (orgs.). **Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios**. Itajaí: Universidade Vale do Itajaí, 2007.

TRISTÃO, Martha; FASSARELA, Roberta Cordeiro. Contextos de aprendizagem: encontros e eventos. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores 2**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Histórico de Recursos Hídricos**. Disponível em <http://www.caminhodasaguas.ufsc.br/historico.htm>. Acesso em 14 set.2011.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. Laboratório de Qualidade da Água. **Fontes de Poluição**. Disponível em <http://www.ufv.br/dea/lqa/poluicao.htm>. Acesso em 15 fev.2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WEBER, Susane Maria. O “intra-empendedor” e a “mãe”: estratégias de “fomento” e “desenvolvimento” do empreendedor de si no desenvolvimento organizacional e na ação afirmativa. In: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (Orgs.) **Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 110-133

ANEXO A – ATAS ANALISADAS

ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUANDU – CBH - GUANDU

Data: 26/10/2009	Local: Auditório do Sindicato Patronal de Afonso Cláudio.
-------------------------	--

Início: 14h00min	Término: 17h
-------------------------	---------------------

Objetivos:

Análise de documentos e outros.

PAUTA:

1. Abertura e Verificação do Quorum;
2. Escolha da Logomarca do CBH Guandu;
3. Apresentação "Pacto Pelas Águas" Coordenador da Unidade Administrativa Regional da ANA – UAR, Sr. Nei Murtha.
4. Encerramento.

PRESENTES:

Poder Público

- Joseane Viola Coelho – Prefeitura Municipal de Baixo Guandu/SAMA
- David Augusto Alves Neto Prefeitura Municipal de Laranja da Terra/SEAMA – Suplente
- Sabrina Silva Zandonade - Prefeitura Municipal de Brejetuba/SEAMA
- Ana Paula Alves Bissoli representando - José Maria Barbieri Borlote – Prefeitura Municipal de Afonso Claudio/SEMMA – Suplente
- Aline K. Sarau- representando Mônica Amorim – IEMA

Usuário

- Alicínio Virgínio – CESAN
- Valdete Soares dos Santos – SAAE – Suplente
- João Luiz Lopes – Produtor Rural

Sociedade Civil

- Cleres De Martins Schwambach – Consórcio do Rio Guandu
- Pedro Murilo Silva de Andrade – Fundação Fé e Alegria do Brasil
- João Evangelista da Silva – Coop. Altern. de Cafeicultores de Brejetuba – Titular

JUSTIFICARAM:

Sociedade Civil

- Odair Donato Cardoso – Escola Família Agrícola de Brejetuba

Convidados:

- Ney Murtha – UAR/ANA

- Gilse Olinda Moreira Barbieri – Consórcio do Rio Guandu
- Robson Monteiro dos Santos – IEMA
- Ney Murtha - Unidade Administrativa Regional da ANA
- Nelson de Freitas - ANA
- Paulo Maciel – ECOPLAN – LUME
- Alexandre Carvalho – ECOPLAN – LUME
- José Nelson A. Machado – ECOPLAN – LUME
- Angélica Calixto Arreco – Centro Avançado/Instituto Terra
- João Vitor Moreira Barbieri – Centro Avançado/Instituto Terra
- Alcione Gomes – Centro Avançado/Instituto Terra
- Diorryne Cozzer – Centro Avançado/Instituto Terra
- José Braz Radaelli – Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio
- Jancy R. C. Vargas – Escola “José Cupertino”

Aos 26 dias do mês de outubro de 2009, as 14:00h no auditório do Sindicato Rural Patronal de Afonso Cláudio, estiveram reunidos os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu – CBH Guandu, para participar da 2ª Reunião Extraordinária do CBH Guandu. O Secretário Executivo do CBH Guandu, abriu os trabalhos dando boas vindas a todos, verificado quorum, deu abertura a reunião lendo a pauta do dia acima citada. Cleres iniciou a reunião explicando sobre o Concurso da Logomarca. Informando que todos os municípios trouxeram os desenhos, sendo: Baixo Guandu entregou 5 (cinco) desenhos, Laranja da Terra entregou 6 (seis) desenhos, Afonso Cláudio entregou 31 (trinta e um) desenhos e Brejetuba entregou 9 (nove) desenhos. Informou que hoje, como aconteceu a Reunião Pública, para apresentação do Plano de Recursos Hídricos do Rio Doce e dos Planos de Ações Pública está conosco pessoas entendidas do assunto de Comitês de bacias, em reunião com a diretoria tiramos uma proposta a fazer para o Grupo, sendo: Convidaremos os representantes da ANA Sr. Nelson de Freitas e o Sr. Ney Murtha; da ECOPLAN/LUME, Sr. Paulo Maciel, Sr. Alexandre Carvalho e Sr. José Nelson A. Machado; do IEMA Sr. Robson Monteiro dos Santos e Aline K. Sarau, para comporem o nosso corpo de jurados para julgarem as logomarcas para o CBH Guandu. Posta a proposta em votação foi aceita por unanimidade. Imediatamente a equipe se dirigiu ao fundo da sala para iniciar a abertura dos envelopes e sucessivamente a escolha dos desenhos. Paralelamente os membros do CBH Guandu continuaram reunidos. Dando continuidade à pauta da reunião o Secretária Executivo Sr. Cleres, convidou o Sr Ney Murtha, Coordenador da UAR – Unidade Administrativa Regional da ANA, para apresentar o “Pacto pelas Águas”, uma proposta feita pela ANA – Agência Nacional da Águas, ao Comitê da Bacia do Rio Doce e dos Comitês de Rios Afluentes do Doce. A proposta consiste em tornar realidade concreta os fundamentos, objetivos e as diretrizes gerais de ação previstos na legislação, criando condições para a governança dos recursos hídricos, entendida como a capacidade que um determinado governo/colegiado tem para formular e implementar as suas políticas, no presente caso as políticas hídricas. Propondo os seguinte eixo de ação: Arranjo Institucional, Regulação; Implantação do Plano de Recursos Hídricos, sendo: Programa de Convivência com Cheias; Medidas não-estruturais; Modelagem hidrológica; Sistema de Alerta; Mapeamento de áreas inundáveis; Ações de apoio à gestão nos municípios; Medidas estruturais; Reservatórios para controle de cheias; Ações locais; Programa Produtor de Água; Programa Racionalização do uso da água; Articulação de fontes de financiamento (União, cobranças, fundos, Estados). Como eixo ainda propõe o Comitê de Integração

efetivado nos CBH afluentes; Definição de competências entre os CBHs; Agência Única; Sustentação institucional - cobrança pelo uso. Durante a apresentação foi solicitado pelo palestrante algumas informações ao Sr. Róbson do IEMA e da Senhora Gilse Olinda Moreira Barbieri, sobre como está a discussão sobre as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo e sobre, Robson informou que esta discussão está sob o comando da Câmara Técnica e que houve uma reunião no dia 23/10 com equipe do Doce e dos Comitês afluentes, onde Gilse estava representando o CBH Guandu. Eu Gilse com a palavra informei que ficou definido na reunião uma única unidade para o Rio doce no Espírito Santo, e que futuramente o IEMA irá provocar as 3 (três) comitês existentes, a abarcar os territórios descobertos por Comitês, para fortalecer estes comitês e o doce no Espírito Santo. Durante a palestra o Sr. Ney Murtha falou sobre as diretrizes gerais para a cobrança pelo uso, mostrando uma simulação de cobrança, mostrou que na Bacia do Rio Guandu será arrecadado apenas 1% do valor total, o que corresponde em média uns trezentos mil reais ano. Mas que no Piracicaba será 16%, mesmo esse valor uma agência se torna inviável, por isso a proposta da ANA de ser uma agência única para a Bacia do Rio Doce, os valores arrecadados na calha principal que é de 54%, será rateado entre os Comitês afluente de acordo o Plano que está sendo construído, os comitês vão deliberar. Foi solicitado por mim, Gilse um espaço, que foi concedido pelo Sr. Ney. Informei aos presentes que está foi a parte que me deixou esperançosa, quando fui à Reunião em Belo Horizonte, representando o CBH Guandu, por isso pedi que tivesse essa reunião extraordinária e que o a ANA viesse aqui apresentar para nós essa proposta, nós vamos poder definir o quanto o Produtor rural deverá pagar aqui na Bacia do Guandu, isso será definido pelo CBH Guandu, que poderá estipular x metros cúbicos ano, seguindo o exemplo do Estado da Paraíba, para não pesar para os produtores rurais, que deverão se tornar no futuro produtores de água e receber por isso, na minha opinião. Mas os recursos que serão rateados para os CBHs afluente dos recursos da calha principal, e a grande saída para realizar os trabalhos necessários, e cumprir as metas propostas no Plano de bacia que foi apresentado hoje pela manhã. O Sr. Ney Murtha enfatizou o que foi colocado em seguida informou que o CBH Guandu deverá dar uma posição ao CBH Doce e ANA até o final de novembro, já que está prevista uma reunião em conjunta dos CBHs afluentes com o CBH Doce no dia 03 de dezembro, onde poderá ser celebrado o Convênio de Integração.o Sr. Ney encerrou sua palestra aplaudido pelos presentes. O Sr. Cleres, Secretário executivo abriu para perguntas. Mas não houve questionamentos. Foi informado aos membros que haverá uma reunião ordinária no mês de novembro, e que nesta reunião será tomada a decisão e encaminhada para a ANA e para o CBH Doce. Eu Gilse solicitei um espaço para entregar os kits do projeto "Caminho das Águas", recebido pelo Consórcio do Rio Guandu, para repassar ao Comitê e aos 4 municípios da Bacia, cada município deverá fazer um relatório sobre onde o material estará sendo usado e repassar ao Consórcio do Rio Guandu que deverá encaminhar para a ANA. O Sr. Cleres de Martins Schwambach, informou que não é mais o Coordenador de Planejamento do Consórcio do Rio Guandu, passou no concurso da Prefeitura de Baixo Guandu, agora trabalha na Secretaria de Meio Ambiente de Baixo Guandu, onde tem outras atribuições, desta forma deixou a Coordenação do Fórum Capixaba de Comitês e a partir de hoje deixa também a Secretaria Executiva do CBH Guandu. Com a palavra eu Gilse Olinda Olinda Moreira Barbieri, informa que assumirá os trabalhos da Secretaria Executiva do CNH Guandu, mas quanto ao fórum Capixaba de Comitês, não será possível assumir esta representação. O Consórcio está atravessando problemas financeiros, só tem convênio firmado com Afonso Cláudio,

CESAN e Laranja da Terra. Laranja da Terra ainda não fez nenhum repasse de recursos este ano, por esse motivo ainda não contratou nenhum técnico para assumir a Coordenação de Planejamento do Consórcio do Rio Guandu. Diante disto o Consórcio do Rio Guandu, solicita ao CBH Guandu que indique um novo representante da Sociedade Civil Organizada para compor o Fórum Capixaba de Comitês. Foi posta a proposta em discussão, ficando indicado o Grupo fé e Alegria na pessoa do Sr. Pedro Murilo S. Andrade para compor o Fórum Capixaba. Dando continuidade aos trabalhos, um representante da Comissão de jurados que estavam reunidos para escolher a Logomarca que será usada pelo CBH Guandu, Sr Nelson de Freitas, informou aos membros do CBH Guandu que a Logomarca escolhida tem i autor com o pseudônimo de GUGA, mostrando a todos os cinco finalistas e o vencedor. A Vice-Presidente do CBH Guandu St^a. Joseane Viola Coelho, de posse dos envelopes que continham as fichas de inscrição, abriu envelope com o referido pseudônimo e constatou que o vencedor é o aluno GUSTAVO FERREIRA LIMA, estudante da 5^a série C, no turno matutino da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental "João XXIII", tem como diretora a Sr. Adair Melo de Arruda, a escola funciona na Rua Jerônimo Monteiro, S/N, Bairro Rosário I, Baixo Guandu/ES. Todos os membros do CBH Guandu gostaram e elogiaram a escolha da Logomarca, a diretoria do CBH Guandu tomará todas as providências para divulgar o resultado e providenciará a arte gráfica da referido desenho da logomarca vencedora. A reunião foi encerrada pelo vice-Presidente do CBH Guandu Srt^a. Joseane Viola Coelho, que agradeceu a todos os presentes, especialmente aos membros do corpo de jurados que escolheram a logomarca do CBH Guandu. Não havendo mais nada a trata, eu Gilse Olinda Moreira Barbieri, lavrei presente ata que após aprovada será assinada por mim.

Alexandre - ECOPLAN/LUME; Joseane – CBH Guandu, Nelson – ANA, Gilse – Consórcio Rio Guandu, Pedro Vill – Vice-Prefeito de Afonso Cláudio e Róbson – IEMA.



Abertura da reunião pela Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, Exm^o Sr. Pedro Vill.



Palestra "Pacto Pelas Águas" Coordenador da Unidade Administrativa Regional da ANA – UAR, Sr. Nei Murtha.



Membros do CBH Guandu e convidados ouvindo a palestra "Pacto Pelas Águas" Coordenador da Unidade Administrativa Regional da ANA – UAR, Sr. Nei Murtha.



Entrega do Kit do Projeto "Caminho das Águas"



Membros do CBH Guandu



Escolha da Logomarca.



Corpo de Jurados, escolhendo a Logomarca do CBH Guandu.



Os 5 melhores desenhos do Concurso da Logomarca do CBH Guandu
O desenho do centro é a vencedor do Concurso.



Gilse Olinda Moreira Barbieri
Secretária Executiva Consórcio Rio Guandu

ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUANDU - CBH - GUANDU

Data: 03/03/2010	Local: Câmara Municipal de Laranja da Terra.
-------------------------	---

Início: 10h00min	Término: 13h
-------------------------	---------------------

Objetivos:

Análise de documentos e outros.

Pauta:

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Leitura da ata da reunião anterior;
3. Apresentação Consórcio;
4. Fórum Capixaba de Comitês;
5. Dia Mundial da água;
6. Semana do Meio Ambiente;
7. Edital do Fundágua;
8. Prestação de Contas do Instituto Terra;
9. Assuntos Gerais

PRESENTES:

Poder Público

- José Roberto Jorge – IDAF – Titular
- Anísio Sperandio – INCAPER - Suplente
- Joseane Viola Coelho – Prefeitura Municipal de Baixo Guandu/SEMAM – Titular
- David Augusto Alves Neto – Prefeitura Municipal de Laranja da Terra/ SAMA - Suplente
- Sabrina Silva Zandonade - Prefeitura Municipal de Brejetuba/SEAMA – Titular
- José Maria Barbieri Borlote – Prefeitura Municipal de Afonso Claudio/SEMMA – Suplente

Usuário

- Marcelo Seibel – Produtor Rural – Titular
- João Luiz A. Lopes – Sítio Capiáu – Titular
- Alicínio Virgínio – CESAN - Titular

Sociedade Civil

- Ana Paula Alves Bissoli – Consórcio do Rio Guandu – Titular
- João Evangelista da Silva – COOABRE – Suplente
- Pedro Murilo Silva de Andrade – Fundação Fé e Alegria do Brasil – Titular
- Adair Donato Cardozo – Escola Família Agrícola de Brejetuba – Titular

JUSTIFICARAM:

Poder Público

- Denise Lima Rabelo – IEMA – Titular

Usuário

- Valdete Soares dos Santos – SAAE – Suplente

Sociedade Civil

- Adonai José Lacruz – Instituto Terra – Titular

Convidados:

- José Eraldo Oliveira Dias – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Brejetuba
- Thiago Belote – Instituto Bioatlântica/IEMA – Cariacica
- Jancy Rômulo Aschauer Vargas – Biólogo – Afonso Cláudio
- Fabiana Gomes da Silva – IEMA/ GRH – Cariacica
- Adalton Pinheiro da Cruz – INCAPER – Afonso Cláudio
- Paula Lauvers Coutinho – SEMMA – Afonso Cláudio
- Samuel Ângelo de Paula – Instituto Águas – Brejetuba
- Pedro Júlio – SAMA – Laranja da Terra
- Claudiane Littig – SEMUDEMA – Laranja da Terra
- Gerlindo Ferraço Frisso – Instituto Águas – Brejetuba
- Marx Bussular Martinuzzo – INCAPER – Brejetuba
- Cláudio Pagung – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Laranja da Terra
- Cleres De Martins Schwambach – SEMAM – Baixo Guandu

Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu estiveram reunidos no dia três de março de 2010 às 10h, na Câmara Municipal de Laranja da Terra, no município de Laranja da Terra, para participar da 15ª reunião ordinária do Comitê, para tratar de vários assuntos conforme pauta acima. Após verificado quorum, Ana Paula iniciou a reunião dando boas vindas a todos e em seguida passou a palavra ao Presidente do comitê Marcelo Seibel que também deu boas vindas, Ana Paula retomou a palavra e informou sobre as mudanças que ocorreram no Consórcio, como a transferência do escritório para Afonso Cláudio e a nomeação de Ana Paula Alves Bissoli para o cargo de Secretária Executiva, bem como a atual situação financeira da instituição que desde janeiro de 2009 não recebe repasse das Prefeituras de Baixo Guandu, Laranja da Terra e Brejetuba, sendo que Laranja da Terra, segundo informações do assessor de gabinete é desde agosto de 2008. Aproveitou e pediu aos representantes desses municípios que intercedam pelo Consórcio junto aos seus administradores para que possam regularizar a situação. Alicínio questionou sobre os repasses e disse que a situação precisa ser resolvida. Ana Paula informou que até o momento somente a CESAN e a

Prefeitura de Afonso Cláudio estão efetuando os repasses. Cleres disse que o Consórcio precisa buscar parcerias a nível Estadual e Federal por um período de tempo maior, para fortalecer os trabalhos. Tiago concordou e ressaltou a sugestão de Cleres. Cláudio Pagung, explicou que a pendência da Prefeitura de Laranja da Terra no período de Agosto a Dezembro de 2008, foi devido a Prestação de Contas de 2007 não ter sido aprovada pelo Tribunal de Contas e ressaltou que realmente é necessário resolver essa situação. José Roberto enfatizou a necessidade do compromisso dos prefeitos que estão com as pendências. Em seguida foi solicitado a Cleres que fizesse a leitura da ata da reunião ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2009, em Brejetuba, que depois de feito alguns ajustes foi aprovada por todos. Dando continuidade a reunião foi apresentada o layout da logomarca do Comitê para apreciação e observação. A plenária entrou em consenso de que a logomarca não estava bem trabalhada, sugerindo melhorias nas cores e formas, então ficou resolvido que cada município levaria a alguém das suas respectivas cidades para aperfeiçoamento e que o lançamento e a premiação da mesma poderia ser feito na Semana do Meio Ambiente. Joseane aproveitou o momento para confirmar o recebimento do e-mail de agradecimento da participação das escolas no Concurso e divulgação do ganhador. Cleres fez os informes sobre o Fórum Capixaba de Comitês e comunicou que a próxima reunião será no dia 10 de março no IEMA sendo necessária a participação de três representantes do CBH Guandu (um da sociedade civil, um do poder público e um representante dos usuários) ficou representado de acordo com a disponibilidade e condições de deslocamento, o Consórcio do Rio Guandu como Sociedade Civil, representado por Ana Paula Alves Bissoli, a Prefeitura de Baixo Guandu como Poder Público, na pessoa de Joseane Viola e o SAAE de Baixo Guandu representando os usuários por Valdete Soares. Cléres ainda enfatizou que o CBH Guandu foi eleito como coordenador da região do Doce dentro do Fórum Estadual de Comitês por indicação dos CBH's São José e Santa Maria do Doce por ter mais experiência na gestão. Continuou com o 5º ponto de pauta – Dia da Água – ficou resolvido que será gravada uma vinheta de rádio de até 3 minutos em nome do CBH Guandu e do Consórcio, e que o texto escrito deverá ser sugerido e encaminhado por e-mail para Ana Paula, que será pedido ao Romildo funcionário do gabinete da Prefeitura de Afonso Cláudio que gravará um CD para cada município encaminhar para a rádio e também outra forma de divulgação. Próximo ponto de pauta – Semana do Meio Ambiente – Cléres sugeriu buscar parceria com as Secretarias de Educação de cada município, Ana Paula lembrou que dia 05 de junho Dia Mundial do Meio Ambiente será no domingo, e que dia 03 é feriado de *Corpus Cristhi*, então é necessário definir a semana para realização das atividades. Joseane sugeriu que cada município faça sua programação e apresente na próxima reunião, e que o nome do CBH Guandu seja lembrado nessas atividades. Sabrina sugeriu que o comitê articulasse com a FUNASA a vinda para a bacia do caminhão adaptado para realização de análises de água e com a CESAN a vinda do caminhão temático voltado para educação ambiental. Alicínio falou que o da CESAN, é difícil conseguir durante a semana do meio ambiente, devido a agenda. José Eraldo sugeriu que se não for possível a presença desses veículos nesse período, que agende outra data, afinal essas atividades precisam acontecer o ano todo, não somente nas datas comemorativas. José Roberto sugeriu uma gincana entre os alunos, envolvendo as escolas, mas que

poderia ficar para setembro no dia da Árvore, como a Associação de Meio Ambiente já fez em Afonso Cláudio, colocando na praça estandes do IDAF, INCAPER, IEMA, Consórcio, entre outros. Ana Paula falou sobre sua preocupação em não ter havido um retorno às comunidades após a Descida Ecológica do Rio Guandu e então colocou que talvez seja o momento de prestar uma satisfação do que aconteceu após a Descida Ecológica. Cléres complementou falando de um DVD que o Consórcio pediu ao Pito para fazer, esclarecendo cada etapa de formação do Comitê. Tiago concordou e apoiou a idéia. Dando seqüência a reunião, falou-se sobre o Edital Fundágua e Cléres apresentou a proposta de o Instituto Terra ser o proponente do projeto para a Bacia do Guandu focando os trabalhos práticos nos municípios de Laranja da Terra e Baixo Guandu, visto que o recurso é insuficiente para envolver toda a Bacia. Ana Paula colocou que, para que todos os municípios da bacia fossem envolvidos, o Consórcio poderia propor um projeto envolvendo Brejetuba e Afonso Cláudio, sendo que o Instituto Terra seria nosso parceiro e o Consórcio parceiro do Instituto para fortalecer os trabalhos. Colocou-se em discussão, Samuel sugeriu que cada projeto priorizasse apenas um município, considerando que o recurso disponível no edital para o trabalho é pouco. Colocou-se em votação, e ficou decidido que serão apresentados dois projetos na bacia envolvendo os quatro municípios. Os membros do Comitê aprovaram por unanimidade a iniciativa de propor os dois projetos da Bacia e se comprometem em apoiar o desenvolvimento dos mesmos. Cléres e Joseane pediram aos participantes de Laranja da Terra que se pronunciassem com as informações necessárias para a elaboração do projeto até 48 horas após a reunião, pois caso contrário ficaria inviável a inserção do município no projeto devido ao prazo de entrega do mesmo. Em seguida, aproveitando a presença dos possíveis parceiros para desenvolvimento do projeto foi formada a Comissão de Acompanhamento do Projeto que será proposto pelo Consórcio, sendo o representante do CBH Guandu – Sabrina Silva Zandonade, Instituto Águas – Samuel Ângelo de Paula, INCAPER – Adalton Pinheiro da Cruz, IDAF – José Roberto Jorge, Associação de Defesa Animal e Vegetal e Meio Ambiente de Afonso Cláudio – Anderson Geraldo Pagotto, Secretaria de Meio Ambiente de Afonso Cláudio – Paula Lauvers Coutinho, e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Brejetuba – José Eraldo de Oliveira Dias. Para a Comissão de Acompanhamento do projeto que será proposto pelo Instituto Terra, ficou decidido que o CBH Guandu será representado por Joseane Viola e o Consórcio do Rio Guandu por Ana Paula Alves Bissoli. Os demais integrantes dessa comissão serão definidos em outro momento. Deu prosseguimento, passando ao ponto de pauta – Prestação de contas do Projeto FNMA. Primeiramente justifiquei a ausência do Instituto Terra na reunião e fiz a leitura do ofício encaminhado pelo Sr. Adonai José Lacruz, Superintendente da instituição. Colocou em discussão, e ficou decidido que a próxima reunião do CBH Guandu será no Instituto Terra, a fim de facilitar o acesso a Prestação de Contas do Projeto aos membros do comitê e possibilitar o esclarecimento das pendências para a conclusão dos trabalhos, com as pessoas competentes para isso. Assuntos Gerais, Ana Paula reforçou o convite para as Audiências Públicas sobre a PCH São Luís, em Laranja da Terra dia 09 de março e Afonso Cláudio dia 10 do mesmo mês e ressaltou a importância da participação de todos. Joseane coordenou a entrega das agendas enviadas pelo IEMA aos membros titulares do CBH Guandu e aproveitou para apresentar o TAC

assinado pelos produtores do Córrego do Laje em Baixo Guandu. Cléres falou do Pacto das Águas, que se estiver de acordo com todos, deve ser impresso e assinado pelo presidente e encaminhado na reunião do CBH Doce dia 24 de março em Governador Valadares. Em seguida Ana Paula agradeceu a participação de todos e falou da próxima reunião que será no dia 18 de maio de 2010 no município de Aimorés – MG, nas dependências do Instituto Terra. Não havendo mais nada a tratar, eu Ana Paula Alves Bissoli, lavro esta presente ata que após aprovada será assinada por mim.



ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUANDU - CBH - GUANDU

Data: 18/05/2010	Local: Instituto Terra – Aimorés – MG.
-------------------------	---

Início: 9h30min	Término: 13h
------------------------	---------------------

Objetivos:

Análise de documentos e outros.

Pauta:

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Leitura da ata da reunião anterior;
3. Fala do Presidente;
4. Prestação de Contas – Instituto Terra;
5. Ampliação das áreas de abrangência dos Comitês dos rios afluentes do Rio Doce;
6. Fórum Capixaba de Comitês;
7. Relato breve sobre as atividades do Dia Internacional da Água;
8. Apresentação das propostas da Semana do Meio Ambiente;
9. Edital Fundágua 001/2009 e 001/2010;
10. Relato de Participação do Fórum das Águas;
11. Representação do Comitê no GTAI;
12. Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento.

PRESENTES:

Poder Público

- Anísio Sperandio – INCAPER - Suplente
- Joseane Viola Coelho – Prefeitura Municipal de Baixo Guandu/SEMAM – Titular
- David Augusto Alves Neto – Prefeitura Municipal de Laranja da Terra/ SAMA - Suplente
- Sabrina Silva Zandonade - Prefeitura Municipal de Brejetuba/SEAMA – Titular
- Paula Lauvers Coutinho – Prefeitura Municipal de Afonso Claudio/SEMMA – Suplente
- Mônica Amorim – IEMA - Titular

Usuário

- João Luiz A. Lopes – Sítio Capiáu – Titular
- Valdete Soares dos Santos – SAAE – Suplente

Sociedade Civil

- Ana Paula Alves Bissoli – Consórcio do Rio Guandu – Titular
- João Evangelista da Silva – COOABRE – Suplente
- Adair Donato Cardozo – Escola Família Agrícola de Brejetuba – Titular
- Adonai José Lacruz – Instituto Terra – Titular

JUSTIFICARAM:

Poder Público

Usuário

- Alicínio Virgínio – CESAN – Titular

Sociedade Civil

Convidados:

- Cleres De Martins Schwambach – SEMAM – Baixo Guandu
- Max Weber D'ávila Lessa – SEMEC – Laranja da Terra
- Rafael Inácio Rodrigues – IFES – Colatina
- Viviane Paes – IEMA
- Luis Henrique - IEMA
- Alexandre Neves Mendonça – Instituto Terra – MG
- Jaeder Lopes Vieira – Instituto Terra – MG
- Edna Amorim – Instituto Terra – MG

Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu estiveram reunidos no dia dezoito de maio de 2010 às 09h30min, na Sala MultiMeios do Instituto Terra, no município de Aimorés – MG, para participar da 3ª Reunião Extraordinária do Comitê, para tratar de vários assuntos conforme pauta acima. Após verificado quorum, Ana Paula iniciou a reunião dando boas vindas a todos e agradeceu ao Instituto Terra pelo espaço cedido para realização da reunião. Em seguida passou a palavra ao Presidente do Comitê Marcelo Seibel que não compareceu a reunião. Ana Paula continuou e passou a palavra para o Sr. Adonai José Lacruz para fazer a Prestação de Contas do Projeto FNMA em que o Consórcio do Rio Guandu é parceiro que fez um breve esclarecimento e deixou espaço para perguntas. David fez um questionamento que após respondido e não havendo mais nenhum, o Sr. Adonai e sua equipe se retiraram da reunião. Ana Paula retomou a palavra e passou para o próximo assunto que foi explanado por Viviane seguida de Luis Henrique sobre Ampliação das áreas de abrangência dos Comitês dos rios afluentes do Rio Doce. Joseane informou sobre o Fórum Capixaba de Comitês que acontecerá nos dias 21 a 25 de junho em Vitória, sendo 21 abertura, 22 e 23 Fórum Nacional de Comitês Litorâneos e 24 e 25 o I Fórum Capixaba de Comitês. Continuou a reunião com os relatos sobre o dia da Água, Sabrina falou que utilizaram o CD com a mensagem em nome do CBH e o Consórcio do Rio Guandu. Ana Paula falou que também fizeram a divulgação da mensagem via rádio e carro de som e da manifestação realizada pela EEEFM "Afonso Cláudio" e a rede colocada no rio próxima a Ponte dos Estudantes, que ficou durante uma semana e chamou bastante a atenção das pessoas. David relatou que a mensagem foi transmitida pela rádio em Laranja da Terra e Joseane

falou que além da mensagem do CD realizaram um rodízio de Palestras nas escolas de Baixo Guandu. Prosseguiu a reunião com a apresentação da Proposta da Semana do Meio Ambiente, começou apresentando Sabrina que falou da I Capacitação de Professores que seria realizada dia 24 de maio com o Professor Walter Có, aproveitou e informou sobre o carro da FUNASA que estaria presente nos quatro municípios da Bacia começando dia 07 em Brejetuba e encerrando dia 10 em Baixo Guandu. Paula apresentou a proposta de Afonso Cláudio. Max disse que em Laranja da Terra ainda não havia programação, mas que iriam providenciar e comunicar por e-mail. Joseane apresentou a proposta de Baixo Guandu e convidou a todos que estivessem presentes nas solenidades de encerramento dia 10/06/10 onde aconteceria o Lançamento da Logomarca do CBH Guandu e a premiação do aluno vencedor com a Bicicleta. Ana Paula aproveitou para informar que o Consórcio arcaria com as despesas da bicicleta. Continuou apresentando os resultados do Edital Fundágua 001/2009, que o Projeto submetido pelo Instituto Terra para o município de Baixo Guandu foi contemplado e que o submetido pelo Consórcio apesar de uma pontuação acima do classificado em terceiro lugar não foi contemplado por critérios de gestão do projeto. Continuou informando sobre o Edital Fundágua 001/2010 para Estruturação de Comitês de Bacias Hidrográficas. Viviane completou que o projeto deveria ser submetido por Unidade de Gestão e que, portanto, a bacia do Guandu, São José e Santa Maria do Doce participaria em um único projeto, e incentivou que a bacia do Guandu fosse o proponente. Valdete relatou sobre a Participação no Fórum das Águas em Ipatinga. Ana Paula continuou e falou sobre a representatividade do CBH Guandu no GTAI (Grupo Técnico de Articulação Institucional), que após discutido ficou inicialmente representado por Ana Paula e Cleres, sendo que Cleres seria substituído possivelmente por Valdete que ficou de confirmar. Passou para o último ponto de pauta da reunião, Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento, em que Viviane solicitou a indicação de três pessoas do CBH Guandu para fazer parte do Grupo de Trabalho dos Comitês afluentes do Doce "Interbacias", ficou decidido que seriam os representantes João Luís, Cleres e Ana Paula. Viviane pediu que encaminhasse ofício da indicação. Ana Paula colocou o Consórcio a disposição de todas as prefeituras no apoio da Semana de Meio Ambiente. Viviane reforçou as Reuniões do PARH dia 02 de junho para os Comitês Afluentes do Doce em Colatina – IFES. E a do Comitê do Guandu para 14 de junho, em Afonso Cláudio, local a definir. Sabrina reforçou o Convite para a I Capacitação de Educação Ambiental em Brejetuba. Ana Paula falou sobre a Oficina de Planejamento Estratégico do Consórcio e falou em encaminhar o documento para os presentes para conhecimento, mostrou e distribuiu o cartaz da Capacitação e Difusão Tecnológica para Gestão das Águas em Viçosa e da Oficina de Cobrança dias 24 e 25 de maio em Ipatinga. Em seguida a Vice-presidente Joseane agradeceu a participação de todos e falou da próxima reunião que será no dia 14 de junho de 2010 no município de Afonso Cláudio – ES. Não havendo mais nada a tratar, eu Ana Paula Alves Bissoli, lavro esta presente ata que após aprovada será assinada por mim.



ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUANDU - CBH - GUANDU

Data: 30/06/2010	Local: Auditório do Sindicato Patronal Rural – Afonso Cláudio – ES.
-------------------------	--

Início: 13h00min	Término: 16h30min
-------------------------	--------------------------

Objetivos:
Análise de documentos e outros.

Pauta:

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Leitura da Ata da reunião anterior;
3. Fala do Presidente;
4. Apresentação e discussão dos coeficientes de cobrança propostos nas oficinas do Doce;
5. Informações sobre o Fórum Capixaba de Comitês;
6. Relato da Semana do Meio Ambiente;
7. Processo Eleitoral do CBH;
8. Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento.

PRESENTES:

Poder Público

- Joseane Viola Coelho – Prefeitura Municipal de Baixo Guandu/SEMAM – Titular
- Sabrina Silva Zandonade - Prefeitura Municipal de Brejetuba/SEAMA – Titular
- Paula Lauvers Coutinho – Prefeitura Municipal de Afonso Claudio/SEMMA – Suplente
- Denise Lima Rabelo – IEMA - Titular

Usuário

- João Luiz A. Lopes – Sítio Capiáu – Titular
- Alicínio Virgínio – CESAN - Titular

Sociedade Civil

- Ana Paula Alves Bissoli – Consórcio do Rio Guandu – Titular
- João Evangelista da Silva – COOABRE – Suplente
- Adair Donato Cardozo – Escola Família Agrícola de Brejetuba – Titular
- Jeane Aparecida Coutinho dos Santos – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afonso Cláudio – Titular
- Lírio Drescher – Fundação Fé e Alegria – Titular

JUSTIFICARAM:

Poder Público

- David Augusto Alves Neto – Prefeitura Municipal de Laranja da Terra/ SAMA - Suplente

Usuário

Sociedade Civil

Convidados:

- Cleres De Martins Schwambach – SEMAM – Baixo Guandu
- Max Weber D'ávila Lessa – SEMEC – Laranja da Terra
- Viviane Paes – IEMA
- Carla Zcché – SANEAR – Colatina
- Gilse Olinda Moreira Barbieri – SANEAR – Colatina
- Ney Murtha – ANA – UAR/GV
- Jancy Rômulo Aschauer Vargas – Consórcio Rio Guandu

Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu estiveram reunidos no dia trinta de junho de 2010 às 13h00min, no Auditório do Sindicato Patronal Rural, no município de Afonso Cláudio – ES, para participar da 16ª Reunião Ordinária do Comitê, para tratar de vários assuntos conforme pauta acima. Após verificado quorum, Ana Paula iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra à vice-presidente do Comitê Joseane Viola que agradeceu a presença de todos. Passou para o próximo ponto de pauta, Apresentação e discussão dos coeficientes de cobrança propostos nas oficinas do Doce, apresentado por Viviane do IEMA que esclareceu sobre os mecanismos de cobrança que está sendo tratado em reuniões do GTAI (Grupo Técnico de Articulação Institucional) que inclusive Ana Paula e Valdete representam o Comitê do Guandu. Assuntos como o Pacto das Águas, a Agência para cobrança, foram comentados durante a apresentação. Enfatizou que a aprovação dos mecanismos de cobrança da Bacia do Doce é feita pelo CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos) e da Bacia do Guandu, por exemplo, é pelo CERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos). Denise falou de rever os regimentos dos Comitês para trabalhar com os mecanismos de cobrança antes de tomar qualquer decisão. João Luis sugeriu que o produtor que apresente condições ambientais favoráveis o valor seja reduzido ao contrário daquele que apresenta atividades irregulares. Viviane lembrou que o objetivo do pacto é tornar a bacia homogênea, porém que é um processo gradativo. Frizou também que a cobrança vai chegar em todas as bacias e Ney completou que o impacto da cobrança é tão mínimo que não induz a mobilidade de pessoas de uma bacia para outra. Logo em seguida o técnico Ney da ANA (Agência Nacional das Águas) apresentou o Plano Integrado de Recursos Hídricos que está dividido em três etapas diagnóstico, prognóstico e o plano propriamente dito, onde estão os programas e projetos a serem desenvolvidos na Bacia.

Continuou Joseane que informou sobre o Fórum Capixaba de Comitês ocorrido no período de 24 e 25 de junho, ressaltou que foram distribuídos textos sobre enquadramento, plano de bacia, agencia, cobrança que após discutidos, foram apresentadas sugestões que serão encaminhados para os Comitês de Bacia, as secretarias de estado e governo estadual para conhecimento, não teve deliberação. O próximo ponto de pauta os representantes de cada município relataram sobre as atividades ocorridas da Semana do Meio Ambiente no período de 7 a 10 de junho, Paula relatou sobre as atividades de Afonso Cláudio, Sabrina de Brejetuba, Max de Laranja da Terra e Joseane contou como foi a programação de Baixo Guandu onde a Logomarca do Comitê foi apresentada. Passou para o último ponto de pauta que trataram dos outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento. Joseane, Viviane e Denise apresentaram as propostas de datas das próximas reuniões. Viviane falou que os dias 7 e 8 de julho terá reunião do GTAI e Gilse falou da reunião do CBH Doce em Valadares dia 21 de julho e apresentou uma proposta do Comitê do Santa Maria do Doce para uma reunião conjunta dia 06 de julho para Integração dos comitês capixabas e convidou para a próxima reunião do CBH Santa Maria do Doce. Viviane sugeriu aprovar os mecanismos de cobrança e o plano de ação do Guandu na reunião do dia 04 de agosto. Em seguida a Vice-presidente Joseane agradeceu a participação de todos e reforçou a próxima reunião que será no dia 04 de agosto de 2010 no município de Brejetuba – ES. Não havendo mais nada a tratar, eu Ana Paula Alves Bissoli, lavro esta presente ata que após aprovada será assinada por mim e pelo presidente.



ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUANDU - CBH GUANDU

Data: 22/09/2010	Local: EMEIEF “União Laranjense” – Laranja da Terra – ES.
-------------------------	--

Início: 9h30min	Término: 12h30min
------------------------	--------------------------

Objetivos:

Análise de documentos e outros.

Pauta:

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Leitura da ata da reunião anterior;
3. Fala do Presidente;
4. Apresentação do Projeto Aguar - Edital Fundágua 002/2010;
5. Análise da frequência dos membros do CBH Guandu;
6. Eleição Diretoria;
7. Indicação do membro do CBH Guandu para participar do XII ENCOB;
8. Informações sobre a 4ª Oficina de Cobrança;
9. Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento.

PRESENTES:

Poder Público

- David Augusto Alves Neto – Prefeitura Municipal de Laranja da Terra/ SAMA - Suplente
- Sabrina Silva Zandonade - Prefeitura Municipal de Brejetuba/SEAMA – Titular
- Paula Lauvers Coutinho – Prefeitura Municipal de Afonso Claudio/SEMMA – Suplente
- Denise Lima Rabelo – IEMA – Titular
- Joseane Viola Coelho – Prefeitura Municipal de Baixo Guandu – Titular
- José Roberto Jorge – IDAF – Titular
- Anísio Luiz Sperandio – INCAPER – Suplente

Usuário

- Valdete Soares Santos Gomes – SAAE – Suplente
- Alicínio Virgínio – CESAN – Titular
- Marcelo Seibel – Produtor Rural - Titular

Sociedade Civil

- Ana Paula Alves Bissoli – Consórcio do Rio Guandu – Titular

- João Evangelista da Silva – COOABRE – Suplente
- Lírio Drescher – Fundação Fé e Alegria – Titular

JUSTIFICARAM:

Poder Público

Usuário

- João Luís Lopes – Sítio Capiáu – Titular
- Adair Donato Cardozo – Escola Família Agrícola de Brejetuba – Titular

Sociedade Civil

Convidados:

- Jancy Rômulo Aschauer Vargas – Consórcio do Rio Guandu
- Samuel Ângelo de Paula – Instituto Águas
- Marx Bussular Martinuzzo – Incaper – Brejetuba

Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu estiveram reunidos no dia vinte e dois de setembro de 2010 às 09h30min, na EMEIEF “União Laranjense”, no município de Laranja da Terra – ES, para participar da 18ª Reunião Ordinária do Comitê, para tratar de vários assuntos conforme pauta acima. Após verificado quorum, Max Weber, representante da Secretaria de Educação, iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e falou que ficássemos a vontade, mas ele precisaria se retirar por compromissos assumidos anteriormente. Ana Paula continuou cumprimentando os presentes e agradecendo ao representante do município pelo espaço disponibilizado e pelo lanche oferecido para realização da reunião, aproveitou e fez a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao Presidente do Comitê Marcelo Seibel que agradeceu a presença de todos. Ana Paula continuou e passou a palavra para Sabrina que, representando o Consórcio do Rio Guandu (proponente do projeto), fez a Apresentação do Projeto “Aguar – Conservação de Nascentes da Bacia do Rio Guandu” para posterior deliberação e adesão da assembléia. Sabrina lembrou que o Projeto já é de conhecimento do Comitê, pois é o mesmo que foi submetido ao Edital Fundágua 001/2009 com o consentimento da plenária, porém foi aperfeiçoado para concorrer ao Edital Fundágua 002/2010 e destacou a presença de todos os parceiros na reunião, com exceção do Instituto Terra. Durante a apresentação a assembléia interagiu fazendo sugestões e observações. Ao final os membros do Comitê aprovaram a proposta e ressaltaram a importância de tal trabalho para a Bacia do Rio Guandu. Foi definido que o CBH Guandu participará do Projeto através da Comissão de Acompanhamento e da divulgação dos trabalhos. Em seguida, houve uma alteração no ponto de pauta e passou-se para o item sobre as Informações da 4ª Oficina de Cobrança, que foi apresentado de forma breve e objetiva por Joseane que participou da mesma. Os membros puderam esclarecer suas dúvidas e conhecer melhor sobre o assunto. Ana Paula completou informando sobre a 5ª Oficina que será em Colatina nos dias 6 e 7 de outubro e que todos estão convidados a participar e que quanto mais pessoas da bacia estiverem envolvidas melhor. Passou para o ponto de pauta

Indicação do membro do CBH Guandu para participar do XII ENCOB, foi disponibilizada uma vaga custeada pelo IEMA, mas Denise ressaltou que outras pessoas podem participar, porém com recurso próprio ou da instituição que representa. Colocou também que seria importante que a representação fosse uma pessoa que conhecesse todo o processo, para melhor participar das discussões e deliberações. Foi unânime a indicação de Joseane, que aceitou e agradeceu a confiança. Passou para o ponto de pauta Análise da frequência dos membros do CBH Guandu. Ana Paula apresentou a tabela com o controle de frequência deste mandato de dois anos, a assembléia verificou que muitos membros nunca compareceram, mesmo sendo suplentes. Joseane apontou alguns membros do município de Baixo Guandu que manifestaram desejo de se desligar do Comitê. Ana Paula falou da importância de membros que participem efetivamente e leu o ofício de Comunicação de Desligamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu. A assembléia acordou em encaminhar para os membros que se enquadram no Art. 40 do Regimento Interno e se necessário for realizar processo eleitoral simplificado para preenchimento das vagas que surgirem. Após passou para a Eleição da Diretoria, Denise sugeriu que Joseane passasse a presidência, um outro membro assumisse a vice-presidência e o Consórcio do Rio Guandu continuasse ocupando a vaga para a Secretaria Executiva do Comitê. A assembléia concordou e indicou Alicínio para vice-presidente, porém Alicínio agradeceu e disse que não é o momento. João Luiz também foi indicado, mas não estava presente. Valdete também foi indicada e aceitou. Passou a compor a nova diretoria do CBH Guandu, como Presidente, representando o Poder Público, da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu, através de Joseane Viola Coelho; Vice-Presidente, representando os Usuários, o SAAE de Baixo Guandu, pela pessoa de Valdete Soares Santos Gomes e a Secretaria Executiva, representando a Sociedade Civil, o Consórcio do Rio Guandu, por Ana Paula Alves Bissoli. Em seguida a Secretária Executiva, Ana Paula agradeceu a participação de todos e falou da próxima reunião que será no dia 1º de dezembro de 2010 no município de Baixo Guandu – ES. Joseane fez o uso da palavra agradecendo a oportunidade e confiança de todos e fará o melhor possível para que o CBH Guandu possa cumprir seu papel na sociedade e que conta com a colaboração de todos e pediu também para que os membros pensem em ações que poderão ser desenvolvidas pelo Comitê para que possamos fazer um planejamento para 2011. Não havendo mais nada a tratar, eu Ana Paula Alves Bissoli, lavro esta presente ata que após aprovada será assinada por mim e pelo presidente do CBH Guandu.



ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUANDU - CBH - GUANDU

Data: 04/08/2010	Local: Auditório da Casa do Agricultor – Brejetuba – ES.
-------------------------	---

Início: 9h30min	Término: 13h
------------------------	---------------------

Objetivos:
Análise de documentos e outros.

Pauta:

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Leitura da ata da reunião anterior;
3. Fala do Presidente;
4. Aprovação do Plano de Ações da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu;
5. Aprovação dos Mecanismos de Cobrança;
6. Processo Eleitoral do CBH;
7. Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento.

PRESENTES:

Poder Público

- David Augusto Alves Neto – Prefeitura Municipal de Laranja da Terra/ SAMA - Suplente
- Sabrina Silva Zandonade - Prefeitura Municipal de Brejetuba/SEAMA – Titular
- Paula Lauvers Coutinho – Prefeitura Municipal de Afonso Claudio/SEMMA – Suplente
- Denise Lima Rabelo – IEMA - Titular

Usuário

- João Luiz A. Lopes – Sítio Capiáu – Titular
- Alicínio Virgínio – CESAN – Titular
- Marcelo Seibel – Produtor Rural - Titular

Sociedade Civil

- Ana Paula Alves Bissoli – Consórcio do Rio Guandu – Titular
- João Evangelista da Silva – COOABRE – Suplente
- Adair Donato Cardozo – Escola Família Agrícola de Brejetuba – Titular
- Lírio Drescher – Fundação Fé e Alegria – Titular

JUSTIFICARAM:

Poder Público

- Anísio Sperandio – INCAPER – Suplente
- Joseane Viola Coelho – Prefeitura Municipal de Baixo Guandu/SEMAM – Titular
- Jose Roberto Jorge – IDAF – Titular

Usuário

- Valdete Soares dos Santos – SAAE – Suplente

Sociedade Civil

Convidados:

- Aline Keller Serau – IEMA
- Jancy Rômulo Aschauer Vargas – Consórcio do Rio Guandu
- Luiz Alberto Zavarize – SEAMA de Brejetuba
- José Eraldo Oliveira Dias – SEAMA de Brejetuba
- Maíra Belisário – Instituto Águas
- Douglas – Instituto Águas

Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu estiveram reunidos no dia quatro de agosto de 2010 às 09h30min, no Auditório da Casa do Agricultor de Brejetuba, no município de Brejetuba – ES, para participar da 17ª Reunião Ordinária do Comitê, para tratar de vários assuntos conforme pauta acima. Após verificado quorum, José Eraldo, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, iniciou a reunião dando as boas vindas a todos e falou da representatividade de Brejetuba nas atividades da Bacia e que precisamos aproveitar o tempo das reuniões. Ana Paula continuou agradecendo ao Secretário pelo espaço cedido para realização da reunião, aproveitou e fez a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra ao Presidente do Comitê Marcelo Seibel que não quis fazer uso da mesma. Ana Paula continuou e passou a palavra para o Sr^a. Aline que fez a Apresentação do Plano de Ações da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu para posterior aprovação pela assembléia. Denise pediu a palavra falou sobre o GTAI (Grupo Técnico de Acompanhamento Institucional), da importância do Plano de Ação e sobre os mecanismos de cobrança. Ana Paula completou informando sobre a oficina que gerou a minuta sobre os Mecanismos de Cobrança, em Aimorés – MG, nas dependências do Instituto Terra, dias 7 e 8 de julho a qual esteve presente juntamente com Valdete representando o CBH Guandu, no GTAI. João Luís pediu que os representantes do GTAI passassem aos demais membros do Comitê as discussões ocorridas nessas reuniões para que possam estar informados e fazer algumas observações e contribuições. Aline durante a apresentação do Plano falou que algumas solicitações do CBH foram contempladas, mas que ainda possuem alguns dados não condizem com a realidade que foi observado na reunião do dia 17 de junho em Colatina. Explicou que o plano é por Unidade de Análise e portanto o PARH fala em sete município, incluindo Itarana, Itaguaçu e Colatina, mas que os municípios com sede são apenas quatro, Brejetuba, Afonso Cláudio, Laranja da Terra e Baixo

Guandu. Lembrou que a base de dados é do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento). Lembrou que são dezesseis programas e que cada um deles tem mais de uma meta, por isso são sessenta e seis metas de gestão. Denise questionou o tempo previsto para revisão do plano e falou que não vê a unidade do Guandu tão bem assim, então é preciso estar atento. Aline informou que o plano estará em vigor por dez anos podendo ser prorrogado para mais dez anos, ou seja, vinte anos, e a partir do momento que for colocando em prática vai realizando a revisão, e disse que o plano está previsto para começar a ser executado em 2010, mas acredita que essa data será adiada. Denise questionou aos demais se havia alguma dúvida e se poderíamos aprovar o plano. A assembleia sem dúvidas no momento aprova o PARH por unanimidade. Aline lembrou que o plano será implantado com os recursos da cobrança. Denise perguntou quantas cópias serão encaminhadas a cada comitê. Aline respondeu duas cópias. Denise sugeriu fazer uma cópia do PARH e da parte do PIRH que trata do Guandu para cada membro do comitê. Aline continuou apresentando a minuta sobre Mecanismos de Cobrança gerada na reunião do GTAI ocorrida no Instituto Terra. O documento foi lido, explicado por Aline e discutido por todos os presentes. Aline informou que os CBH's podem fazer pequenas sugestões. Denise falou que se o K gestão for igual a zero, acaba a cobrança. Aline disse que o documento teve o parecer da advogada do CERH, Dr^a Andréa e entrega uma cópia ao CBH Guandu. Adair questionou sobre a fiscalização quanto ao consumo para a cobrança. Aline disse que o primeiro critério é a outorga. Marcelo disse que outorga é lei e tem que ser cumprida. O próprio vizinho passará a ser o fiscal. David deu exemplo dos "gatos" de energia na região em que mora, e quando o vizinho denuncia a ESCELSA não aceita denúncia anônima, então, acaba não denunciando. Aline disse que o IEMA aceita denúncia anônima. Marcelo falou que o IEMA deveria ser regionalizado para facilitar o acesso dos produtores. João Luís informa que a SEAG, IDAF e INCAPER estão juntos no programa Aqüicultura Legal, e só se insere no programa que tem outorga e licenciamento, então o círculo está se fechando. O programa levou um pacote de outorga para o IEMA com objetivo de agilizar o processo. Marcelo perguntou quem faz análise de DBO. Aline respondeu que no processo de Licenciamento fica a cargo do empreendedor. Denise falou que quando tiver uma reunião sobre cobrança é importante que todos dêem prioridade para participar da mesma, e também mobilizar outras pessoas a participarem. Marcelo perguntou como é cobrado de hidrelétrica. Aline disse que ela é isenta, pois devolve a mesma quantidade de água que capta. Já no caso de transposição não retorna nada. Ao final da discussão os Mecanismos de cobrança foi aprovado por unanimidade pela plenária. Ana Paula passou para o último ponto de pauta, Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento, informou sobre a reunião do Fórum Capixaba de Comitês, ocorrida em 16 de julho, no IEMA, onde foi colocado sobre o Encontro de Comitês em São Lourenço, que está acontecendo e que infelizmente, não pudemos ter representantes do Guandu. Dia 13 de agosto terá outra reunião do Fórum para revisar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e pediram um representante de cada comitê. Ana

Paula comunicou ao grupo que esteve no IEMA numa conversa com a equipe responsável pela elaboração das condicionantes da PCH São Luís. Com o objetivo de sugerir que a Bacia fosse contemplada em ações voltadas para educação, preservação e recuperação ambiental, a equipe ficou de analisar e entrarão em contato, lembrou que os municípios atingidos são Afonso Cláudio e Laranja da Terra, mas que uma vez um ou outro contemplado com alguma ação, gera impacto positivo na bacia como um todo. Informou aos membros que o Secretário Executivo do CBH Litoral Centro Norte, Válber, pediu o Regimento Interno do CBH para subsidiar a elaboração do recém formado CBH. A plenária concordou plenamente, pois esses documentos são públicos. Informou que o Consórcio está organizando uma Capacitação em Elaboração e Gestão de Projetos e Captação de Recursos, que será na segunda quinzena de outubro, para técnicos do poder público, sociedade civil organizada e membros do Consórcio e do Comitê. Informou também que estiveram na reunião do Conselho Gestor do Fundágua que falou sobre a rechamada do Edital 001/2009, o que submeteremos novamente o projeto não contemplado. Ana Paula chamou a atenção de todos para o Edital Fundágua 001/2010 para estruturação de Comitês, que o SANEAR de Colatina se propôs a escrever o projeto para a Unidade de Gestão do Doce no Espírito Santo, São José, Santa Maria do Doce e Guandu, mas que precisa da aprovação da assembléia para nossa inserção. Ana Paula leu o e-mail encaminhado por Gilse que falava sobre direcionar os recursos para Capacitação, Planejamento Estratégico e Organização de Documentos, após discussão dos membros, foi decidido que o Comitê do Guandu se agregaria ao projeto com algumas condições, como aproveitamento das assembléia ordinárias para tratar das demandas do citado projeto, devido as limitações e condições que o grupo encontro com muitas reuniões. Denise sugeriu a retirada do Planejamento Estratégico, pois uma vez que já existem o PIRH e o PARH, não tem sentido mais um plano. Nessas condições o grupo concorda em fazer parte do projeto. Informou ainda que as representações do CBH Guandu no GTAI são – Ana Paula, Joseane e Valdete e que participarão de uma Oficina de Cobrança em Ouro Preto, nos dias 24 e 25 de agosto, mas coloca a disposição se caso outro membro queira participar, e pede para confirmar até dia 10 de agosto de 2010. Falou sobre o e-mail encaminhado pelo CBH Doce em relação a uma Capacitação Técnica na Gestão de Recursos Hídricos para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce em Linhares, que as inscrições vão até dia 14 de agosto de 2010. Em seguida a Secretária Executiva, Ana Paula agradeceu a participação de todos e falou da próxima reunião que será no dia 22 ou 29 de setembro de 2010 no município de Afonso Cláudio – ES, lembrando que a mesma seria dia 15 de setembro, mas que coincidirá com a Oficina de Cobrança em Colatina. Não havendo mais nada a tratar, eu Ana Paula Alves Bissoli, lavro esta presente ata que após aprovada será assinada por mim.



ATA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GUANDU - CBH GUANDU

Data: 01/12/2010	Local: Restaurante Travessia – Baixo Guandu – ES.
-------------------------	--

Início: 10h00min	Término: 13h30min
-------------------------	--------------------------

Objetivos:

Análise de documentos e outros.

Pauta:

1. Abertura e verificação do quórum;
2. Leitura da ata da reunião anterior;
3. Fala do Presidente;
4. Comunicado do Projeto Aguar - Edital Fundágua 002/2010;
5. Processo simplificado dos membros do CBH Guandu;
6. Informes: 5ª Oficina de Cobrança; Reunião Setorial de Irrigação e Uso Agropecuário; 5ª Reunião GTAI; XII ENCOB;
7. Planejamento das atividades do CBH Guandu para 2011;
8. Apresentação de Proposta ao CBH Guandu pelo Instituto Terra
9. Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento.

PRESENTES:

Poder Público

- Sabrina Silva Zandonade - Prefeitura Municipal de Brejetuba/SEAMA – Titular
- Paula Lauvers Coutinho – Prefeitura Municipal de Afonso Claudio/SEMMA – Suplente
- Denise Lima Rabelo – IEMA – Titular
- Joseane Viola Coelho – Prefeitura Municipal de Baixo Guandu – Titular
- Anísio Luiz Sperandio – INCAPER – Suplente

Usuário

- Valdete Soares Santos Gomes – SAAE – Suplente
- João Luiz Lopes – Sítio Capiáu – Titular

Sociedade Civil

- Ana Paula Alves Bissoli – Consórcio do Rio Guandu – Titular
- João Evangelista da Silva – COOABRE – Suplente

- Cleres de Martins Schwambach – ONG Amigos Pedra do Souza
- Adair Donato Cardozo – Escola Família Agrícola de Brejetuba – Titular
- Alexandre Neves Mendonça – Instituto Terra - Suplente

JUSTIFICARAM:

Poder Público

- José Roberto Jorge – IDAF – Titular

Usuário

- Alicínio Virgínio – CESAN – Titular

Sociedade Civil

- Gelson – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – Titular

Convidados:

- Jancy Rômulo Aschauer Vargas – Consórcio do Rio Guandu
- Michelly Monteiro Eleutério – SEMA Baixo Guandu
- Loiana Mançur Spalenza – Consórcio Rio Guandu (Convênio)
- Josmar José Gobbo – SEMAM Baixo Guandu
- Késia Karla Paiva Silva – SEMA Baixo Guandu
- Emilson Moreira de Fraga – SUPLAN/IEMA

Os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu estiveram reunidos no dia primeiro de dezembro de 2010 às 10h00min, no Restaurante Travessia, no município de Baixo Guandu – ES, para participar da 19ª Reunião Ordinária do Comitê, para tratar de vários assuntos conforme pauta acima. Após verificado quorum, Josmar, Secretário de Meio Ambiente de Baixo Guandu, iniciou a reunião dando as boas vindas e agradeceu a presença de todos, agradeceu ao SAAE pelo lanche e almoço oferecidos ao grupo e a todos os demais parceiros, falou da importância do CBH e da Descida Ecológica e que é de suma importância a Expedição Científica, aproveitou e pediu ao grupo que colocasse em discussão a ampliação do Projeto Pagamento por Serviços Ambientais – PSA para os municípios de Laranja da Terra e Baixo Guandu e fazer uma solicitação junto ao IEMA, devido a sua importância. Joseane também recepciona os presentes dando as boas vindas e agradecendo a presença, em especial as técnicas da Secretaria de Agricultura de Baixo Guandu. Ana Paula fez a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Continuou comunicando sobre o Projeto “Aguar – Conservação de Nascentes da Bacia do Rio Guandu” – Edital 002/2010. Disse que o mesmo não foi encaminhado, por não ter terminado em tempo hábil, lamentou muito, pois uniu muitos esforços, principalmente da Sabrina que se dedicou significativamente, mas infelizmente por questões de melhor gestão do tempo não foi possível, então pede ao comitê apoio novamente para que possa aprová-lo quando abrir um novo edital, a plenária compreende e apóia. Joseane informou que conforme decidido na última reunião encaminhou os ofícios aos membros faltosos e que apenas a ONG Amigos Pedra do Souza manifestou interesse em continuar, fazendo a substituição do membro, que

passa a ser Cleres de Martins Schwamback. Joseane sugeriu para substituir o Poder Público Estadual – SEAG, o representante da Secretaria Municipal de Educação de Laranja da Terra – Max Weber, pois é uma pessoa que vem apoiando as atividades tanto do Consórcio quanto do Comitê e é uma pessoa que podemos contar, como também mais um representante do município de Laranja da Terra. Os presentes concordaram e não existe nenhum impedimento no Regimento Interno. Denise sugeriu que o CBH Guandu encaminhe um ofício convidando atores sociais comprometidos que possam pleitear a vaga e aceitando que encaminhe suas documentações necessárias para formalização do processo. Os membros concordam e assim fica decidido que um representante de cada município faça esse levantamento e encaminhe a Secretária Executiva do Comitê para que possa enviar os ofícios. Jose apresentou informações sobre o XII ENCOB, agradeceu mais uma vez o SAAE que sempre apóia nas atividades do CBH Guandu. Dentre todas as atividades que participou achou importante falar sobre a importância de envolver a comunidade e que gestão e educação ambiental precisam estar juntas. Os CBH's precisam pensar na sensibilização e mobilização, os membros precisam conhecer a bacia (cobertura florestal, características, informações do CBH) podemos fazer através de expedição, fazendo isso saberemos como está hoje e poderemos planejar as atividades futuras. Lembrou que os objetivos de uma expedição não pode ser apenas um passeio. Sugeriu formar um GT (Grupo de Trabalho) para organização da expedição. Disse ainda que precisamos dar um retorno da Descida Ecológica ocorrida em 2006 para a formação do Comitê. João Luiz disse que os Escoteiros cobram as ações do CBH. Cleres sugeriu fazer um folder explicativo e informativo do CBH. Joseane completou que Dário do Projeto Corredores Ecológicos já se prontificou para participar da organização da Expedição. Enfatizou que é importante identificar na comunidade atores sociais como ponto de referência para mobilização e participação. Sugeriu ainda colocar informações sobre o comitê na rádio local, como também placas informativas delimitando áreas da bacia. Outras sugestões são Folder, Banner e camisa. Cleres salientou o IEMA como patrocinador. Denise fala que o IEMA apóia, mas o problema é o prazo e deu uma dica, o que tem que fazer licitação não é interessante solicitar ao IEMA, mas sim serviços que o órgão já tem licitado como divulgação, por exemplo. Joseane disse que uma vez o GT formado pode ir à busca de parceria. Joseane deixou o material fornecido no XII ENCOB aos cuidados do Consórcio. Apresentou o banner do Comitê e disse que a experiência do CBH Guandu não foi apresentada, pois foi escolhido outro CBH. E representando o Espírito Santo exibiram o vídeo do Projeto do Beto Pego (Comitês Capixabas) e do CBH Doce falou sobre o processo de implementação da cobrança. E informou que o local para o próximo ENCOB será o estado do Maranhão. Ana Paula prosseguiu falando sobre a 5ª Oficina para Implementação da Cobrança ocorrida nos dias 06 e 07 de outubro de 2010, em Colatina, na oportunidade continuaram as discussões sobre valores e personalidade jurídica da Agência e como encaminhamento final ficou estabelecido que fossem realizadas reuniões setoriais dos usuários. Dessa forma ocorreu a Reunião Setorial da Irrigação e do Uso Agropecuário, no Estado do Espírito Santo, em Colatina no dia 03 de novembro e que foi muito produtiva, pois o assunto foi apresentado com clareza e os presentes tiveram a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, fazer suas colocações, dar suas contribuições, sugestões e críticas. O número

de pessoas foi surpreendente, pois teve um feriado que antecedeu a reunião e muita chuva nesse período. Joseane complementou que após a reunião procurou juntamente com a Secretária Executiva o técnico da ANA, Patrick que fez a apresentação, para que fizéssemos a mesma reunião em um município da Bacia do Guandu, para garantirmos uma maior participação e envolvimento do setor nessas discussões. Sabrina enfatizou que essas reuniões já deveriam estar previstas e ter acontecido nas bacias. Ana Paula explicou que essas reuniões não estavam previstas no cronograma e que só a partir da manifestação do setor de usuários que elas começaram a acontecer. E que antes de levar para tal setor o assunto precisa ser discutido e amadurecido. Joseane colocou que precisamos ter cuidado em levar o assunto por conta própria, pois pode levar a discussões desnecessárias, por isso pensou em técnicos da própria Agência Nacional de Águas e também do órgão estadual – IEMA para conduzir tal momento. Denise lembrou também que a cobrança está prevista em Lei e que sua implementação é um processo, então precisamos saber o momento para cada coisa. Cleres colocou sobre a questão da grande demanda de pedidos de Outorga ao órgão ambiental do Estado e o retorno lento do mesmo. Ana Paula sugeriu que fossem feitos dois ofícios, um solicitando a extensão do PSA na bacia e outro providências sobre os serviços da outorga. Continuou e disse que na 5ª Reunião do GTAI foram apresentadas as experiências e deliberações das reuniões setoriais em Minas Gerais e Espírito Santo, informes sobre o estágio das discussões de Cobrança e Agência de cada comitê de bacia afluente do Doce, redefinição do Cronograma de atividades, que a próxima reunião para deliberação de valores será em fevereiro de 2011 e a cobrança ficou prevista para setembro de 2011. Discuti também sobre o edital de seleção da agência. Em seguida Ana Paula apresentou algumas sugestões de atividades do CBH para 2011 e Joseane organizou o calendário das mesmas (em anexo). Alexandre, técnico do Instituto Terra informou aos membros que o Projeto do FNMA está em fase de finalização e, portanto estão organizando a prestação de conta final e que o carro adquirido com o recurso do Projeto deve voltar ao FNMA, porém o Instituto pleiteou-o ao fundo, mas o carro ou volta para o FNMA ou é doado a uma Instituição da bacia, sendo assim disse que procurou o presidente do Consórcio do Rio Guandu para propor doar o carro ao Consórcio, mas pede que o Consórcio doe de volta para o Instituto, porém o presidente disse que infelizmente seria complicado, pois o Consórcio como precisa de veículo está pleiteando um, ou seja, seria uma incoerência fazer isso. Então, Alexandre disse que pensaram em fazer a mesma proposta ao Comitê, conversou com Joseane que pediu que apresentasse a proposta a plenária. Denise disse que o Comitê não tem personalidade jurídica, então não pode receber e que não entende tal proposta ser legal. Apresentou a idéia do comitê fazer um ofício ao FNMA dizendo que o Instituto é parceiro da bacia e pedindo que deixem o carro com a instituição. Mas, lembra que também o Consórcio precisa de um carro e faz parte do comitê. Ana Paula sugeriu ao Instituto ser sincero com o FNMA e dizer que a instituição precisa de um carro e que está sempre presente na bacia, solicitando-o. Alexandre na oportunidade informou que Adonai conversou com Sebastião – Secretário Executivo do Fundágua – que disse que o Projeto referente ao edital 001/2009 para execução em Baixo Guandu será liberado para dar início ainda esse ano de 2010. Ana Paula sugeriu solicitar o carro ao FNMA em regime de comodato para dar apoio a

esse projeto aprovado pelo Fundágua, assim garantem o veículo por mais três anos pelo menos. Passou para o último ponto de pauta - Outros assuntos pertinentes para o momento e encerramento – Ana Paula informou sobre o furto ocorrido no Consórcio do Rio Guandu no dia 29 de setembro de 2010, onde levaram a câmara digital do Comitê e do Consórcio e o MP4 do Consórcio, foi registrado Boletim de Ocorrência e que assim que o Consórcio tiver condições irá repor tais equipamentos. Informou também que o Consórcio realizou nos dias 27 e 28 de outubro de 2010 o Curso de Elaboração de Projetos para Captação de Recursos e que houve uma boa participação dos municípios e como continuação será realizada uma reunião para proposta de elaboração de um projeto a ser submetido à demanda espontânea do Fundágua, na oportunidade será formado o Grupo de Trabalho do Consórcio. Informou ainda que os Convênios 018/2008 e 032/2009 com o IEMA para o município de Baixo Guandu, estão em andamento e que Loiana é a Técnica Contratada para os mesmos, nesse ano conseguimos trabalhar 16 nascentes, ficando para o próximo ano 69, uma vez que o Convênio prevê 85. Apresentou também o Banner com a nova logomarca do Consórcio que foi lançada na abertura do Curso dia 27 de outubro de 2010, ambos são ações previstas no Planejamento Estratégico 2010/2012. Informou também que Jancy foi indicado a pedido do Fábio Anheret do IEMA para a Câmara Técnica de Outorga do CERH. Sabrina falou sobre o II Dia de Campo de Brejetuba que realizou o pagamento simbólico de mais 36 produtores do Programa PSA. Joseane agradece a todos pela presença e convida para um almoço patrocinado pelo SAAE como encerramento do ano de 2010. Não havendo mais nada a tratar, eu Ana Paula Alves Bissoli, lavro esta presente ata que após aprovada será assinada por mim e pela presidente do CBH Guandu, Joseane Viola Coelho.





ANEXO B – PROPOSTA DE UM CURSO DE CAPACITAÇÃO



O CRRH

CURSOS

INSCRIÇÕES

EVENTOS

PUBLICAÇÕES

CONTATO

EDITAL

EDITAL PARA SELEÇÃO DE PARTICIPANTES DO CURSO DE CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO TECNOLÓGICA PARA GESTÃO DAS ÁGUAS Edital MCT/CNPq/CT-HIDRO/ANA Nº 48/2008

O Centro de Referência em Recursos Hídricos - CRRH, vinculado ao Departamento de Engenharia Agrícola (DEA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH-DOCE, torna público que estão abertas as inscrições para o processo seletivo referente ao ingresso no Curso de Capacitação e Difusão Tecnológica para gestão das Águas no âmbito do Edital MCT/CNPq/CT-HIDRO/ANA Nº 48/2008.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O curso de CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO TECNOLÓGICA PARA GESTÃO DAS ÁGUAS, composto de três módulos com carga horária total de 70 (setenta) horas, será realizado no Centro de Referência em Recursos Hídricos-CRRH, situado no campus da Universidade Federal de Viçosa, na Av. PH Rolfs, s/n, Viçosa-MG, nas datas previstas no item 1.2 deste edital. Os meios oficiais para divulgação do presente edital, aditivos, anexos, informações complementares, instruções, comunicados e resultados referentes a este processo seletivo serão os endereços eletrônicos: www.dea.ufv.br/crrh e www.riodoce.cbh.gov.br.

O processo seletivo será realizado conjuntamente pela coordenação do projeto, vinculada ao CRRH/UFV, e pela Câmara Técnica de Capacitação e Informação-CTCI do CBH-DOCE. Em função da previsão de oferecimento do curso também nas localidades de Governador Valadares-MG e Colatina-ES, em datas a serem confirmadas, a seleção dos participantes do curso a ser realizado em Viçosa-MG priorizará profissionais com atuação na área de abrangência dos comitês de bacia hidrográfica dos **Rios Piranga, Piracicaba e Santo Antônio**.

Público alvo do curso:

Profissionais de nível superior de diversas áreas, envolvidos com o gerenciamento de recursos hídricos, atuando junto aos comitês de bacia, órgãos municipais e estaduais cujas competências se relacionam com a gestão dos recursos hídricos e organizações da sociedade atuantes na área de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Cronograma:

Data	Descrição
31/03/2010	Anúncio do Edital / Abertura ao Público
31/03/2010 a 30/04/2010	Período de inscrições
15/05/2010	Divulgação dos aprovados
07/06/2010 a 09/06/2010	Módulo I
09/08/2010 A 12/08/2010	Módulo II
04/10/2010 A 06/10/2010	Módulo III

O anúncio do Edital, bem como toda e qualquer informação pertinente aos cursos a serem ministrados serão disponibilizados nos sites: www.ufv.br/dea/crrh e www.riodoce.cbh.gov.br. O atendimento aos interessados será feito das 8h às 12h e de 14h às 18h.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Os profissionais deverão ter atuação nos comitês de bacias hidrográficas e/ou em instituições representadas nos comitês com atuação na bacia do rio Doce, com priorização para os comitês de bacia hidrográfica dos rios Piranga, Piracicaba e Santo Antônio.

Os participantes vinculados a instituições públicas deverão ser prioritariamente funcionários efetivos, com a devida autorização dos seus superiores.

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições deverão ser feitas no período indicado no item 1.2 deste Edital, mediante o preenchimento da ficha de inscrição e da apresentação dos seguintes documentos:

Certificado de Conclusão de curso de nível superior ou equivalente, emitido por Instituição devidamente autorizada;

Cópia do documento de identidade; e

Comprovação de vínculo com a instituição representada e autorização dos seus superiores para a participação no curso.

As inscrições serão efetuadas pela internet, via fax ou de forma presencial nas sedes do CRRH/UFV e CBH-DOCE, conforme modelo de ficha de inscrição anexa a este Edital.

Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CRRH e o CBH-DOCE do direito de excluí-lo do processo seletivo se o preenchimento for feito com dados rasurados ou incorretos, bem como, se constatado posteriormente serem estas informações inverídicas.

A inscrição do candidato implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

DO NÚMERO DE VAGAS

Serão disponibilizadas 30 (trinta) vagas para os cursos. Cada candidato inscrito deverá ter possibilidade de participar efetivamente dos três módulos, conforme calendário apresentado no item 1.2 deste Edital.

DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

A seleção se dará através da análise da documentação exigida (item 3) e do atendimento às condições propostas por este edital.

ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS E EXIGÊNCIAS

Para a efetivação dos objetivos do curso, os conteúdos ofertados somarão uma carga horária de 70 horas presenciais (Módulo I – 20h, Módulo II – 30h e Módulo 3 – 20h), contemplando parte teórica e prática.

As aulas serão ministradas no CRRH – Centro de Referência em Recursos Hídricos – DEA/UFV, conforme item 1.2, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Para fins de emissão de certificado será exigido que o aluno tenha no mínimo 75% (setenta cinco por cento) de presença nas aulas e atividades e média geral mínima de 60% (sessenta por cento) nas avaliações.

Será realizada avaliação obrigatória do participante em cada módulo, da forma a ser definida pelo Tutor.

O material didático a ser disponibilizado para os participantes do curso servirá de base para construção das aulas com exemplos práticos regionais reais e informações atualizadas. A estruturação teórica e prática de cada módulo é apresentada a seguir:

Módulo I - Aspectos conjunturais e os recursos hídricos no Brasil e na bacia do rio Doce

Teoria

Contexto Legal

Contexto Geográfico e Ambiental

Contexto Socioeconômico

Contexto das Relações Interestaduais

Prática

Apresentação do sistema Hidroweb/ANA e obtenção de base de dados hidrológicos

Utilização dos softwares de análises hidrológicas: HIDRO e SISCAH

Obtenção de vazões máximas associadas a diferentes períodos de retorno para fins de projetos de obras hidráulicas

Obtenção de vazões mínimas de referência (Q7,10, Q90 e Q95)

Situação atual da implantação da cobrança pelo uso da água e da Agência de Bacia no âmbito do CBH-DOCE

Módulo II – Conservação de Solo e Água, Aspectos Hidrológicos, Ecohidrologia e Usos Múltiplos da Água

Teoria

Uso e manejo racional de água e solo no meio rural

Erosão hídrica e práticas conservacionistas

Uso e manejo racional de água no meio urbano

A água e o solo no ambiente urbano: Elaboração de projetos, planejamento e saneamento ambiental

Aspectos hidrológicos e Ecohidrologia

Usos múltiplos e aproveitamento integrado

Prática

Aula demonstrativa sobre erosão hídrica em canal de solos

Visita técnica em área degradada em processo de recuperação

Visita técnica em estação de tratamento de água

Medição de vazão em curso d'água utilizando molinete hidráulico

Apresentação do software CANAL para dimensionamento de condutos livres

Módulo III - Fortalecimento do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil e na bacia do rio Doce

Teórica

Gestão dos recursos hídricos

Sistemas de informações na gestão de recursos hídricos

Captação de recursos para gestão de recursos hídricos

Prática

Apresentação prática sobre Sistema de Informação Geográfica (SIG)

Regionalização de Vazões

Estudo de caso: elaboração de outorga de captação em águas superficiais.

REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do CRRH ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao efetuar a inscrição, o (a) candidato (a) deverá se comprometer, na impossibilidade de participar do evento, em comunicar imediatamente à organização do curso, que disponibilizará sua vaga para outros interessados.

Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão apreciados e resolvidos pelo CRRH e CBH-DOCE.

Esclarecimentos e informações adicionais podem ser obtidos nos seguintes contatos:

Centro de Referência em Recursos Hídricos – CRRH

Departamento de Engenharia Agrícola - DEA

Endereço: Av. PH Rolfs, s/n. Campus Universitário, Viçosa-MG, CEP 36570-000

Tel.: (31) 3899-1939/ Fax: (31) 3899-2735

e-mail: crrh@ufv.br

site: www.ufv.br/dea/crrh

Contato : Rafaela

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-DOCE

Av. Jequitinhonha, 96 Lj. 1 - Ilha dos Araújos, Governador Valadares – MG, CEP 35.020-250

Tel: (33) 3276-5477 / (33) 3276-6526

e-mail: cbhriodoce@veloxmail.com.br

site: www.riodoce.cbh.gov.br
Contato : Max